MARCO VANIN GASPARETTI

**A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NO DIREITO
PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO**

Tese apresentada como exigência parcial à obtenção do título de Doutor em Direito, no âmbito do programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação do Prof. Doutor Cassio Scarpinella Bueno

FACULDADE DE DIREITO DA PUC-SP

São Paulo

2023

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: _____

Professor Doutor Cassio Scarpinella Bueno

Professor Arguidor: _____

Professor Doutor Alexandre Antonio Franco
Freitas Câmara

Professor Arguidor: _____

Professor Doutor Erik Frederico Gramstrup

Professor Arguidor: _____

Professor Doutor Fernando da Fonseca Gajardoni

Professor Arguidor: _____

Professor Doutor Sergio Seiji Shimura

RESUMO

A prescrição é um fenômeno de direito material, resultado da compreensão, inerente ao próprio conceito de justiça, de que o exercício do direito não deve ser imune aos efeitos do tempo. Mesmo depois de exercido, pelo credor, o direito de exigir a prestação inadimplida, a eternização de demandas judiciais gera reflexos antijurídicos, pelo que, aplicado ao plano processual o binômio estabilização das relações jurídicas e punição à inércia do titular do direito, surge a necessidade de solução de ações em que a concretização do direito se viu frustrada ou que se encontrem paralisadas por inércia do autor ou do próprio Estado-Juiz, tendo sempre por norte o lapso temporal previsto para a prescrição de direito material. A esta extinção do processo com a perda do direito material a ele subjacente se convencionou chamar de *prescrição intercorrente*.

Neste estudo, tecemos alguns comentários preliminares sobre o conceito e natureza jurídica da prescrição, sua diferenciação em relação à decadência e sobre as causas que interferem no curso do prazo prescricional. A partir destas premissas de direito material, procuramos sistematizar as modalidades de prescrição intercorrente previstas na legislação processual civil como causas de extinção de processos de execução e de cumprimento de sentença, para em seguida investigar a admissibilidade da aplicação da prescrição intercorrente também no processo de conhecimento, considerando um modelo constitucional de processo civil composto pelo direito fundamental à duração razoável dos processos e da efetividade do processo sob a perspectiva do réu. A partir da conclusão desta análise, tratamos da consequência da admissão da hipótese nos casos de inércia do autor e de inércia do Estado-Juiz, avaliando, neste último caso, os reflexos do reconhecimento da prescrição intercorrente sobre a responsabilidade civil do estado e das consequências que isso pode gerar para a administração judiciária.

Palavras-chave: prescrição, decadência, interrupção e suspensão da prescrição, prescrição intercorrente no processo de execução e cumprimento de sentença, prescrição intercorrente no processo de conhecimento, extinção do processo por inércia, modelo constitucional de processo civil, duração razoável do processo, efetividade do processo para o réu, responsabilidade civil do Estado Juiz, *Legge Pinto*.

ABSTRACT

Statutes of limitation are a concept linked to material law, as a result of the understanding, inherent to the concept of justice, that the exercise of rights is not immune to the effects of time. Even after the creditor exercise its right to demand the performance of the defaulted obligation, the eternalization of lawsuit result in unlawful effects, so that, upon the application, in the procedural plan, of the binomial need for stabilization of legal relationships and punishment to the inertia of the creditor, arises the need for a solution to lawsuits in which the enforcement of the rights was frustrated or that are paralyzed due to the inertia of the creditor or of the Judiciary, always in light of the limitation period of the material right. The termination of a lawsuit with prejudice to the right to exercise the material right is conventionally named *intercurrent statute of limitation*.

In this study, we make some preliminary comments about the concept and legal grounds of the statutes of limitation, their differences with the *decadência* (limitation applicable in Brazil to potestative rights) and the events that interfere in the lapse of the limitation period. Upon these premises of material law, we proceed with the framework of the modalities of intercurrent statutes of limitation set forth in the civil procedural law as causes for the termination of summary collections and enforcement of judgment proceedings, following in the investigation of the possibility of applying the intercurrent statute of limitation also to lawsuits in the decision-making stage, upon a constitutional model of civil procedure formed by the fundamental right to a reasonable duration of the lawsuits and the effectiveness of the procedure under the perspective of the defendant. After the conclusion of this analysis, we deal with the consequences of admitting the hypothesis in case of plaintiff-inertia and Judiciary-inertia, and, to the latter, the effects of admitting the intercurrent statute of limitation over the liability of public entities and the consequences that it might have to the judiciary administration.

Keywords: statute of limitation, interruption and suspension of the limitation period, intercurrent statute of limitation on summary collections and enforcement of judgments, termination of lawsuits due to inertia, constitutional model of civil procedure, reasonable duration of lawsuits, effectiveness of the procedure for the defendant, public entities liability, *Legge Pinto*.

AGRADECIMENTOS

Desde a conclusão do meu Mestrado, em 2010, muito relutei em iniciar o Doutorado, pela dificuldade de conciliar minha atividade profissional de advogado, o papel de pai (com meus dois filhos, nascidos em 2015 e 2018) e marido e o convívio com amigos e família. Foi preciso o isolamento forçado durante a pandemia de COVID-19 para eu finalmente tomar coragem de retomar as atividades acadêmicas, e essa foi uma das melhores decisões que já tomei. A conclusão do Doutorado, mais do que um importante marco da minha vida profissional e acadêmica, representa uma reaproximação dos estudos do Processo Civil e dos colegas de PUC-SP e de outras faculdades com quem tive a oportunidade de interagir nesses 3 anos de curso, e a quem deixo aqui breves agradecimentos.

Gostaria de agradecer, inicialmente, o Professor Doutor Cassio Scarpinella Bueno, pelo acolhimento quando apresentei meu Projeto de Tese de Doutorado, pela liberdade intelectual proporcionada no desenvolvimento do trabalho e pela oportunidade de acompanhar suas aulas na graduação durante o estágio docente. Não tive o privilégio de ser seu aluno na PUC-SP durante a minha graduação e senti uma pontinha de inveja dos alunos da MD que têm a oportunidade de estudar o Processo Civil desde as primeiras linhas com esse exemplo de professor e ser humano de sensibilidade ímpar.

Agradeço também aos Professores Doutores Erik Frederico Gramstrup e William Santos Ferreira pela participação no exame de qualificação, em especial pelos valiosos comentários que permitiram o necessário aprimoramento do trabalho até resultar nesta versão final.

Agradeço, ainda, aos colegas de PUC com quem tive o privilégio de dividir as aulas do Doutorado, pelos debates em sala que trouxeram tanto novas ideias quanto novas luzes para ideias antigas, e que em alguma medida são refletidas nos argumentos e provocações que apresento nesta tese.

Agradeço, com especial carinho, aos advogados e estagiário de Forbes, Kozan e Gasparetti Advogados (FKG), que há 5 anos toparam o desafio de fundar um novo escritório e continuar caminhando ao meu lado no dia a dia profissional, cujo apoio foi fundamental para permitir a elaboração deste trabalho, não apenas por assumir a condução das atividades do

escritório nas minhas ausências, mas pelas inúmeras discussões, estudos e análises realizadas nos casos do escritório. Agradeço, nominalmente, aos sócios e amigos Carlos Forbes, Cristiano Kozan e Raphael Burleigh, e às minhas companheiras e amigas Giovanna Rizzo, Marina Tavares, Maria Falcone e Graziela Coelho, que tocam o trabalho sem nunca deixar a bola cair sempre que resolvo inventar algo novo para fazer.

Agradeço também os amigos Chinelos, colegas de graduação na gloriosa Pontifícia Universidade Católica, pelos vários anos de amizade e pelos exemplos de atuação acadêmica que sempre me inspiraram a perseguir novos desafios nesta área.

Agradeço, por fim e sempre, a meus irmãos, Mayra e Daniel, e a meus pais, Durval e Regina, por serem pessoas sensacionais a quem espero poder retribuir todo o carinho, atenção e educação que sempre me deram, e à Bruna, amor da minha vida, que, pessoa incrível que é, sempre com o maior companheirismo, amizade e amor do mundo, agora complementado por nossos filhos Eduardo e Gabriela. Amo vocês infinito, e sempre.

ÍNDICE

1. Introdução.	8
2. Prescrição.	11
2.1. Objeto da prescrição.	12
2.2. Prescrição e Decadência.	20
2.3. Causas que interferem no curso do prazo prescricional.	25
3. Prescrição Intercorrente na Execução e no Cumprimento de Sentença.	32
3.1. Extinção do Cumprimento de Sentença ou da Execução por inércia do Exequente. ...	47
3.2. Extinção do Cumprimento de Sentença ou da Execução por não localização do Executado.	55
3.3. Extinção do Cumprimento de Sentença ou da Execução por não localização de bens penhoráveis.	60
4. Prescrição Intercorrente no Processo de Conhecimento.	64
4.1. Duração Razoável do Processo.	65
4.2. Critérios para dimensionar a Duração Razoável do Processo.	73
4.3. Efetividade do processo (também para o réu).	79
4.4. Extinção do Processo de Conhecimento por inércia do autor.	82
4.5. Extinção do Processo de Conhecimento sem inércia do autor.	89
4.5.1. Responsabilidade civil do Estado-Juiz.	101
4.5.2. A experiência italiana: <i>Legge Pinto</i>	113
4.5.3. Reconhecimento da Prescrição Intercorrente no Processo de Conhecimento: causas e consequências.	123
5. Conclusões.	127

1. Introdução.

Quando cursei o Mestrado em Direito Processual Civil por esta Casa, no período de 2007 a 2010, o Direito Processual Civil Brasileiro vivia um momento de transição importante, em que, no contexto da Emenda Constitucional nº 45, era promovida a “Reforma do Judiciário”, com a edição de diversas leis que alteraram o processo de execução de título judicial e extrajudicial (introduzindo o “cumprimento de sentença”), regras sobre recursos e outras tantas modificações que tinham por norte a simplificação do processo e a otimização da atividade jurisdicional¹.

Parte das alterações promovidas por tal “reforma”, que foram objeto de estudos e debates acadêmicos, tiveram vida curta, com o advento, poucos anos depois, de um novo Código de Processo Civil. A maior parte das alterações, é bem verdade, foram repetidas no novo código, de forma que as discussões havidas à época foram, por certo, muito importantes para o amadurecimento da análise da eficácia da “reforma” e a incorporação das “novas regras” ao “novo código”.

Nesse contexto “reformador”, um novo dispositivo constitucional introduzido pela Emenda Constitucional nº 45 chamava a atenção: o inciso LXXVIII, do art. 5º, que adiciona, entre as garantias fundamentais, a “duração razoável do processo”. Havia quem nele enxergasse uma promessa vazia, quase demagógica diante da realidade do Poder Judiciário Brasileiro, mas, tendo aprendido com o Prof. Cassio Scarpinella Bueno a enxergar o processo de cima para baixo (interpretando normas a partir de um “modelo constitucional de processo civil”), sempre vi nesse dispositivo não uma promessa, mas uma *determinação* a ser cumprida pelo legislador infraconstitucional e, em especial, pelos operadores do direito.

¹ Tive a oportunidade de tratar do tema em artigo intitulado *A Duração Razoável do Processo e as Reformas da Lei Processual*, publicado na obra coletiva *Processo Civil em Movimento*, organizada pelos Professores Eduardo Lamy e Pedro Miranda de Oliveira. Naquele trabalho, procurei apresentar os fundamentos do princípio da “duração razoável do processo” e discorrer sobre os reflexos da aplicação da garantia de duração razoável na legislação em vigor, tratando de (i) prazos processuais e preclusões; (ii) extinção do processo por abandono da causa; (iii) tutelas de urgência, em especial a tutela antecipada por “abuso de direito de defesa” ou “manifesto propósito protelatório do réu”; (iv) sanções processuais (litigância de má-fé e ato atentatório à dignidade da justiça); (v) execução provisória e cumprimento provisório da sentença; e (vi) prescrição intercorrente no processo de execução. Esse último tópico que despertou minha curiosidade para o tema da prescrição intercorrente, me animando a tratar do tema, de forma mais ampla e profunda, nos meus estudos do Doutorado.

Dentre as mudanças no plano infraconstitucional derivadas da duração razoável do processo, havia uma que, sem muito destaque, constituiu o embrião da introdução, do Código de Processo Civil, do conceito de *prescrição intercorrente*: a regra de que “não sendo requerida a execução no prazo de seis meses, o juiz mandará arquivar os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte” (art. 475-J, § 5º, do CPC/73, modificação introduzida pela Lei nº 11.232/2005). A partir daí, os efeitos da inércia do credor (e a impossibilidade da prática de atos processuais como a citação ou penhora de bens) passaram a ser tratados na legislação processual civil, constando no CPC/15 e em novas leis que, pouco tempo depois de sua entrada em vigor, já vieram a reformá-lo.

O fato é que não são muitos os textos acadêmicos que tratam sobre o tema, e quando tratam, em sua grande maioria, analisam a prescrição intercorrente sempre no contexto da inércia do credor/exequente em processo de execução (ou cumprimento de sentença), estritamente sob o aspecto punitivo da prescrição, e muitas vezes com análise limitada à Lei de Execuções Fiscais. Pouco se discute sobre a eventual aplicação do instituto da prescrição intercorrente no processo de conhecimento², vigorando a regra, pouco estudada mas muito repetida, de que a “citação válida interrompe a prescrição”, que volta a correr com o trânsito em julgado.

A proposta deste trabalho é sistematizar a aplicação da prescrição intercorrente no Processo Civil Brasileiro, a partir, primeiro, da identificação do instituto da prescrição (como regra de direito material) e sua natureza jurídica, com seus desdobramentos no processo de execução e cumprimento de sentença. Para tanto, passaremos pela legislação codificada já revogada (CPC/39 e CPC/73), pelas modificações introduzidas pela Reforma de 2005 (Lei nº 11.232/05) e pela evolução da jurisprudência quando passou a aplicar a prescrição

² Esclareça-se, desde já, que ao longo deste trabalho faremos referência ao “processo de conhecimento” para tratar da fase do processo em que se busca tutela não executiva (procedimento comum), adotando a terminologia ainda empregada pelo CPC/15 ao nomear o Livro I (Do Processo de Conhecimento e do Cumprimento de Sentença). Como se explicará com detalhes mais adiante, a abordagem que, neste trabalho, fazemos do instituto da prescrição intercorrente, tem por premissa fundamental a compreensão do processo em sua visão sincrética, em que se sucedem (ou até se alternam) tutelas executivas e não executivas. Fazendo registro das pertinentes críticas da doutrina, em especial de Cassio Scarpinella Bueno, sobre a aplicação do rótulo “processo de conhecimento” para se referir ao “procedimento comum” (*Curso Sistematizado de Processo Civil*, Vol. 2, pág. 51), nos pareceu que o uso da expressão “procedimento comum” em lugar de “processo de conhecimento”, embora corretíssima do ponto de vista científico, seria, no contexto daquilo que se pretende debater neste trabalho, um preciosismo que dificultaria a compreensão pela comunidade acadêmica de algumas das ideias aqui lançadas. Desta forma, dentro da sistematização proposta neste trabalho, iremos tratar, naquilo que importa para o estudo da prescrição intercorrente, de sua aplicação ao “processo de conhecimento”, ao “cumprimento de sentença” e à “execução”.

intercorrente na Lei de Execuções Fiscais à execução civil, mesmo sem expressa previsão legal³ e, mais recentemente, pela regra do art. 924 do CPC/15, com as balizas interpretativas fixadas pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Incidente de Assunção de Competência nº 1⁴ e no Tema 566⁵ e nas recentes modificações implementadas pela Lei nº 14.195/2021.

Indo além da aplicação da prescrição intercorrente na execução e cumprimento de sentença, a proposta é dar alguns passos atrás, analisando a questão da efetividade do processo para o réu e o tipo de tutela jurisdicional a ele prestada⁶, para, a partir da garantia constitucional ao processo com “duração razoável”, analisar a possibilidade de extinção do processo de conhecimento paralisado por prazo superior ao da prescrição do direito material em que ele se embasa, por prescrição intercorrente. E, dentro desse cenário, analisar se o reconhecimento da prescrição intercorrente no processo de conhecimento depende sempre da inércia do autor, ou se pode ser reconhecida independentemente dela, havendo inércia do Estado-Juiz.

Por fim, a análise da aplicação prescrição intercorrente no processo de conhecimento (e sem inércia do autor) não pode ser considerada completa sem a análise das *consequências* da extinção do processo por decurso do prazo prescricional, com a perda do direito material. Seria possível o autor demandar o Estado-Juiz (e em última análise, a sociedade) para ser indenizado pela extinção do processo, ainda que a falta de solução do processo não decorra de falhas individuais de seus servidores, mas sim de um problema patológico de insuficiência de recursos materiais e humanos do Poder Judiciário? Não há como se cogitar da aplicação da prescrição intercorrente ao processo de conhecimento sem enfrentar a questão da Responsabilidade Civil do Estado pelos prejuízos causados ao autor da ação.

³ REsp nº 1.522.092-MS, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, 3ª Turma, j. em 13.10.2015:

“Como o Código de Processo Civil em vigor não estabeleceu prazo para a suspensão, cabe suprir a lacuna por meio da analogia, utilizando-se do prazo de um ano previsto no art. 265, § 5º, do Código de Processo Civil e art. 40, § 2º, da Lei 6.830/80. Caso o juízo tivesse fixado prazo para a suspensão, a prescrição seria contada do fim desse prazo, após o qual caberia à parte promover o andamento da execução.”

⁴ REsp nº 1.604.412-SC, 3ª Turma, Rel. Min. Marco Aurelio Bellizze, j. em 27.06.2018.

⁵ REsp nº 1.340.553-RS, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, j. em 12.09.2018

⁶ Carlos Alberto Alvaro de Oliveira, em primoroso estudo sobre a “tutela jurisdicional” (*Direito Material, Processo e Tutela Jurisdicional*, in *Polêmica sobre a ação: a tutela jurisdicional na perspectiva das relações entre direito e processo*, pág. 314), faz referência à obra de José Roberto dos Santos Bedaque, para quem “a rejeição da pretensão do autor confere tutela jurisdicional ao réu, pois eliminar definitivamente a possibilidade de discussão a respeito daquele direito considerado inexistente”, e de Cândido Dinamarco, para quem “o vencedor, o demandado, recebe uma tutela jurisdicional oposta e de intensidade semelhante à que teria recebido o autor em caso de procedência”.

2. Prescrição.

O termo “prescrição” tem origem curiosa. O vocábulo deriva do termo latino *praescriptio*, que significa “escrever antes” ou “no começo”, o que remonta ao processo formulário dos romanos⁷, no qual os pretores, ao estatuir a fórmula, indicavam se a ação era temporária (em contraposição a ações perpétuas), determinando a absolvição do réu se o prazo de duração da ação estivesse extinto. Ou seja, é um termo muito mais relacionado ao caráter introdutório da determinação do pretor (que vinha escrita antes – ou no início – da fórmula) do que ao conteúdo da determinação⁸, não sendo expressão, na origem, relacionada exclusivamente ao aspecto temporal do exercício do direito de ação⁹.

Essa observação inicial tem sua importância porque, como procuraremos demonstrar mais adiante, há hipóteses rotuladas de “prescrição” que nada tem a ver com o conceito jurídico de prescrição extraído do direito material, em especial quando falamos da “prescrição intercorrente”. Sem deixar de lado a relevância da precisão terminológica, para interpretarmos corretamente os institutos jurídicos e colocar as coisas em seus devidos lugares, é essencial desapegar dos nomes, sem fazer com que os termos jurídicos expliquem os conceitos, quando o que deveria ocorrer é o inverso.

O foco deste trabalho, como alertado na introdução, é a prescrição intercorrente, com atenção especial à sua aplicação ao processo de conhecimento. Por não se tratar de tese sobre prescrição, objeto de diversos (e valiosos) tratados, teses, dissertações e artigos jurídicos na doutrina brasileira e internacional, no Direito Civil e também no Direito Processual, não iremos discorrer longamente sobre a história da prescrição, as correntes de pensamento sobre

⁷ Gaio, IV, § 132: “Praescriptiones autem appellatas esse ab eo quod ante formulas praescribuntur, plus quam manifestum est”. Em tradução livre, “as prescrições são assim chamadas, evidentemente, por serem escritas antes das fórmulas”.

⁸ Câmara Leal, *Da Prescrição e da Decadência*, pág. 4: “Ao estatuir a fórmula, se a ação era temporária, ele a fazia preceder de uma parte introdutória, em que determinava ao juiz a absolvição do réu, se estivesse extinto o prazo de duração da ação. E a essa parte preliminar da fórmula, por anteceder a esta, se dava a denominação de *praescriptio*. Como se vê, esse termo – *praescriptio* – nenhuma relação direta tinha com o conteúdo da determinação do pretor, mas derivava do caráter introdutório dessa determinação, porque era escrita antes, ou no começo da fórmula”.

⁹ Como anota Gustavo Kloh Muller Neves (*Prescrição e Decadência no Direito Civil*, pág. 3), “há vários tipos de prescrição, todas anteriores e condicionantes da eficácia da fórmula”.

sua natureza, objeto e aplicações, pois muitos antes de nós já o fizeram¹⁰, e com muita qualidade. Entretanto, é impossível falar de prescrição intercorrente sem antes assumir algumas posições e premissas sobre o objeto da prescrição, sua diferença em relação a outros institutos, como a decadência, avançando no tema na medida do necessário para embasar algumas ideias e críticas desenvolvidas mais adiante ao tratar da prescrição intercorrente e suas implicações.

2.1. Objeto da Prescrição.

A primeira observação da qual não se pode escapar é o fato de que, por prescrição, admite-se, em geral, a existência de duas modalidades, a prescrição liberatória ou extintiva (a *prescrição propriamente dita*) e a prescrição aquisitiva (usucapião). Do que importa para este trabalho, e abstraindo as críticas terminológicas sobre prescrição ser sinônimo de decurso do tempo para ser fonte da aquisição de direitos, e não sua extinção, e à teoria dualista da prescrição¹¹, basta dizer que essa orientação prevaleceu no Código Civil de 2002, disciplinando a prescrição na Parte Geral (Livro I, Título IV, Capítulo I – arts. 189 a 206-A) e a usucapião na Parte Especial (Livro III, Título III, Capítulo II, Seção I – arts. 1.238 a 1.244)¹².

Quanto a seus fundamentos, a prescrição, historicamente, vem sempre associada à ideia de pacificação social e estabilização das relações jurídicas, bem como à de punição à inércia do titular do direito (sintetizada no brocardo *dormientibus non succurrit jus*).

¹⁰ Iremos nos referir a diversos trabalhos sobre o tema ao longo desse texto, mas, desde logo, destacamos como ponto de partida a obra pioneira de Luís Frederico Carpenter (*Da Prescrição*), passando pelas doutrinas clássicas de Câmara Leal (*Da Prescrição e da Decadência*), Agnelo Amorim Filho (*Critério científico para distinguir a prescrição da decadência e para identificar as ações imprescritíveis*) e Orlando Gomes (*Introdução ao Direito Civil*) até chegar na recente obra de Alexandre Freitas Câmara (*Repensando a Prescrição*).

¹¹ Orlando Gomes, ainda na vigência do Código Civil de 1916, falava das orientações “unificadora” e “dualista” da prescrição, criticando o posicionamento unificador, que acabou afastado no Código Civil de 2002 (*Introdução ao Direito Civil*, pág. 548): “Sejam procedentes, ou não, as críticas à orientação unificadora, a verdade é que devem ser tratadas separadamente. A unificação, além de prejudicar o tratamento sistemático das matérias do direito civil, obrigaria prévio exame dos pressupostos da *usucapião*, quebrando a coordenação lógica que devem ter os conhecimentos gerais”.

¹² Eneas Romero de Vasconcelos (*A Prescrição e Decadência no Código Civil*, pág. 78) indica esse tratamento dos institutos como decorrente da orientação alemã: “Hodiernamente, o termo prescrição, não adjetivado, refere-se apenas à prescrição extintiva ou liberatória, como demonstram as modernas legislações, inclusive o Código Civil brasileiro de 1916, que, seguindo a orientação alemã, disciplinava a prescrição na Parte Geral (Livro III, dos fatos jurídicos, Título III, da prescrição, arts. 161-179) e a usucapião na Parte Especial (Livro II, direito das coisas, Título II, da propriedade, arts. 550- 553 e 618-619) e o atual Código Civil que lhe conferiu idêntico tratamento”.

Câmara Leal, em estudo clássico sobre o tema, indica sete diferentes fundamentos para a prescrição: (i) ação destruidora do tempo; (ii) castigo à negligência; (iii) presunção de abandono ou renúncia; (iv) presunção de extinção do direito; (v) proteção ao devedor; (vi) diminuição das demandas; e (vii) interesse social, pela estabilidade das relações jurídicas. A analisar estes sete fundamentos, Câmara Leal destaca três principais, que seriam o “interesse público”, a “necessidade de estabilizar relações jurídicas incertas” e “castigar a negligência”, concluindo, de forma espirituosa, que estas constituem “causa, fim e meio, trilogia fundamental de toda instituição, devem constituir o fundamento jurídico da prescrição”¹³.

Nos estudos e julgados que tratam da prescrição, é quase unânime a referência à prescrição como elemento de “pacificação social”, de “estabilização das situações jurídicas potencialmente litigiosas por força do decurso do tempo”¹⁴ ou mesmo a uma função de eliminação de fatores de “intranquilidade” da sociedade¹⁵ e de promoção da segurança jurídica¹⁶. Procurando aglutinar todos esses termos e ideias, iremos nos referir, ao longo desse trabalho, a essa função pacificadora da prescrição como a *prescrição-estabilização*.

¹³ *Da Prescrição e da Decadência*, pág. 16.

¹⁴ Luis Roberto Barroso, em multicitado estudo sobre a prescrição no processo administrativo (*A prescrição administrativa no direito brasileiro antes e depois da Lei 9.873/99*, pág. 22) ressalta o aspecto social da prescrição, sustentando que “para realizar a justiça, tanto material como formal, preveem-se diferentes mecanismos, que vão da redistribuição de riquezas ao asseguramento do devido processo legal. E para promovê-la que se defende a supremacia da Constituição, o acesso ao Judiciário, o respeito a princípios como os da isonomia e o da retroação da norma punitiva mais benéfica. A segurança, por sua vez, encerra valores e bens jurídicos que não se esgotam na mera preservação da integridade física do Estado e das pessoas. Ab-rogam-se em seu conteúdo, ao contrário, conceitos fundamentais para a vida civilizada, como continuidade das normas jurídicas, a estabilidade das situações anteriormente controvertidas”. E arremata: “em nome da segurança jurídica, consolidaram-se institutos desenvolvidos historicamente, com destaque para a preservação dos direitos adquiridos e da coisa julgada. É nessa mesma ordem de ideias que se firmou e difundiu o conceito de prescrição, vale dizer, da estabilização das situações jurídicas potencialmente litigiosas por força do decurso do tempo”.

¹⁵ Mesmo quando se fala da usucapião, o fator “intranquilidade social” é destacado como um dos elementos mais relevantes para justificar o tempo como elemento ensejador da aquisição de direitos. A este respeito, o destaque de Roberto Wagner Marquesi (*Prescrição e Decadência: Traços Distintivos e Aspectos Controvertidos no Código Civil*, pág. 10) “Interessante notar que a necessidade de convalidar relações jurídicas que se prolongam no tempo não ocorre apenas no caso de extinção de direitos. Também o reverso é verdadeiro, como se vê na usucapião, onde o tempo atua como força geradora da propriedade ou de um outro direito real. A usucapião é vista como uma forma de prescrição aquisitiva e, assim como na prescrição extintiva, parte do pressuposto de que o titular de um direito, mantendo-se inerte por razoável período de tempo, cria uma situação de intranquilidade social, que provoca do ordenamento jurídico uma solução”.

¹⁶ Nilson Vital Naves, *Prescrição e Decadência no Direito Civil*, pág. 164: “A maioria dos autores, no entanto, encontra o denominador comum de suas justificativas do instituto, no anseio da sociedade em manter a paz social. Sem a prescrição, perduraria a intranquilidade. As questões ajuizadas permaneceriam sempre abertas. O devedor tornar-se-ia obrigado a manter sempre em guarda os recibos de quitação de dívidas. O recebedor de uma doação não poderia dela fazer uso, pois o doador, em qualquer tempo, poderia revoga-la. Por isso a sociedade exige que as relações jurídicas se consolidem no tempo, a fim de evitar futuras demandas, quando tornar-se-ia

Por outro lado, a prescrição inegavelmente tem, em alguns casos, o objetivo de punir o titular do direito por sua inércia. Esse caráter sancionatório da prescrição, também destacado pela esmagadora maioria da doutrina, é bastante importante, estando presente em diversas hipóteses de prescrição, mas não em todas¹⁷. A essa função sancionadora da prescrição, chamaremos de *prescrição-punição*.

Fazemos essa distinção porque, embora a proposição clássica de Câmara Leal identifique o “interesse público” como fim da prescrição, o aspecto estabilizador e o aspecto sancionador da prescrição, embora muitas vezes andem juntos, não são duas faces de uma mesma moeda. Haverá casos, notadamente quando tratamos da prescrição intercorrente, em que, com o objetivo de estabilizar uma relação jurídica (e dar um desfecho a um processo em crise) o processo se extingue sem inércia do credor. E poderá haver outros em que se opera a extinção do processo como punição ao autor desidioso, mas sem estabilização da relação jurídica (ou seja, sem afetar o direito material), hipótese em que é de se questionar se estamos realmente diante de um caso de prescrição.

O que se questiona, desde já, é o motivo pelo qual essa tão almejada “tranquilidade social”, em geral, se esgota com a instauração do litígio, sem que, mais das vezes, haja preocupação real com o término do processo. Será mesmo que valores como segurança jurídica, pacificação da sociedade e estabilização das relações, que justificam a excepcionalidade de se perder um direito pelo decurso do tempo, são alcançados apenas pelo fato de o titular do direito exercer sua pretensão e, com isso, eliminar incertezas do sujeito passivo da relação de direito material? Ou é necessário realmente resolver o litígio e entregar (ou negar) o bem da vida em discussão? Voltaremos a isso mais adiante.

difícil ou impossível até, a restituição de fatos que nem a memória seria capaz de lobrigá-los em parte, nem, integralmente. A perscrutação do passado seria inadmissível, devido a impotência humana na restituição total do pretérito”.

¹⁷ Alexandre Freitas Câmara, em sua recente e primorosa obra sobre a prescrição (*Repensando a Prescrição*, pág. 6), destaca esse aspecto punitivo da prescrição: “Há casos, porém, em que a prescrição se justifica como sanção à inércia do titular. Afinal, como há milênios se diz, o direito não socorre aos que dormem (*dormientibus non succurrit ius*). Realmente, é preciso, por uma questão de segurança jurídica, admitir que, em alguns casos, em razão do decurso do tempo, o titular do direito que tenha ficado inerte veja frustrada a possibilidade de vê-lo satisfeito”.

Quanto ao objeto, a doutrina civilista, em sua maioria, identifica duas teorias (ou correntes de pensamento) sobre a prescrição: (i) prescrição como perda do direito de ação; e (ii) prescrição como causa extintiva da pretensão de direito material.

A primeira corrente, majoritária na vigência do Código Civil de 1916, sustentava que a prescrição tem por objeto a ação, ou, nas palavras de Câmara Leal, “prescrição é a extinção de uma ação ajuizável, em virtude da inércia de seu titular durante um certo lapso de tempo, na ausência de causas preclusivas de seu curso”¹⁸. Na lição igualmente clássica de Clóvis Beviláqua, “prescrição é a perda da acção atribuída a um direito, e de toda a sua capacidade defensiva, em consequência do não uso delas, durante um determinado espaço de tempo”¹⁹. Para essa linha de pensamento, a prescrição atinge apenas a ação, e não o direito material, que poderá ser satisfeito caso haja previsão de outra ação para sua instrumentalização.

A objeção que se costuma fazer a esta corrente doutrinária é de que o direito de ação é um direito processual, direito subjetivo público e abstrato e que independe do seu conteúdo material. O direito de ação, em si, não seria suscetível de prescrição, pois dura enquanto durar a norma processual que estabelece este direito subjetivo público; o que prescreve não é o direito de ação, mas sim o direito deduzido em juízo.

Essa abordagem da prescrição como causa extintiva da ação está umbilicalmente associada à teoria imanentista da ação, que enxerga a ação como uma forma pela qual o direito material se manifesta ao ser violado. Tal visão da prescrição (e, mais do que dela, do próprio conceito de ação), sintetizada no art. 75 do Código Civil de 1916 (“a todo direito corresponde uma ação, que o assegura”) não encontra mais eco após o Código Civil de 2002, que adotou conceitos radicalmente diversos.

A segunda corrente, que assumiu maior protagonismo no final do século 20, trata a prescrição como instituto que acarreta a perda da *pretensão*. Foi a orientação que prevaleceu no Código Civil de 2002, que em seu artigo 189 prevê que “Violado o direito, nasce para o

¹⁸ *Da Prescrição e da Decadência*, pág. 12.

¹⁹ *Theoria Geral do Direito Civil*, Vol. I, pág. 380.

titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição”. O termo (*pretensão*) é em geral associado à expressão *anspruch* do Código Civil alemão (BGB)²⁰, creditada ao conceito de direito subjetivo processual defendido por juristas daquela escola, como Windscheid e Larenz²¹. Assim, a prescrição atinge a ação em seu sentido material, consubstanciada em uma prestação devida por aquele que violou o direito, e não a ação em seu sentido processual, tampouco o direito subjetivo material²². A grande aceitação dessa abordagem da prescrição se explica pelo fato dela facilitar a distinção entre prescrição e decadência, pois, como se verá em seguida, o conceito de pretensão, contraposto ao de *direito potestativo*, é o elemento fundamental de diferenciação entre os institutos²³.

Nessa mesma linha, Agnelo Amorim Filho, para justificar o motivo pelo qual a prescrição atinge a pretensão e não o direito material, se vale da função pacificadora da prescrição, destacando que “o que causa tal inquietude é a ação, isto é, a possibilidade de ser ela proposta a qualquer momento”, de forma que “não se faz necessário extinguir o direito para fazer cessar a inquietude – basta extinguir a ação”²⁴, conceito que, como mencionado anteriormente, é no mínimo discutível.

²⁰ Ao tratar da influência do BGB sobre a compreensão, no Brasil, dos conceitos de decadência e prescrição, Roberto Wagner Marquesi (*Prescrição e Decadência: Traços Distintivos e Aspectos Controvertidos no Código Civil*, pág. 5): “Boa parte da confusão que se estabeleceu no passado acerca da prescrição e da decadência deve-se à interpretação que os juristas emprestaram ao § 194 do BGB (1896). Ao examinar o vocábulo *anspruch*, grafado no texto teutônico, a doutrina traduziu-o como *ação*, quando, na verdade, quer ele dizer pretensão. Diante disso e no afã de extremar os conceitos de prescrição e decadência, generalizou-se a ideia, aqui e em outros países, de que a primeira seria a extinção da ação, o que acarretaria, por via reflexa, a morte do direito material correspondente; já a segunda seria a extinção do direito material, o que implicaria, por via reflexa, o perecimento da ação respectiva”.

²¹ Flavio Tartuce, *Direito Civil*, pág. 460.

²² Humberto Theodoro Junior (*Distinção Científica Entre Prescrição e Decadência*, págs. 234/235) explica tais conceitos com peculiar clareza: “A prescrição faz extinguir o direito de uma pessoa a exigir de outra uma prestação (ação ou omissão), ou seja, provoca a extinção da pretensão, quando não exigida no prazo definido na lei. Não é, pois, o direito subjetivo descumprido pelo sujeito passivo que a inércia do titular faz desaparecer, mas é o direito de exigir em juízo a prestação inadimplida que fica comprometido pela prescrição.”

²³ Humberto Theodoro Junior (*Distinção Científica Entre Prescrição e Decadência*, pág. 236).

²⁴ *Critério Científico para Distinguir a Prescrição da Decadência e Identificar as Ações Imprescritíveis*, pág. 735: “Compreende-se facilmente o motivo da escolha da lesão do direito como termo inicial do prazo de prescrição: é que a lesão dá origem a uma ação, e a possibilidade de propositura desta, com o fim de reclamar uma prestação destinada a restaurar o direito, é que concorre para criar aquele estado de inquietude social que o instituto da prescrição procura evitar. Assim, com a prescrição, limita-se o prazo para exercício da ação. Esgotado o prazo, extingue-se a ação, mas somente a ação, pois o direito correspondente continua a subsistir, se bem que em estado latente, podendo até, em alguns casos, voltar a atuar. A sobrevivência do direito violado em *estado latente* por si só não causa inquietude social. O que causa tal inquietude é a ação, isto é, a possibilidade de ser ela proposta a qualquer momento. Deste modo, não se faz necessário extinguir o direito para fazer cessar a inquietude – basta extinguir a ação. É por isso que se diz comumente, e com procedência, que a prescrição extingue a ação e não o direito”.

Muito embora essa aparente dicotomia entre a prescrição como perda do direito de ação e a prescrição como causa extintiva da pretensão de direito material, na maioria das obras sobre o tema, seja tratada como uma narrativa de vencedores e vencidos, dada a prevalência do conceito de extinção da pretensão no texto do Código Civil em vigor, o fato é que alguns autores extrapolaram tais conceitos, com formulações úteis para explicar fenômenos que as duas correntes mencionadas não são suficientes para esclarecer.

Em texto publicado antes mesmo da entrada em vigor do Código Civil de 2002²⁵, Barbosa Moreira, resgatando as críticas de Pontes de Miranda²⁶, destaca a imprecisão do termo “pretensão”, fazendo referência à já mencionada inspiração no Código Civil alemão, apontando que, ao contrário do que se fez no código brasileiro, no BGB o legislador cuidou de definir a pretensão (*Anspruch*) como um *direito de exigir*. A par das críticas, Barbosa Moreira identifica, no conceito de pretensão, dois elementos fundamentais, a existência de um direito e sua violação, para que o titular possa exigir (legitimamente) uma prestação de outrem, de forma que, na concepção do art. 189 do Código Civil, somente poderia ser chamada de pretensão aquele que se baseie em um genuíno *poder de exigir*²⁷.

A problemática corretamente apontada por Barbosa Moreira no pensamento de que a prescrição necessariamente retiraria do titular do direito material o poder de exigir uma prestação residia, na sistemática vigente à época, na proibição do Juiz reconhecer de ofício a prescrição. Nas palavras do autor, “se na verdade a pretensão prescrita se achasse extinta, jamais se conceberia que o juiz pudesse proferir decisão favorável ao autor: estaria a conceder-lhe algo que ele já não poderia legitimamente pretender”. Nesse sentido, Barbosa Moreira, novamente recorrendo a Pontes de Miranda, trata da prescrição não como a perda do direito de exigir uma prestação, mas no plano da eficácia (abstraindo questionamentos sobre a real existência do direito material). Foi a alegação de prescrição por parte do réu que neutralizou a exigência formulada pelo autor, no plano processual, e apenas nele. Para fundamentar essa conclusão, Barbosa Moreira relembra que o pagamento de dívida prescrita não comporta repetição (art. 882 do Código Civil), e mesmo a prescrição não é capaz de

²⁵ Notas sobre Pretensão e Prescrição no Sistema do Novo Código Civil Brasileiro, pág. 147.

²⁶ Tratado de Direito Privado, Tomo V, pág. 451.

²⁷ Notas sobre Pretensão e Prescrição no Sistema do Novo Código Civil Brasileiro, pág. 150.

retirar do credor a pretensão: “o que a prescrição faz é dar ao devedor um escudo com que paralisar, caso queira, a arma usada pelo credor”²⁸.

Esse tratamento da prescrição como forma de “encobrimento” da eficácia da pretensão material²⁹ (e não de sua extinção), se parecia irretocável à época de sua formulação, teve seu eixo abalado com a introdução, na sistemática processual civil, da possibilidade de pronunciamento de ofício da prescrição. Como ressalta Alexandre Freitas Câmara, com o advento da Lei nº 11.2802/2006, em reforma que reputa “descabeçada e inócua”, caiu por terra o argumento de que não faria sentido dizer que a pretensão estaria extinta se haveria, em tese, a possibilidade de o Juiz julgar procedente o pedido do autor³⁰, pois o Juiz passou não apenas a poder, mas a dever aplicar de ofício a prescrição³¹.

Expandindo o raciocínio de Barbosa Moreira e trabalhando com o conceito de pretensão, mas distinguindo os planos material e processual, Alexandre Freitas Câmara explica que, com a violação a um direito subjetivo a uma prestação, surge o direito de exigir o respectivo cumprimento. É esse segundo direito (o de exigir), e não o primeiro (direito subjetivo a uma prestação) que consubstancia a pretensão material. Já a pretensão processual, na definição de Carnelutti, seria a “exigência de subordinação de interesse alheio a um interesse próprio”, ou seja, seria um ato (e não um poder) do titular do interesse. Notem que, nessa formulação, se fala em interesse (e não em titularidade do direito), pois para o exercício da pretensão processual não importa se o direito processual existe (a pretensão processual pode ser fundada ou infundada), pois esta pretensão, nas palavras de Alexandre Freitas Câmara, é o “ato de querer ver o interesse de quem o realiza prevalecer sobre o interesse de outrem”³².

²⁸ *Notas sobre Pretensão e Prescrição no Sistema do Novo Código Civil Brasileiro*, pág. 153.

²⁹ Expressão cunhada por Pontes de Miranda (*Tratado das Ações*, Tomo 2, pág. 80).

³⁰ Argumento invocado por Barbosa Moreira e defendido também por Luis Francisco de Castro Leal (*A Prescrição Intercorrente no Código Civil Brasileiro*, pág. 25): “Tanto o direito não é extinto, que a ação pode ser proposta, correr, e se não for alegado o obstáculo prescricional, ir até o final, ficando inclusive vedado, o juiz, de pronunciá-la ‘ex officio’, se de natureza patrimonial for o pedido. Demonstrado fica, portanto, que nem a ação é extinta pela prescrição, nem esta depende da inércia do titular do direito em vias de prescrever para se operar”.

³¹ *Repensando a Prescrição*, pág. 19.

³² *Repensando a Prescrição*, pág. 20.

Seguindo no raciocínio, Alexandre Freitas Câmara refuta a ideia de que, com a violação do direito, surgiria uma *pretensão material* (na figura do *Anspruch* alemão), mas sim que, naquele momento, o direito se tornou *exigível* e o titular passou a deter *interesse de agir*³³. No que diz respeito ao objeto da prescrição, a conclusão é de que não é correto falar em prescrição da ação (já que o decurso do tempo não elimina o direito de ação, ainda que esta venha a ser extinta, com resolução do mérito, pelo reconhecimento da prescrição) nem em prescrição da pretensão material, e sim na prescrição de um direito subjetivo a uma prestação.

Esse conceito de exigibilidade não é novo, e guarda estreita relação com o termo inicial da prescrição. A este respeito, Câmara Leal já destacava que “sem exigibilidade do direito, quando ameaçado ou violado, ou não satisfeita sua obrigação correlata, não há ação a ser exercitada; e sem o nascimento desta, pela necessidade de garantia e proteção ao direito, não pode haver prescrição, porque esta tem por condição primária a existência da ação”³⁴. Trata-se do mais do que consagrado conceito de *actio nata*, ou, na versão completa do brocardo, *actioni nondum natae non praescribitur* (ação que ainda não nasceu não prescreve).

Dito de outra forma, a noção de prescrição como causa de extinção do direito subjetivo (direito a uma prestação), historicamente evitada por dificultar a diferenciação do instituto com a decadência, parece irrefutável. A cômoda distinção de “direito subjetivo” e “pretensão”, nesse contexto, não se sustenta, na medida em que (gostem ou não) o Juiz *deve* pronunciar de ofício a prescrição e, quando o faz, extingue o processo com resolução do mérito (extinguindo, por consequência, o direito material). Mesmo a tentativa de refutar a vinculação da prescrição à extinção do direito a uma prestação (e não meramente da ação, ou da pretensão) pelo fato de o pagamento de dívida prescrita não comportar repetição, não é capaz de infirmar o raciocínio. Se por opção legislativa se negou a caracterização de tal pagamento como indevido, isso se deu para promover a mesma “pacificação social” que justifica a prescrição (*prescrição-estabilização*), prestigiando-se a boa-fé, já que o devedor que voluntariamente pagou poderá apresentar outros motivos para repetir o indébito, apenas não poderá invocar o decurso do tempo em desfavor do credor.

³³ *Repensando a Prescrição*, pág. 23.

³⁴ *Da Prescrição e da Decadência*, pág. 186.

A fixação deste conceito de prescrição como extinção do direito a uma prestação, mais do que um interessante debate acadêmico (e demonstração de que não é porque o texto legal emprega um “nome” – no caso, o termo “pretensão” – que se deverá necessariamente aceitar que esta é a natureza jurídica do instituto), tem inegável relevância prática para o estudo da prescrição intercorrente. A identificação de hipóteses de aplicação da prescrição intercorrente e suas implicações sobre o direito subjetivo permite a compreensão dos casos em que, efetivamente, se trata de prescrição, e dos casos em que, embora haja extinção do processo, o direito subjetivo não necessariamente será afetado.

2.2. Prescrição e Decadência.

A distinção entre prescrição e decadência é daquelas questões tão antigas quanto obscuras, cuja relevância não se limita ao direito civil, se espraiando para praticamente todos os ramos do direito, inclusive o processual civil.

A decadência não era tratada de forma expressa pelo Código Civil de 1916, mas, historicamente, a doutrina brasileira buscava sistematizar o instituto para diferenciá-lo da prescrição. Câmara Leal, em 1939, foi o precursor do tema no Brasil. Na concepção por ele defendida, e aceita pela maioria da doutrina, a decadência tem por objeto o próprio direito material, em contraposição à prescrição, que no conceito vigente à época, dizia respeito à perda do direito de ação.

Para Câmara Leal, “decadência é a extinção do direito pela inércia de seu titular, quando sua eficácia foi, de origem, subordinada à condição de seu exercício dentro de um prazo prefixado, e este se esgotou sem que esse exercício tivesse se verificado”³⁵. A decadência, assim, tratava do prazo para exercício do direito por seu titular, ao passo que a prescrição se referia ao exercício do direito de ação.

³⁵ *Da Prescrição e da Decadência*, pág. 102.

Esta distinção mereceu críticas quanto ao fato de se procurar definir a decadência e a prescrição por seus efeitos e não por sua natureza³⁶. Até Agnelo Amorim Filho, em célebre artigo publicado em 1960³⁷, tratar da distinção entre decadência e prescrição com base nos conceitos de direito subjetivo e direito potestativo, criticando duramente a correlação de prescrição e decadência com ação e direito material.

Ao propor o “critério científico” para diferenciação entre prescrição e decadência, Agnelo Amorim Filho recorre a Chiovenda para tratar dos “direitos a uma prestação” e dos “direitos potestativos”, indicando estes últimos como “aqueles poderes que a lei confere a determinadas pessoas de influírem, com uma declaração de vontade, sobre situações jurídicas de outras, sem o concurso da vontade destas”, tendo como traço fundamental a *sujeição* do sujeito passivo, que, ainda nas palavras de Chiovenda, é um “estado jurídico que dispensa o concurso da vontade do sujeito, ou qualquer atitude dele”³⁸.

Nesse sentido, em regra, o direito potestativo poder ser exercido mediante simples declaração de vontade do seu titular, independentemente de ação judicial e sem necessidade de anuência daquele que sofre a sujeição³⁹. Há determinados casos, contudo, em que a concordância do sujeito passivo é necessária, e quando esta não é manifestada o titular do

³⁶ Orlando Gomes sempre foi um dos críticos dessa distinção com base nos efeitos, identificando uma “distinção principal” baseada na “origem da ação” (*Introdução ao Direito Civil*, págs. 556/558): “A distinção deve ser feita quanto à *essência* dos dois institutos, para que se possa saber se o prazo é de decadência ou de prescrição. A diferença dos *efeitos* ajuda a compreendê-la, mas, em si, não proporciona critério para a qualificação (...). Partindo-se do pressuposto de que a prescrição visa à ação, enquanto a decadência tem em mira o direito, pode-se distinguir uma da outra, como fazem certos autores, tomando-se em consideração a *origem da ação*. Quando é idêntica à origem do direito, nasce ao mesmo tempo que este. Então, o prazo para exercê-lo, por meio da ação, é *extintivo*. Trata-se, neste caso, de *decadência*. Quando é distinta da origem do direito, nasce posteriormente, e, de modo mais preciso, quando o direito, já existente, é violado por outrem, o qual, por ação ou omissão, cria obstáculo ao seu exercício”.

³⁷ *Critério Científico para Distinguir a Prescrição da Decadência e Identificar as Ações Imprescritíveis*. O artigo foi originalmente publicado na RT nº 300, de outubro de 1960, mas neste trabalho consultamos a sua republicação, em 1997, na RT nº 744. Sobre a distinção entre os institutos e a crítica pela confusão entre causa e efeito, assim disse o autor: “O critério mais divulgado para se fazer a distinção entre os dois institutos é aquele segundo o qual a prescrição extingue a ação, e a decadência extingue o direito. Entretanto, tal critério, além de carecer de base científica, é absolutamente falho e inadequado, pois pretende fazer a distinção pelos efeitos ou consequências, se bem que aqueles seja, realmente, os principais efeitos dos dois institutos. O critério apontado apresenta-se, assim, com uma manifesta petição de princípio, pois o que se deseja saber, precisamente, é quando o prazo extintivo atinge a ação ou o direito. O que se procura é a causa e não o efeito”.

³⁸ *Critério Científico para Distinguir a Prescrição da Decadência e Identificar as Ações Imprescritíveis*, pág. 728.

³⁹ Orlando Gomes (*Introdução ao Direito Civil*, pág. 118) define o direito potestativo como “o poder do titular de influir na situação jurídica de outrem, sem que este possa ou deva fazer algo, senão sujeitar-se (...). Por declaração unilateral de vontade, o titular cria, modifica ou extingue situação jurídica em que outros são diretamente interessados”.

direito pode recorrer à via judicial para exercitá-lo. É o que ocorre, por exemplo, na dissolução de sociedade, na revogação de doação e no direito de resgate de imóvel vendido com cláusula de retrovenda⁴⁰.

Há, ainda, casos em que o exercício de direito potestativo depende do ajuizamento de uma ação judicial, hipóteses em que a lei, visando conferir maior segurança para determinadas relações jurídicas, exige a judicialização. Isso ocorre, dentre outros, no direito de requerer interdição, na ação de declaração de paternidade, na invalidação de casamentos nulos ou anuláveis, dentre outras hipóteses em que, embora se observe a sujeição do sujeito passivo à vontade do titular do direito, o reconhecimento da situação jurídica depende de uma sentença constitutiva, sem que se pleiteie qualquer tipo de *prestação* por parte do réu⁴¹.

Ao justificar o motivo para a lei fixar, para o exercício de direitos potestativos, prazos que limitam esse exercício no curso do tempo (e que são em geral mais curtos do que os prazos de prescrição), Agnelo Amorim Filho recorre, mais uma vez, à questão da *intranquilidade social*, afirmando que desse fator derivou a “necessidade de se estabelecer também um prazo para o exercício de alguns (apenas alguns) dos mencionados direitos potestativos, isto é, aqueles direitos potestativos cuja falta de exercício concorre de forma mais acentuada para perturbar a paz social”⁴².

Entretanto, apesar de fundamentar sua teoria em conceitos de direito material (direito subjetivo e direito potestativo), Agnelo Amorim Filho, ao concluir a distinção entre prescrição e decadência, apresenta três “regras” de natureza processual: (i) “estão sujeitas a prescrição: todas as ações condenatórias e somente elas”; e (ii) “estão sujeitas a decadência (indiretamente, isto é, em virtude da decadência do direito a que correspondem): as ações constitutivas que têm prazo especial de exercício fixado em lei”; e (iii) “são perpétuas

⁴⁰ Agnelo Amorim Filho (*Critério Científico para Distinguir a Prescrição da Decadência e Identificar as Ações Imprescritíveis*, pág. 731) cita também o direito do cônjuge de promover o desquite, o poder do condômino de desfazer a comunhão, o poder dos interessados de invalidar atos jurídicos nulos ou anuláveis, o poder do contratante de rescindir o contrato, o poder de escolha nas obrigações alternativas, dentre outros.

⁴¹ *Critério Científico para Distinguir a Prescrição da Decadência e Identificar as Ações Imprescritíveis*, pág. 732.

⁴² *Critério Científico para Distinguir a Prescrição da Decadência e Identificar as Ações Imprescritíveis*, pág. 737.

(imprescritíveis): a) as ações constitutivas que não têm prazo especial de exercício fixado em lei; e b) todas as ações declaratórias sujeitas a prescrição ou a decadência”⁴³.

Em linha com o que concluímos no item anterior, de adotar a premissa de que a prescrição é *causa de extinção do direito a uma prestação*, parece acertada a afirmação de que a decadência é *causa de extinção do direito potestativo*. E, na nossa visão, é o que basta para diferenciar esses dois institutos de direito material⁴⁴.

As “regras” sugeridas por Agnelo Amorim Filho, embora criticáveis por misturar conceitos de direito material com direito processual, ditando a forma de efetivação do direito (ações condenatórias, constitutivas ou declaratórias) de acordo com a natureza do direito tutelado (direito subjetivo ou direito potestativo), são plenamente compreensíveis em se considerando o entendimento que prevalecia à época quanto à “classificação das ações” (teoria trinária e, mais adiante, teoria quinária da ação). Entretanto, em uma visão atual do direito processual civil, não parece mais adequada a aplicação dos conceitos de “ação declaratória”, “ação constitutiva” e “ação condenatória” para diferenciar prescrição e decadência, muito menos para estabelecer regras de efetivação do direito material a que tais institutos se relacionam.

Nesse sentido, merece destaque a posição de Cassio Scarpinella Bueno, que, nas edições de seu *Curso Sistematizado de Processo Civil* posteriores ao CPC de 2015, atento às transformações no processo civil a partir das reformas de 2005, com a adoção do processo sincrético⁴⁵, abandonou as teorias trinárias e quinárias da ação para propor a classificação binária, dividindo a tutela jurisdicional em *não executiva* e *executiva*⁴⁶.

⁴³ *Critério Científico para Distinguir a Prescrição da Decadência e Identificar as Ações Imprescritíveis*, pág. 738.

⁴⁴ Essa é também a posição de Alexandre Freitas Câmara (*Repensando a Prescrição*, pág. 43), citando, nessa mesma linha, o pensamento de Yussef Said Cahali: “Estabelecida a distinção entre o direito a uma prestação e o direito potestativo, torna-se possível estabelecer a diferença fundamental entre prescrição e decadência: é que a prescrição acarreta a extinção do direito a uma prestação, enquanto a decadência é causa extintiva do direito potestativo”

⁴⁵ Tivemos a oportunidade de tratar do tema sob a perspectiva dos honorários para a fase de cumprimento de sentença em artigo intitulado *Honorários Advocatícios no CPC Reformado: Ressurgimento da Polêmica Sobre o Cabimento de Honorários em Sede de Execução*, publicado na coletânea *Aspectos Polêmicos da Nova Execução*, organizada por Cassio Scarpinella Bueno.

⁴⁶ *Curso Sistematizado de Direito Processual Civil*, 11ª Edição, v. 1, pág. 395.

Nessa sistemática, baseada na classificação da tutela quanto à sua *eficácia*, quando o reconhecimento do direito coincide com a satisfação pretendida, estamos diante de tutela “não executiva”; quando, a despeito do reconhecimento do direito faz-se necessária a atuação jurisdicional também para sua satisfação, estamos diante de tutela “executiva”.

A simplicidade dessa sistematização é muito útil (e adequada) ao tema da prescrição e da decadência. Em se tratando de direitos potestativos, sua efetivação, muitas vezes, independe de intervenção judicial. Havendo manifestação de vontade por parte do titular, o direito é efetivado, sem que seja necessária sequer a concordância ou qualquer ato de vontade do sujeito passivo (como ocorre, por exemplo, na revogação do mandato). Em outros, a anuência do sujeito passivo dispensa a judicialização e a efetivação do direito se dá extrajudicialmente (por exemplo, no divórcio consensual). Há outros casos, ainda, que se faz necessária a tutela jurisdicional, mas de forma não executiva (é o que ocorre, sem dúvida, na maioria dos casos de direito potestativo, como na interdição e na invalidação de atos jurídicos nulos e anuláveis). O que não há é a necessidade de tutela executiva para efetivação de um direito potestativo, por sua efetivação não demandar uma prestação por parte do sujeito passivo, dispensando-se, assim, a atividade jurisdicional para *concretização* do direito⁴⁷.

Contudo, isso não significa, como já visto, que a inexistência de tutela executiva seja o que define os direitos sujeitos a decadência⁴⁸, até porque, evidentemente, a desnecessidade de tutela executiva também pode ser observada em direitos sujeitos a prescrição (quando a

⁴⁷ A este respeito, Cassio Scarpinella Bueno (*Curso Sistematizado de Processo Civil*, 11ª Edição, v. 1, pág. 396) aponta a atividade de “concretização” como o traço marcante da tutela jurisdicional executiva: “A tutela jurisdicional *executiva* é assim, chamada porque reclama atividade jurisdicional *complementar* para a *concretização* da tutela jurisdicional. Ela não basta por si só porque não outorga por si só o bem da vida que motivou o pedido de tutela jurisdicional. Sem prejuízo de ela também poder ostentar atividade cognitiva, seu traço marcante reside na necessidade de atividade satisfativa para a *concretização* da tutela jurisdicional. O *reconhecer* o direito não é suficiente, por si só, para a satisfação daquele que faz jus à tutela jurisdicional. Trata-se, nesse sentido, de uma tutela jurisdicional que não se basta no plano *ideal*, reclamando a tomada de providências no plano *material*”.

⁴⁸ Cassio Scarpinella Bueno, na conclusão de sua explicação acerca da classificação da tutela jurisdicional de acordo com sua eficácia, faz o alerta sobre a necessidade de se observar prescrição e decadência como institutos de direito material e não processual, criticando as afirmações de que “ações declaratórias são imprescritíveis”, “ações constitutivas estão sujeitas a decadência” e a “prescrição só diz respeito a ações condenatórias”. E complementa: “o que prescreve, deixa de prescrever ou decai não é – quem o afirma são os próprios civilistas, escudados, no particular, no aprimoramento do texto do art. 189 do Código civil – a *ação*, mas sim a *pretensão* (que reside no plano material) e o próprio *direito*, respectivamente” (*Curso Sistematizado de Processo Civil*, 11ª Edição, v. 1, pág. 398).

prestação é cumprida espontaneamente ou mesmo quando, se descumprida, se adota técnica de efetivação diferente de tutela executiva⁴⁹).

A concepção de decadência como a extinção do direito potestativo é relevante para a sistematização do que se convencionou chamar de “prescrição intercorrente”. Em se tratando de direito potestativo cuja efetivação demande judicialização, estaria a demanda correspondente sujeita à “prescrição intercorrente”? Na “prescrição intercorrente” a que estamos acostumados a tratar, referente ao “processo de execução”, certamente não, pois uma das consequências de se tratar de demanda versando sobre direito potestativo é, justamente, a ausência de tutela executiva.

Mas ao tratar do cabimento da “prescrição intercorrente” no processo de conhecimento, como lidar com os direitos potestativos e a decadência? Teríamos que cometer o atrevimento de falar em “decadência intercorrente”, ou quebrar o dogma de que a decadência não se sujeita a interrupção? Ainda não é o momento de responder estas perguntas, mas, fixadas as balizas sobre o objeto da decadência e sua estrita vinculação a direito potestativo, não nos furtaremos de respondê-las mais adiante neste trabalho.

2.3. Causas que interferem no curso do prazo prescricional.

O Código Civil de 2002, seguindo, neste particular, o que já fazia o Código Civil de 1916, separou as causas que interferem no curso do prazo prescricional em dois blocos. O primeiro, constante dos arts. 197 a 201, engloba as causas que impedem ou suspendem a prescrição. O segundo, previsto no art. 202, trata das causas de interrupção do prazo prescricional.

Sobre o primeiro bloco, as causas impeditivas são aquelas que obstam o início da contagem do prazo prescricional. Ou seja, são causas que antecedem o início do prazo e

⁴⁹ Alexandre Freitas Câmara (*Repensando a Prescrição*, pág. 42) recorda da hipótese da obrigação de prestar declaração de vontade (como ocorre no caso de contrato preliminar no qual o sujeito passivo se recusa em celebrar o contrato principal), em que, apesar de claramente se tratar de direito subjetivo de exigir prestação (e não de direito potestativo), a vontade do agente pode ser substituída pela própria sentença constitutiva.

interferem, portanto, no seu termo inicial. Como já mencionado, por aplicação do conceito de *actio nata*, o início do prazo prescricional tem por pressuposto a exigibilidade da prestação a que o direito se refere, consubstanciada na violação a este direito. No entanto, caso se observe alguma das causas impeditivas, o prazo prescricional não começará a fluir. As causas suspensivas, a seu turno, são supervenientes ao termo inicial do prazo prescricional, e uma vez superadas permitem que este retome seu curso.

As hipóteses de causas impeditivas e suspensivas estão previstas nos arts. 197 a 200 do Código Civil, e estão relacionadas a condições *subjetivas* daqueles que integram a relação jurídica de direito material (prestações exigíveis entre cônjuges, ascendentes e descendentes, tutelados/curatelados e tutores/curadores) e da situação do titular do direito (incapazes, ausentes do país em serviço público, servidores das Forças Armadas em tempo de guerra). Além destas, há causas que derivam de questões *objetivas* relativas ao direito violado, como a pendência de condição suspensiva, o não vencimento do prazo e a pendência de ação de evicção. Tratam-se de previsões redundantes, pois nas três hipóteses, a rigor, não se está diante de uma prestação exigível, de forma que não se tratam de causas impeditivas nem suspensivas, mas de situações em que, não tendo sido violado o direito, não se observou ainda o termo inicial do prazo prescricional.

A hipótese mais interessante, do ponto de vista processual, é a prevista no art. 200 do Código Civil, que prevê que “quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva”. Como a sentença penal condenatória constitui título executivo judicial (art. 515, VI, do CPC), não se poderia exigir do titular do direito subjetivo violado o ajuizamento concomitante da ação cível quanto ao mesmo ilícito, ficando suspenso, até o trânsito em julgado da ação penal, o prazo prescricional respectivo.

Já as causas interruptivas de prescrição estão previstas no art. 202 do Código Civil: (i) despacho do Juiz ordenando a citação, ainda que se trate de Juiz incompetente, desde que a citação seja promovida pelo interessado no prazo e na forma da lei processual; (ii) protesto judicial (art. 726 do CPC); (iii) protesto cambial (Lei nº 9.492/97); (iv) apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores; (v) qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor; e (vi) qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que

importe reconhecimento do direito pelo devedor. Ocorrendo a interrupção da prescrição, o prazo prescricional se reinicia, a partir do ato que a interrompeu, ou do último ato do processo para a interromper. E, muito importante: a interrupção da prescrição somente poderá ocorrer uma vez.

Por sua relevância para o estudo da prescrição intercorrente, inclusive para dissipar alguns conceitos muito difundidos e repetidos, discorreremos a seguir, com mais detalhes, sobre as causas e efeitos da interrupção de prescrição.

Com relação à primeira hipótese, é necessário delimitar, com base nas premissas já desenvolvidas, no que realmente constitui o “efeito interruptivo da prescrição” decorrente do ajuizamento da ação, conforme inciso I do art. 202 do Código Civil.

Considerando que a prescrição é causa extintiva do direito a uma prestação, uma vez exercido esse direito dentro do prazo prescricional, com o ajuizamento de uma ação judicial, não há que se falar mais em interrupção de prescrição. O ato de *exigir* a prestação extrajudicialmente, em algumas hipóteses (mencionadas em alguns dos outros incisos do art. 202), pode vir a caracterizar hipótese de interrupção de prescrição, mas o ato de *exigir* a prestação judicialmente, mediante ajuizamento de uma ação, não interrompe a prescrição, mas sim evita que esta se consuma.

Se é assim, do que então se trata o inciso I do art. 202 do Código Civil, quando dispõe que a prescrição se interrompe “por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual”? E mais do que isso, qual a extensão do “efeito interruptivo da prescrição” previsto no art. 240, § 1º, do CPC (“A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação”)?

A hipótese retratada no art. 202, I, do Código Civil, aplica-se, única e exclusivamente, à extinção do processo sem resolução do mérito. Nesse caso, e não tendo ocorrido causa interruptiva anterior, o titular do direito material poderá ingressar com nova ação, com prazo

prescricional renovado, que terá como termo inicial a data do trânsito em julgado da sentença de extinção⁵⁰.

Se a extinção do processo se deu com resolução de mérito, sem que tenha havido o reconhecimento da prestação exigida pelo autor, qualquer discussão acerca da interrupção de prazo prescricional se torna inócua, pois não apenas a prestação já foi exigida judicialmente como a propositura de nova ação é obstada pela incidência dos efeitos da coisa julgada.

A bem da verdade, o que se observa, na preocupação com o “efeito interruptivo da prescrição” relativa a uma prestação já exigida, é a justificativa para o possível hiato entre o trânsito em julgado da sentença de mérito e o início da fase de cumprimento de sentença. Se a prescrição tem por objeto o direito de exigir uma prestação e se esta já foi exigida judicialmente, e foi reconhecida, não faz qualquer sentido, lógico ou jurídico, se falar em “interrupção do prazo prescricional”. E isso se afirma, com muito mais convicção, pelo fato de, na atual configuração do processo civil, estarmos diante de um processo sincrético, no qual a efetivação do direito por tutela executiva não inaugura um novo “processo”, mas sim uma nova fase de uma mesma ação.

Retomaremos esse ponto mais adiante quando tratarmos especificamente daquilo que se convencionou chamar de “prescrição intercorrente”, expressão que abrange a extinção do processo pela ausência de pedido de tutela executiva, ausência de bens penhoráveis e outras hipóteses correlatas. Mas, voltando ao art. 202 do Código Civil, o conceito de que o despacho inicial do Juiz “interrompe a prescrição”, que volta a correr após o trânsito em julgado, para marcar o início do prazo para iniciar o cumprimento de sentença, retrata não propriamente uma interrupção de prazo “prescricional”, e sim o termo inicial de um prazo processual. Esse dispositivo tem aplicação, repita-se, para interrupção da prescrição na hipótese (excepcional) de extinção do processo sem resolução do mérito, autorizando o reinício do prazo prescricional (uma única vez!) a partir do trânsito em julgado. Essa interrupção, portanto, é a

⁵⁰ Frise-se que a interrupção da prescrição, nestes casos, se limita à prestação que foi exigida pelo titular do direito, não se aplicando a outros eventuais direitos que não foram objeto da ação. Nesse sentido, o STJ já firmou o posicionamento de que “*o ajuizamento da execução coletiva da obrigação de fazer não repercute na fluência do prazo prescricional da execução da obrigação de pagar, na medida em que as pretensões são distintas, não se confundem e têm regramento próprio*” (REsp 1.340.444, Corte Especial, Rel. Min. Humberto Martins, j. em 19.06.2013)

exceção, pois em regra, quando a ação foi proposta, o direito de exigir a prestação já foi exercido.

Esse posicionamento, aliás, ajuda a explicar o entendimento (absolutamente correto) de que a propositura de uma ação que visa o cumprimento de obrigação de fazer não interrompe o prazo prescricional para que o titular do direito exija a prestação de pagamento. Ao analisar o tema, o Superior Tribunal de Justiça recorreu a uma tese de “autonomia das pretensões executórias” para afastar a possibilidade de interrupção do prazo prescricional nesta hipótese⁵¹, quando, na nossa visão, bastava ter reconhecido de que não se trata de interrupção do prazo de prescrição pelo simples fato de que o direito de exigir o cumprimento da obrigação de fazer foi *exercido* e, quanto à obrigação de pagar, o titular do direito manteve-se inerte.

Nesse contexto, o art. 240, § 1º, do CPC, nada mais faz do que reproduzir a regra do art. 202, I, do Código Civil, acrescentando que a interrupção da prescrição “retroagirá à data de propositura da ação”. Essa regra difere daquela que consta no parágrafo único do art. 202 do Código Civil (“a prescrição interrompida recomeça a correr da data do ato que a interrompeu, ou do último ato do processo para a interromper”) e, para atribuir às regras interpretação adequada ao sistema, parece razoável sustentar que a regra do Código Civil é a que melhor resolve a questão do termo inicial do prazo prescricional na hipótese de extinção do processo sem resolução do mérito. Do contrário, aplicando-se a regra do CPC, o termo inicial da prescrição seria a data da propositura da ação extinta, o que, em muitos casos, poderia inutilizar o efeito interruptivo da prescrição⁵².

⁵¹ Nesse sentido, citando outros precedentes, o AgInt no AREsp nº 1.804.754, 1ª Turma, rel. Min. Sérgio Kukina, j. em 15.03.2022.

⁵² Antonio Carlos Marcato (*Interrupção da Prescrição: o inciso I do artigo 202 do Código Civil*, pág. 16), ao analisar os efeitos da limitação da interrupção da prescrição a uma só vez quando da entrada em vigor do Código Civil de 2002, já lançava a dúvida quanto à possibilidade de reconhecimento da prescrição intercorrente em razão da aplicação sistemática dos arts. 202, I e 240 do Código Civil, sem, contudo, responder o questionamento: “Outra inovação importante introduzida pelo artigo 202 (mas cujo tratamento é estranho aos escopos deste trabalho) é a contida em seu *caput*: o prazo prescricional será interrompido apenas uma vez. Assim já dispunha, em favor da Fazenda Pública, o Decreto nº 20.910, de 6 de janeiro de 1932, com a peculiaridade de que, retomando seu curso após a interrupção, o prazo seria contado pela metade – circunstância que ensejou a edição de súmula pelo Supremo Tribunal Federal. Tendo em vista essa inovação e considerando, de um lado, que o artigo em exame ampliou o rol das causas interruptivas do prazo prescricional e, de outro, que a interrupção poderá ocorrer antes do ajuizamento da demanda (v.g., por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor – inc. VI), é o caso de indagar-se: interrompido anteriormente o prazo prescricional e proposta, depois, a demanda, dar-se-á a prescrição intercorrente, ante o contido na primeira parte do parágrafo do artigo?”

Passando ao inciso II (protesto judicial), trata-se da talvez mais comum e clara hipótese de interrupção de prescrição. A ressalva, aqui, é que diferente do que ocorre com a extinção do processo sem resolução do mérito, no protesto judicial o efeito interruptivo da prescrição retroage à data do ajuizamento da ação, não se aplicando a regra de que ela retomaria seu curso apenas por ocasião do trânsito em julgado. Sendo o protesto judicial procedimento de jurisdição voluntária, nos parece impróprio falar inclusive em trânsito em julgado (pois não há sentença), e o diferimento da retomada do prazo prescricional para o “último ato do processo” (i.e., a certificação da intimação do interpelado) representaria dilação indevida do prazo prescricional para um processo que tem a finalidade específica de interrupção da prescrição⁵³.

Quanto ao inciso III (protesto cambial), trata-se de medida de “publicização da mora” (art. 1º da Lei nº 9.494/97), essencial para alguns atos como o Pedido de Falência (art. 94, § 3º, da Lei nº 11.101/05). Uma questão interessante, nesse particular, é se o protesto de uma sentença judicial transitada em julgado (conforme previsto no art. 517 do CPC) teria o efeito interruptivo de prescrição. Pelas mesmas razões que manifestamos a impertinência de se falar em interrupção da prescrição do direito de exigir prestação já exercido, não nos parece adequado falar em “interrupção da prescrição” neste caso. De todo modo, aos que entenderem de forma diversa, sustentando a aplicação do efeito interruptivo da prescrição mesmo nos casos de extinção do processo com resolução do mérito, a regra do *caput* do art. 202, de que a prescrição se interrompe uma única vez, também afastaria o efeito interruptivo nesta hipótese de protesto da sentença.

⁵³ Ao analisar o “efeito interruptivo” do prazo prescricional decorrente do art. 240, § 1º, do CPC, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu que, tendo sido a ação de conhecimento precedida de Protesto Interruptivo de Prescrição, seria inviável nova interrupção, por aplicação da regra do art. 202 do Código Civil (Recurso Especial nº 1.504;408-SP, 3ª Turma, Relatora p/ Acórdão Min. Nancy Andrichi, j. em 17.09.2019):

RECURSOS ESPECIAIS. DIREITO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. INTERRUPÇÃO DO PRAZO ATÉ O TRÂNSITO EM JULGADO. NOVA INTERRUPÇÃO. PROTESTO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO. RECONHECIDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR IRRISÓRIO OU EXAGERADO. AUSÊNCIA.

1. O propósito recursal consiste em determinar a possibilidade da interrupção da prescrição por mais de uma vez de pretensão de cobrança fundamentada em mesma relação jurídica.

2. Em se tratando de causa interruptiva judicial, a contagem do prazo prescricional reinicia após o último ato do processo, ou seja, o trânsito em julgado. Precedentes.

3. Conforme dispõe o art. 202, *caput*, do CC/2002, a interrupção da prescrição ocorre somente uma única vez para a mesma relação jurídica. Precedente.

4. Na hipótese, fixou-se em 11/01/2006 o termo final para o ajuizamento de nova ação de cobrança pelas recorrentes. Com a entrada em vigor do CC/2002 em 11/01/2003, começou a correr neste dia o prazo trienal para a cobrança de aluguéis, disposto no art. 206, § 3º, I, do CC/2002. Ajuizada em 29/11/2007, percebe-se que a nova ação para a cobrança de aluguéis foi ajuizada após o esgotamento do prazo prescricional.”

Quanto à hipótese do inciso IV (apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores), embora tratada como causa de interrupção da prescrição, constitui, em verdade, o próprio exercício do direito de exigir prestação. A cobrança concursal das dívidas do espólio ou do devedor insolvente é uma imposição legal, de forma que sua instrumentalização inegavelmente equivale ao ajuizamento da ação judicial visando a exigência da prestação, com as consequências daí decorrentes. Importante destacar, de todo modo, que em se tratando de concurso de credores de obrigações assumidas por devedor falido ou que teve a recuperação judicial deferida, a lei especial prevê que, decretada a falência ou deferida a recuperação, ficam suspensos (e não interrompidos) os prazos prescricionais⁵⁴.

Já a hipótese do inciso V (qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor) é inócua, pois, se o devedor não estava em mora, a prestação não era exigível e, portanto, o prazo prescricional não estava em curso, não havendo que se cogitar, portanto, de sua interrupção. O ato judicial que constitui em mora o devedor referido no inciso V constitui, assim, o termo inicial do prazo prescricional, e não causa de sua interrupção.

Por fim, a hipótese do inciso VI (qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor) constitui causa interruptiva de prescrição porque o reconhecimento do direito pelo devedor desperta, no credor, a legítima expectativa do cumprimento da obrigação. Nesse contexto, justifica-se a renovação do prazo prescricional para se exigir a prestação, evitando que reiteradas promessas do devedor quanto ao cumprimento voluntário da obrigação sejam utilizadas para levar à extinção do direito do credor pelo decurso do prazo de prescrição. Importante lembrar que essa hipótese de interrupção do prazo prescricional não se confunde com a novação ou a transação, que, por serem formas de extinção da obrigação, dão um ensejo a uma nova prestação e, conseqüentemente, um novo prazo de prescrição (que, naturalmente, poderá vir a ser interrompida, uma única vez).

⁵⁴ Art. 6º, I, da Lei nº 11.101/05: “A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica: I - suspensão do curso da prescrição das obrigações do devedor sujeitas ao regime desta Lei”. Sobre os efeitos desta interrupção de prescrição quanto a créditos concursais e extracursais, Sérgio Shimura e João Victor Carvalho de Barros (*A Construção de Bens do Devedor em Recuperação Judicial para a Satisfação de Créditos Extraconcursais*, Revista de Processo nº 304, págs. 203/218).

3. Prescrição Intercorrente na Execução e no Cumprimento de Sentença.

Da mesma forma que historicamente se limitou no tempo o exercício de um direito, estabelecendo-se a prescrição material (do direito de ação, da pretensão ou, como nos parece mais apropriado, do direito subjetivo de exigir uma prestação), por não parecer razoável perpetuar direitos ou conflitos potenciais, também se verifica a preocupação (ainda que menos intensa) com a duração do processo. Afinal, se um dos fundamentos da prescrição é a “pacificação social” e a eliminação de um “estado de inquietude (prescrição-estabilização)”, não se pode dizer que tal inquietude foi afastada pelo simples fato de um processo ter sido instaurado. A tutela jurisdicional não é completa até que se entregue ao autor o bem da vida por ele perseguido, ou que se reconheça que ele não pode exigir a prestação ou o estado de sujeição que motivou a ação judicial. O processo, uma vez iniciado, precisa terminar.

O grau de intensidade da preocupação com o tempo de duração do processo, ou com a eternização de demandas sem um desfecho, varia muito ao longo da história. Da mesma forma que em regra não se admitem direitos perpétuos, também a existência de ações perpétuas desde sempre foi vista com preocupação⁵⁵.

Nos relatos acerca do tema no Direito Romano, no período formulário a *actio* deveria ser exercida dentro do prazo prescricional e, uma vez exercida, a fase *in iure* deveria terminar em um ano. Havendo *litiscontestatio*, ocorria a “perpetuação da lide”, que não era propriamente perpétua porque não se admitia que o processo ficasse parado por mais de três

⁵⁵ Carvalho de Mendonça, ao analisar a questão sob o prisma da perpetuação da ação, manifesta sua perplexidade com o fato de um processo começar e não ter prazo para terminar, confessando não ter solução a propor, senão confiar aos Juízes a verificação, no caso concreto, quanto ao efetivo abandono da causa (*Tratado de Direito Comercial*, Vol. VI, Livro IV, pág. 471): “Não há propriamente prazos judiciais, mas prazos prescricionais, que dirimem a ação, e, conseqüentemente, fazem perecer o direito da parte. As razões que teríamos para excluir estes casos poderiam ser as mesmas para excluir as prescrições de um ano e dois anos, prazo que, conforme se sabe, nada representa nas causas forenses, que somente se movem à custa de grande esforço e muito dinheiro. Neste assunto não devemos criar ilusões. No papel podem escrever-se coisas bonitas, mas na vida prática do foro passam-se diferentemente. Não sabemos, confessamos, como sair dessa dificuldade, que os Códigos deviam solver. Enquanto legislativamente não for providenciado, parece que se deve ter em atenção o fato do autor e vem verificar se houve efetivamente por parte dele inação ou abandono na defesa do seu direito. Temos aí o perigo do arbítrio dos juizes, mas que fazer? Peçamos a DEUS juizes bons, capazes e sobretudo honestos”.

anos, mas ele poderia ser proposto novamente caso se estivesse ainda dentro do prazo prescricional de 30 anos⁵⁶.

No Brasil, verifica-se das Ordenações Filipinas os reflexos da *litiscontestatio* romana, com a perpetuação da lide, sem limite temporal⁵⁷. No Regulamento 737 (Decreto nº 737, de 25.11.1850) havia previsão expressa de que a citação do réu para comparecimento em audiência de conciliação interrompia a prescrição desde que a ação fosse proposta em até um mês depois da realização da audiência⁵⁸. Proposta a ação, não havia previsão de prazo para seu encerramento, nem referência à perpetuação da ação. O Código Comercial de 1850 (art. 453) continha previsão mais genérica quanto à interrupção da prescrição, no sentido de que esta se interrompia “por via de citação judicial, ainda mesmo que tenha sido só para juízo conciliatório”, sem falar em prazo para propositura da ação, mas trazia regra específica para a reinício da contagem do prazo prescricional, que seria a “data do último termo judicial que se praticar por efeito da citação”.

Na Consolidação das Leis Processuais (Consolidação Ribas) concluída em 1876, voltou-se a falar em “perpetuação da lide” como efeito da contestação, fixando-se um prazo de quarenta anos de “perpetuação”, seja qual fosse o prazo de prescrição do direito material⁵⁹.

⁵⁶ Atalá Correia, *Prescrição: Entre Passado e Futuro*, pág. 205.

⁵⁷ Ordenações Filipinas, Livro III, Título 18, § 12. Segue transcrição, interessante pelo registro histórico: “E acordando-se o autore réo de proseguirem seu feito, sem embargo das ferias, que são ordenadas para colhimento do pão e vinho, podel-o-hão fazer, se o Julgador os quizer ouvir, e valerá tudo o que fôr feito no tempo das taes férias. Porém, se algum quizesse demandar outro, e a aução fosse tal, que pereceria, se em tempo das ditas ferias não fosse intentada, bem poderá movertal demanda, e o Juiz será obrigado de o ouvir com o réo, até a aução ser perpetuada per contestação da lide. E, tanto que assi for perpetuada, não irá o Juiz mais pelo feito adiante sem consentimento de ambas as partes, mas assinar-lhes-ha termo, a que o venham seguir, passadas as ferias”.

⁵⁸ “Art. 38. A citação para a conciliação, ou o comparecimento voluntario das partes na audiencia do Juiz de paz (art. 36), interrompe a prescripção (art. 453 nº 2 do Codigo), e constitue desde logo o devedor em móra (art. 438 Codigo), comtanto que a acção seja proposta até um mez depois do dia em que se não verificou a conciliação. Art. 59. A citação inicial da causa torna a causa litigiosa; induz a litispendencia ; previne a jurisdicção, salvo sendo nulla ou circumducta a citação; interrompe a prescripção, e constitue em móra o devedor nas causas em que não é necessaria a conciliação (§§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 23).”

⁵⁹ Consolidação do Processo Civil, art. 260: “Art. 260. São effeitos da verdadeira contestação da lide:

§ 1º. Perpetuar as açções que, sem ella, pereceriam.” Em seus comentários a este dispositivo, o Conselheiro Ribas (*Consolidação do Processo Civil Commentada*, págs. 211/212), fazendo referência aos dispositivos esparsos que, em seu trabalho, procurou consolidar, observa que: “se for contestada a lide antes do prazo, no qual a acção prescreveria, ficará a acção perpetuada por 40 annos, ainda quando falleça o autor”. E, no comentário seguinte, acrescenta: “Se, porém, não fôr contestada a lide, embora tenha sido interrompida a prescrição pela citação, poderá esta tomar a correr de novo e, segundo o prazo d’ella, vir a extinguir a acção antes do dito lapso de 40 anos”.

Também foi prevista, na Consolidação das Leis Processuais, a interrupção da prescrição como efeito da citação⁶⁰.

No Código de Processo Civil de 1939, manteve-se o efeito interruptivo da prescrição por força da citação (art. 166, IV), mas não foi repetida nenhuma disposição acerca da “perpetuação da lide” ou imposta limitação temporal à duração do processo. Já o Código Civil de 1916 trazia regras semelhantes às do Código Comercial sobre a interrupção da prescrição, dispondo que “a prescrição interrompida recomeça a correr da data do ato que a interrompeu, ou do último do processo para a interromper” (art. 173). Nada se falou sobre prescrição intercorrente ou qualquer figura assemelhada⁶¹.

A preocupação com a possibilidade de incidir a prescrição no curso do processo, contudo, já existia na vigência do CPC de 1939. Amílcar de Castro, em interessante artigo datado de 1943⁶², propõe tese para resolver questão relacionada ao marco temporal do reinício do prazo prescricional interrompido pela citação válida, em razão de debate sobre haver, no curso do processo, novas interrupções de prescrição a cada ato processual praticado, ou seu reinício apenas depois da sentença de procedência da demanda⁶³. A resposta a esta indagação foi de que o reinício se daria apenas após o trânsito em julgado da sentença proferida no processo de conhecimento, de forma que “antes de iniciada, ou depois de finda, a relação processual de conhecimento, a interrupção de prescrição pode ser reiterada, mas entre a citação inicial e a sentença positiva de acolhimento da demanda, deve ser contínua”⁶⁴.

⁶⁰ “Art. 236. Os efeitos da citação são: (...) § 3º. Interromper a prescrição”.

⁶¹ Registre-se, sobre a possibilidade de reconhecimento da prescrição intercorrente na vigência do Código Civil de 1916, o trabalho de Luis Francisco de Castro Leal (*A Prescrição Intercorrente no Código Civil Brasileiro*), que, em abrangente estudo da doutrina e jurisprudência da época (1995), defende a posição, que reconhece ser isolada, de que “a exegese firme, clara e segura, da segunda parte do artigo 173, nos leva à conclusão de que o que o Código diz (e não o que quis dizer, mero campo de hipóteses improváveis), é que, sendo a citação uma causa interruptiva, o curso do prazo reinicia logo após a sua incidência, e portanto a lide tem um prazo de vida prefixado pela lei substancial”, e por isso “se [o autor] não impulsionar devidamente a demanda, ocorre a prescrição intercorrente ao litígio, desde que superado o prazo igual ao previsto para o ajuizamento do feito.”.

⁶² O artigo, intitulado *Da Prescrição no Curso da Lide*, retrata tese discutida por Amílcar de Castro perante o Instituto da Ordem dos Advogados de Minas Gerais, em que o professor mineiro expõe sua tese e, na sequência, refuta, uma a uma, as objeções apresentadas por outros integrantes do Instituto. O artigo foi publicado, após o falecimento do autor, na coletânea *Lições de Direito Processual Civil e Direito Internacional Privado*.

⁶³ A questão foi posta da seguinte forma: “Feita a citação inicial para uma demanda, a prescrição recomeça a correr logo no dia seguinte, para ser interrompida pelo ato processual subsequente, que por sua vez marca o início de nova prescrição, sujeita a nova interrupção, e assim sucessivamente, enquanto perdurar a instância? Ou, pelo contrário, a prescrição uma vez interrompida pela citação inicial somente recomeçou a correr da sentença final positiva de acolhimento da demanda?” (*Lições de Direito Processual Civil e Direito Internacional Privado*, pág. 13).

⁶⁴ *Lições de Direito Processual Civil e Direito Internacional Privado*, pág. 17.

Lembrando que, na ocasião, se encontrava vigente o Código Civil de 1916, que não restringia a quantidade de vezes em que a prescrição podia ser interrompida, e que se estava em um sistema com distinção clara entre processo de conhecimento e processo de execução de sentença, tanto a dúvida quanto sua resposta nos parecem pertinentes e adequadas para o tempo em que foram apresentadas.

Ainda sob a vigência do Código Civil de 1916, é possível resgatar interessante debate acerca do “prazo de prescrição da sentença”, se seria ele o mesmo prazo do direito material que fundamenta a ação, ou seria o prazo de “prescrição ordinária” de 30 anos. Ary Azevedo Franco, em sua obra, refuta com veemência a tese de Aureliano Guimarães, defendida em 1926, de que “o Código Civil não cogitando de prescrição de sentenças induz à conclusão de que o prazo prescricional destas é o mesmo que o da relação de direito originário, por elas declarado”, para sustentar que a pretensão de execução de sentença se submete a prazo de prescrição ordinária, e que esta “devia ser até imprescritível, porque ante uma sentença passada em julgado caem por terra os fundamentos da prescrição, que são: a inércia do credor em fazer valer o seu direito, e o perigo à paz social que traz a incerteza de direitos inerentes a qualquer litígio”. Mais do que o registro histórico, se extrai do debate a força que se atribuía, à época, à “coisa julgada”, repelindo-se a ideia de que à execução de uma sentença judicial se poderia aplicar prazo de prescrição do direito material⁶⁵.

O CPC de 1973, igualmente, não tratava de forma expressa da prescrição intercorrente. Foi repetida a regra tradicional do processo de conhecimento de que a citação válida interrompe a prescrição, com efeitos retroativos à data do despacho que ordenar a citação, acrescentando-se regra semelhante para o processo de execução (art. 617), de que “a propositura da execução, deferida pelo juiz, interrompe a prescrição, mas a citação do devedor deve ser feita com observância do disposto no art. 219” (até a reforma de 2005, o início da “execução de sentença” demandava nova citação do devedor)⁶⁶. Além disso, no CPC/73, a

⁶⁵ *A Prescrição Extintiva no Código Civil Brasileiro*, pág. 161. E prossegue o autor, para justificar o argumento de que a execução de sentença se sujeita à prescrição ordinária: “O que importa é que a sentença passada em julgado é uma presunção de verdade, *juris et de jure*. O que importa é que a sentença definitiva torna certo o direito entre as partes, que até então era duvidoso. O que importante é que a sentença faz do negro branco e do quadrado redondo. E em todos os países civilizados se tem entendido que a coisa julgada tem força de transmutar a lei da prescrição.”

⁶⁶ Especificamente sobre a Ação Rescisória, o Supremo Tribunal Federal, em 1963, editou a Súmula nº 264, prevendo que “verifica-se a prescrição intercorrente pela paralisação da ação rescisória por mais de cinco anos”. Com a alteração no CPC de 19873 para tornar decadencial (e de 2 anos) o prazo para propositura da Ação Rescisória, esse entendimento ficou superado, mas a súmula registra a possibilidade de extinção do processo por

hipótese de não localização de bens penhoráveis era tratada como causa de suspensão do processo (art. 791, III), sem nenhuma menção à possibilidade de extinção da execução sob esse fundamento⁶⁷.

Em 1980, com a entrada em vigor da Lei de Execuções Fiscais (Lei nº 6.830, de 22.09.1980), foi prevista a possibilidade de suspensão da execução “enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora”; decorrido o prazo de um ano sem que o devedor fosse localizado ou fossem identificados bens penhoráveis, o processo deveria ser arquivado (art. 40). Entretanto, havia expressa previsão de que “nesses casos, não correrá o prazo de prescricional” e que “encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução”. Não incidia, ainda, a hipótese de extinção do processo, muito menos de pronunciamento da prescrição por não localização do executado ou de bens passíveis de penhora.

Entretanto, esta sistemática foi modificada em 2004, com a edição da Lei nº 11.051/04. Esta lei acrescentou o § 4º no art. 40 da Lei de Execuções Fiscais, para prever que “se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato”. Embora a Lei de Execuções Fiscais não seja expressa, o prazo de prescrição intercorrente, para dívidas tributárias, é de 5 anos, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional⁶⁸.

A ausência de previsão semelhante para a execução civil era criticada pela doutrina, que não via sentido na suspensão, por prazo indefinido, de uma execução na qual não são

paralisação prolongada, hipótese que abordaremos mais adiante. Sobre o histórico desta Súmula, seus antecedentes e julgadores posteriores, Thiago Moreto Fiori (*Prescrição Intercorrente no Processo de Execução*, pag. 55).

⁶⁷ Nesse sentido, as observações de Lenio Luiz Streck, Dierle Nunes e Leonardo Carneiro da Cunha ao comentar o art. 921 do CPC/15 (*Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo, págs. 1413-1414): “No âmbito do CPC/73, a inexistência de bens penhoráveis é tratada como simples causa de suspensão do processo (art. 791, III), sem qualquer repercussão em matéria prescricional, mesmo porque relacionada em última análise a um obstáculo objetivo à sequência da execução por quantia certa, não propriamente à inércia da parte exequente. Nesse sentido, inclusive, a jurisprudência pacífica do STJ, que não obstante tenha enunciado sumular (n. 314) tratando da prescrição intercorrente para situações assemelhadas no âmbito das execuções fiscais, quanto às execuções regidas pelo CPC/73 afasta a possibilidade”.

⁶⁸ Nessa mesma linha, a Súmula nº 314 do STJ (“Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição quinquenal intercorrente”).

localizados bens do devedor⁶⁹. Com a previsão de extinção do processo por prescrição intercorrente nas Execuções Fiscais, se passou a sustentar a aplicação analógica do art. 40 da Lei de Execuções Fiscais ou, de maneira mais sofisticada, defender a aplicação do art. 202 do Código Civil para possibilitar a extinção da execução por prescrição intercorrente na hipótese de suspensão da execução com fundamento no art. 791, III, do CPC⁷⁰, bem como no caso de não localização do devedor⁷¹.

A doutrina processual, então, sempre cuidando das hipóteses associadas à falta de citação do devedor para o processo de execução de sentença e não localização de bens penhoráveis, passou a tratar, de forma mais frequente, da extinção do processo nesses casos,

⁶⁹ Cândido Rangel Dinamarco (*Instituições de Direito Processual Civil*, Vol. IV, pág. 784): “Não há no Código de Processo Civil um limite temporal de duração desse estado de estagnação, donde a possibilidade, pelo ponto-de-vista exclusivamente processual, de o processo executivo ficar paralisado *ad eternum* sempre que não se encontrem bens. “É incabível a extinção do processo de execução fiscal por falta de localização do devedor ou inexistência de bens penhoráveis” (Súmula n. 48-TRF-4ª Região). É por isso muito razoável o entendimento de que, perdurando mais de um ano a paralisação por falta de bens, a partir de então começa a fluir o prazo para uma prescrição intercorrente se o executado nada diligenciar com o objetivo de localizar o que penhorar. Essa é a solução adotada nos executivos fiscais, onde, por imposição do art. 174 do Código Tributário Nacional, após passado um ano sem se encontrarem bens, começa a fluir o prazo para a prescrição intercorrente; o Superior Tribunal de Justiça vem dando atenção a esse dispositivo quando se trata de execuções fiscais, afirmando a possibilidade da prescrição; mas, em relação às execuções ordinárias, insiste na impossibilidade desta”.

⁷⁰ Essa é a posição de Arlete Inês Aurelli (*A Prescrição Intercorrente no Âmbito do Processo Civil*, pág. 8), em artigo de 2008: “Conclui-se pela possibilidade da caracterização da prescrição intercorrente, no âmbito do processo civil, nas seguintes hipóteses: a) quando o vencedor (seja ele autor ou réu) deixar de promover o cumprimento de sentença, depois do trânsito em julgado da ação; b) o credor deixar de atender a determinação judicial para requerer o que de direito, deixando o processo paralisado pelo tempo previsto para prescrição da ação ou da execução; c) decurso do tempo previsto para prescrição da ação ou execução nas hipóteses de arquivamento do feito, de ofício ou por requerimento do credor; d) decurso do tempo previsto para prescrição execução na hipótese de o executado não ser localizado para citação; e) advogado retirar os autos de cartório para tomar providências e manter os mesmos em seu poder por lapso temporal superior ao tempo designado para prescrição da ação ou execução; f) suspensão do processo, sem que prática de atos durante tempo designado para prescrição da ação ou execução (...) Concluímos, pela possibilidade de caracterização da prescrição intercorrente, mesmo na hipótese de suspensão do feito. A dúvida, nesse caso, surge porque o art. 793 do CPC reza que “suspensa a execução, é defeso praticar quaisquer atos processuais”. No entanto, entendemos que a prescrição intercorrente se efetiva mesmo na hipótese de suspensão. Isto porque, em nome do princípio da segurança jurídica, não se pode premiar a inércia. O credor deve demonstrar vontade em receber o crédito que lhe cabe. Não se pode admitir que o credor possa requerer o desarquivamento do feito e dar continuidade aos atos de execução, após longos anos, sem que nenhum ato tenha sido praticado no processo. Isso, seria propiciar a incerteza jurídica.”

⁷¹ No mesmo artigo, Arlete Inês Aurelli defendia a aplicação da prescrição intercorrente sempre que caracterizada a “inércia do credor” (*A Prescrição Intercorrente no Âmbito do Processo Civil*, pág. 3): “Portanto, da redação do art. 202, parágrafo único, do CC/2002 depreende-se que a prescrição intercorrente não só incide no processo civil, mas ocorrerá sempre que o credor, depois de propor a ação, deixar transcorrer o mesmo prazo determinado para a prescrição da ação, sem praticar qualquer ato no sentido de dar andamento ao feito. Verifica-se que a intenção do legislador é a de estabelecer como requisito para a incidência da prescrição intercorrente, assim como o fez para a prescrição da ação, a *inércia do credor*. Mais uma vez, constata-se a vontade de evitar a perpetuação da incerteza jurídica. Portanto, se ficar caracterizada a efetiva inércia do credor, a demonstração de sua falta de vontade em continuar com a execução ou dar encaminhamento ao cumprimento de sentença, não há como deixar de entender pela ocorrência da prescrição intercorrente”.

utilizando o termo empregado pelo legislador na alteração do art. 40 da Lei de Execuções Fiscais: prescrição intercorrente.

Arruda Alvim, ao tratar da prescrição intercorrente em artigo de 2005, a define como “aquela relacionada com o desaparecimento da proteção ativa, no curso do processo, ao possível direito material postulado, expressado na pretensão deduzida” e “aquela que se verifica pela inércia continuada e ininterrupta no curso do processo por seguimento temporal superior àquele em que ocorre a prescrição em dada hipótese”⁷². Nessa mesma linha, Dinamarco, invocando a Súmula nº 150 do STF (“prescreve a execução no mesmo prazo para a prescrição da ação”), sustentava a possibilidade de extinção da execução de sentença quando esta não é iniciada dentro do prazo de prescrição do direito originário, contado a partir do trânsito em julgado da sentença⁷³.

Ainda na vigência do CPC/73, o Superior Tribunal de Justiça, em diversas oportunidades, extinguiu processos de execução de título judicial em razão do decurso do prazo prescricional para seu ajuizamento, ora utilizando o termo “prescrição da pretensão executória”⁷⁴, ora falando em “prescrição da pretensão executiva”⁷⁵, mas sempre aplicando a

⁷² *Da Prescrição Intercorrente*, pág. 34.

⁷³ Mas o fazia sem utilizar, de forma expressa, a expressão “prescrição intercorrente”, invocando o raciocínio de reinício do prazo para a execução depois da interrupção da prescrição decorrente da citação no processo de conhecimento (*Instituições de Direito Processual Civil*, Vol. IV, pág. 784): “O estado de interrupção da prescrição pela instauração do processo de conhecimento cessa quando este se extingue e não permanece no intervalo que mediar entre essa extinção e o início do processo executivo; o trânsito em julgado da sentença lá proferida é o último momento de vida do processo cuja pendência interromperá a prescrição e, por disposição expressa do parágrafo do art. 202 do Código Civil, nesse momento a prescrição se reinicia, só voltando a se interromper se e quando a execução vier a ser proposta. Ao fixar que ‘prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação’, a Súmula n. 150 do Supremo Tribunal Federal deixa claro que durante aquele intervalo o prazo prescricional flui e, como está em suas próprias palavras, não há regra especial para a duração desse prazo depois de extinto o processo de conhecimento; ele terá sempre a dimensão estabelecida pelo direito material com relação ao direito em litígio, fluindo sempre de modo igual, antes da formação do processo de conhecimento e também no intervalo entre este e o executivo”.

⁷⁴ REsp 1.275.215/RS, 4ª Turma, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, j. em 27.09.2011: “Evidentemente, só se interrompe e recomeça o que já se iniciou com o exercício da pretensão, que será, uma vez mais, exercitada mediante atos executórios, depois do último ato praticado no processo. Ou seja, a pretensão denominada “executória” nada mais é que a pretensão original de direito material deduzida em juízo (no processo de conhecimento), cujo prazo de manifestação (prescrição) foi reiniciado pelo “último ato do processo”. Com efeito, tendo sido a prescrição de direito material interrompida (o que, na vigência do CC/02, só pode se dar por uma única vez), quando voltar a fluir, o titular do direito subjetivo terá, novamente, o prazo integral que lhe confere a lei. Daí por que a máxima da Súmula n. 150/STF, no sentido de que ‘prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação’. Não porque nasce uma nova e particular pretensão de execução, mas porque a pretensão da ‘ação’ teve o prazo de prescrição interrompido e reiniciado pelo ‘último ato do processo’.

⁷⁵ REsp 920.137/SP, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, j. em 05.04.2011: “Com efeito, esta Corte sedimentou o entendimento segundo o qual (I) são autônomos os prazos prescricionais para a propositura das ações de conhecimento e de execução em face da Fazenda Pública; (II) a prescrição da pretensão executiva se inicia com o trânsito em julgado da ação de conhecimento. Nesse sentido: AgRg no REsp 1.143.547/SC, 6ª T.

lógica de reinício do prazo prescricional interrompido a partir do trânsito em julgado da sentença. Sobre a extinção da execução por ausência de bens penhoráveis, no entanto, o Superior Tribunal de Justiça mantinha a posição de que, tendo o exequente requerido a suspensão da execução por não localização de bens, esta suspensão poderia perdurar por prazo indeterminado⁷⁶. Essa era a mesma posição defendida pela doutrina⁷⁷, que não aceitava a transposição, para a execução civil, da regra do art. 40 da Lei de Execuções Fiscais, com fundamento na ideia de que “a solução do Código de Processo Civil é a da insolvência, que pode ser requerida tanto pelo credor quanto pelo devedor”, ao término da qual passaria a correr a prescrição, nos termos dos arts. 777e 778 do CPC/73⁷⁸.

Com o advento do CPC de 2015, foi incorporada à lei processual civil a sistemática de suspensão da execução e posterior extinção por ausência de bens penhoráveis. Inicialmente, previa-se a suspensão da execução “quando o executado não possuir bens penhoráveis” (art. 921, III), hipótese em que o Juiz deverá suspender a execução pelo prazo de um ano, “durante o qual se suspenderá a prescrição” (art. 921, § 1º). Após o decurso do prazo de um ano, sem que haja manifestação do exequente, “começa a correr o prazo de prescrição intercorrente” (art. 921, § 4º). Decorrido o prazo, “o Juiz, depois de ouvidas as partes, no prazo de 15 dias, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição de que trata o § 4º e extinguir o processo” (art. 921, § 5º), tendo sido incluída a hipótese de “prescrição intercorrente” dentre as causas de extinção da execução (art. 924, V).

Min. Og Fernandes, DJe de 09/11/2009; REsp 905.037/SP, 2ª T. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 15/06/2009; AgRg no Ag 1.253.074/PR, 5ª T. Min. Laurita Vaz, DJe de 05/04/2010”

⁷⁶ AREsp nº 1.130.320-DF, 3ª Turma, Rel. Des. Convocado Vasco Della Justina, j. em 15.12.2009: “quanto à alegação de prescrição intercorrente do título, a orientação jurisprudencial desta Corte, entende que não tem curso a prescrição, quando a execução se acha suspensa a requerimento do credor ante a inexistência de bens penhoráveis do devedor”.

⁷⁷ Arruda Alvim, *Da Prescrição Intercorrente*, pág. 54: “Não se justifica que, suspensa a execução por ausência de bens penhoráveis, e não podendo o credor agir ou não tendo como agir (mesmo porque o art. 793 do CPC durante esse período veda a prática de atos), que a partir dessa suspensão corresse simultânea e sobrepostamente a esse segmento de suspensão prazo prescricional, que viria a concretizar uma prescrição intercorrente, Dessa forma, então, enquanto não localizados bens em nome do devedor, encontrar-se-á o credor em uma posição de impossibilidade de dar andamento ao feito; a prescrição, portanto, não haverá de fluir contra aquele que não pode agir. Não poder agir, por óbvio, é noção ou circunstância incompatível com a ideia de inércia, propriamente dita. A solução do Código de Processo Civil é a da insolvência, que pode ser requerida tanto pelo credor quanto pelo devedor. E sucessivamente, ao término da insolvência, correrá prescrição, como, ainda, a lei estabelece a própria extinção das obrigações”.

⁷⁸ “Art. 777. A prescrição das obrigações, interrompida com a instauração do concurso universal de credores, recomeça a correr no dia em que passar em julgado a sentença que encerrar o processo de insolvência. Art. 778. Consideram-se extintas todas as obrigações do devedor, decorrido o prazo de 5 (cinco) anos, contados da data do encerramento do processo de insolvência.”

Em 2018, o Superior Tribunal de Justiça, diante de discussões acerca da forma de aplicação da prescrição intercorrente na execução civil, instaurou e julgou seu primeiro Incidente de Assunção de Competência (IAC nº 1), reconhecendo a “grande repercussão social” do tema, na forma do art. 947 do CPC.

Neste IAC nº 1⁷⁹, o Superior Tribunal de Justiça firmou quatro teses acerca da prescrição intercorrente. A primeira delas foi no sentido de reconhecer a possibilidade de aplicação da prescrição intercorrente nas causas regidas pelo CPC/73 “quando o exequente permanece inerte por prazo superior ao de prescrição do direito material vindicado, conforme interpretação extraída do artigo 202, parágrafo único, do Código Civil de 2002”. Em seu voto, o Ministro Marco Aurélio Bellizze reconhece que, até o advento do CPC/15, o Superior Tribunal de Justiça não extinguiu execuções civis por prescrição intercorrente, e sim, em algumas hipóteses, por “abandono de causa” (art. 267, § 1º, do CPC/73), o que autorizava a nova propositura da demanda, mas considerou necessária uma revisão deste posicionamento, a fim de promover solução definitiva para a execução⁸⁰.

A segunda tese, ainda sobre a incidência da prescrição intercorrente na vigência do CPC/73, foi no sentido de que “o termo inicial do prazo prescricional, na vigência do Código de Processo Civil de 1973, conta-se do fim do prazo judicial de suspensão do processo ou, inexistindo prazo fixado, do transcurso de um ano (aplicação analógica do artigo 40, parágrafo 2º, da Lei n. 6.830/1980)”. Para fundamentar essa tese, mais uma vez o Relator invocou a inércia do exequente como fundamento principal para o reconhecimento da prescrição intercorrente⁸¹.

⁷⁹ Derivado do Recurso Especial nº 1.604.412/SC, 3ª Turma, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, j. em 27.06.2018.

⁸⁰ “Com efeito, deve-se ter em mente que a prescrição intercorrente é meio de concretização das mesmas finalidades inspiradoras da prescrição tradicional, guarda, portanto, origem e natureza jurídica idênticas, distinguindo-se tão somente pelo momento de sua incidência. Por isso, não basta ao titular do direito subjetivo a dedução de sua pretensão em juízo dentro do prazo prescricional, sendo-lhe exigida a busca efetiva por sua satisfação. Noutros termos, é imprescindível que o credor promova todas as medidas necessárias à conclusão do processo, com a realização do bem da vida judicialmente tutelado, o que, além de atender substancialmente o interesse do exequente, assegura também ao devedor a razoabilidade imprescindível à vida social, não se podendo albergar no direito nacional a vinculação perpétua do devedor a uma lide eterna.”

⁸¹ “Findo prazo razoável de 1 (um) ano para suspensão da demanda, também o prazo prescricional deve ser retomado e, uma vez consumado, reconhecida a prescrição com observância do contraditório. Sublinha-se ainda que tal conclusão guarda perfeita simetria com a disciplina amplamente reconhecida no que tange às demais causas interruptivas. Assim, não é suficiente ao credor a realização do protesto cambial, por exemplo, para se alçar o título protestado ao restrito e excepcional espaço de direitos imprescritíveis. Ao contrário, embora restabelecido o prazo integral em razão da interrupção da prescrição, o título prescreverá normalmente. Não se

Já a terceira tese tratou da regra de transição do art. 1.056 do CPC/15 (“Considerar-se-á como termo inicial do prazo da prescrição prevista no art. 924, V, inclusive para as execuções em curso, a data de vigência deste Código”), para firmar o entendimento de que “o termo inicial do artigo 1.056 do Código de Processo Civil de 2015 tem incidência apenas nas hipóteses em que o processo se encontrava suspenso na data da entrada em vigor da novel lei processual, uma vez que não se pode extrair interpretação que viabilize o reinício ou a reabertura de prazo prescricional ocorridos na vigência do revogado Código de Processo Civil de 1973 (aplicação irretroativa da norma processual)”. Para esta tese, ponderou-se que a regra de transição não se aplica aos casos em que o prazo de prescrição intercorrente já tenha se consumado⁸² (“a regra de transição tem aplicação, exclusivamente, aos processos executivos em tramitação, que se encontrem suspensos, por ausência de bens penhoráveis, por ocasião da entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015”).

Por fim, a quarta tese firmada foi de que “o contraditório é princípio que deve ser respeitado em todas as manifestações do Poder Judiciário, que deve zelar pela sua observância, inclusive nas hipóteses de declaração de ofício da prescrição intercorrente, devendo o credor ser previamente intimado para opor algum fato impeditivo à incidência da prescrição”. Tratou-se, como se extrai do acórdão do julgamento em questão, da aplicação do art. 10 do CPC, prestigiando o contraditório, com o esclarecimento de que esta intimação não serve para o credor/exequente dar andamento da execução (por já ter decorrido o prazo de prescrição intercorrente) e sim para poder alegar alguma causa de impedimento, suspensão ou interrupção da prescrição⁸³.

olvida, entretanto, que, em se tratando de processo judicial, cujo trâmite é acentuadamente longo – apesar do esforço por assegurar uma duração razoável –, não seria legítimo se impor ao credor o ônus dessa demora. Todavia, se, por um lado, deve-se salvaguardar o interesse do credor que promove a ação e dá andamento regular ao processo, no quanto lhe cabe, por outro, também não se pode abandonar o devedor, mantendo sobre ele a ameaça constante de um processo paralisado *ad eternum*.”

⁸² “Efetivamente, não faz nenhum sentido aplicar a regra de transição aos casos em que o prazo prescricional intercorrente já se encontra integralmente consumado, conferindo-se, inadvertidamente, novo prazo ao exequente inerte. Do contrário, permitir-se-á que a pretensão executiva seja exercida por mais de dez, quinze ou mais anos, em absoluto descompasso com o propósito de estabilização das relações jurídicas e, por conseguinte, de pacificação social, bem como do próprio enunciado n. 150 da súmula do STF, segundo o qual a pretensão executiva prescreve no mesmo prazo da pretensão da reparação.”

⁸³ “Destarte, para o eventual reconhecimento de ofício da prescrição intercorrente, em ambos os textos legais – tanto na LEF como no novo CPC – prestigiou-se a abertura de prévio contraditório, não para que a parte dê andamento ao processo, mas para assegurar-lhe oportunidade de apresentar defesa quanto à eventual ocorrência de fatos impeditivos, interruptivos ou suspensivos da prescrição. Portanto, frisa-se, não para promover, extemporaneamente, o andamento do processo. Essa nova arquitetura legal torna mais técnica a solução a ser aplicada, amoldando-se à lógica dos sistemas processual e material civil, em que a acomodação das relações

Após este julgamento do Superior Tribunal de Justiça, sobreveio alteração nas regras relativas à prescrição intercorrente no processo civil. Primeiro, foi editada a Medida Provisória nº 1.040, de 29.03.2021, que incluiu, no Código Civil, o art. 206-A, para dispor que “a prescrição intercorrente observará o mesmo prazo de prescrição da pretensão”. Tratava-se, na ocasião, de alteração legislativa sem nenhum efeito prático, pois apenas repetia o conceito da Súmula nº 150 do STF, mas inseriu no Código Civil, pela primeira vez, o termo “prescrição intercorrente”. O curioso é que essa alteração foi realizada em MP expedida a pretexto de “melhorar o ambiente de negócios no Brasil, bem como impactar positivamente a posição do país na classificação geral do relatório Doing Business do Banco Mundial”, junto com regras sobre abertura de empresas, proteção a acionistas minoritários, cobrança de contribuições por conselhos profissionais e “obtenção de eletricidade”. Ao expor os motivos da MP, quanto à inserção do art. 206-A no Código Civil, a Mensagem nº 109 apresenta a seguinte justificativa: “com o objetivo de elevar a segurança jurídica, baliza transversal para melhoria dos indicadores do ambiente de negócios, promove-se a alteração pontual do Código Civil para cristalizar o instituto da prescrição intercorrente já consagrado pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula nº 150”. Alterar o Código Civil para incluir um conceito já estabelecido na jurisprudência, por meio de Medida Provisória, é realmente algo incompreensível.

Essa alteração e seu contexto entrariam para a história do processo civil como (mais uma) anedota a respeito da atividade de nosso legislativo, não fosse o fato de, no processo de conversão da MP em lei, terem ocorrido, aí sim, mudanças significativas nas regras do CPC/15 sobre prescrição intercorrente. Pela Lei nº 14.195/21, foi alterado o art. 921, III, do CPC, para incluir, dentre as hipóteses de suspensão da execução, além da ausência de bens penhoráveis, a não localização do executado. Além disso, quanto aos bens penhoráveis, alterou-se o texto que era de suspensão “quando o executado não possuir bens penhoráveis” para “quanto não for localizado (sic) bens penhoráveis” (ou seja, não precisam se esgotar as diligências de localização de bens, basta que, em primeira tentativa, não se localizem bens).

jurídicas pelo transcurso do tempo associado à inércia é indiscutivelmente a regra, limitando-se a imprescritibilidade às situações expressamente previstas no ordenamento jurídico”.

Nessa mesma linha de suspender a execução após a “primeira tentativa”, foi alterado também o art. 921, § 4º, para prever que “o termo inicial da prescrição no curso do processo será a ciência da primeira tentativa infrutífera de localização do devedor ou de bens penhoráveis, e será suspensa, por uma única vez, pelo prazo máximo previsto no § 1º deste artigo”. Assim, suspende-se a execução, de forma automática, por um ano, após a “primeira tentativa infrutífera” de localização do executado ou de seus bens. Sendo possível a suspensão por um ano apenas uma única vez, decorrido este prazo se inicia o prazo de prescrição intercorrente.

Acrescentou-se, também, o § 4º-A no art. 921, no sentido de que “a efetiva citação, intimação do devedor ou constrição de bens penhoráveis interrompe o prazo de prescrição, que não corre pelo tempo necessário à citação e à intimação do devedor, bem como para as formalidades da constrição patrimonial, se necessária, desde que o credor cumpra os prazos previstos na lei processual ou fixados pelo juiz”. De forma atécnica, se fala no dispositivo sobre “interrupção de prescrição”, sem atentar para o fato de que essa interrupção já é prevista, de forma geral, no art. 240 do CPC, e, de forma específica para a execução, no art. 802 do CPC. Parece que o que se quis dizer com o dispositivo foi que, decorrido o prazo de suspensão de um ano, e iniciado o prazo de prescrição intercorrente, esta não terá seu curso se o exequente não estiver inerte, mas por certo não é isso que está escrito. A introdução, neste contexto, de regra sobre interrupção de prescrição, é algo muito problemático, em especial diante das questões que já tratamos acerca da restrição quanto à impossibilidade de interrupção de prescrição em mais de uma oportunidade.

As últimas alterações promovidas pela Lei nº 14.195/21 foram no § 5º, para acrescentar que na hipótese de extinção da execução por prescrição intercorrente essa se dá “sem ônus para as partes” (afastando a imposição de sucumbência ao devedor, entendimento que prevalecia no Superior Tribunal de Justiça até a alteração de redação promovida pela lei nº 14.195/21⁸⁴), no § 6º, que exige, para alegação de nulidade quanto ao “procedimento”

⁸⁴ Em recente julgado, o Superior Tribunal de Justiça analisou o cabimento da condenação do devedor nos ônus de sucumbência na hipótese de extinção da execução pelo reconhecimento da prescrição intercorrente. No acórdão relatado pela Ministra Nancy Andrighi, é destacado que, na redação original do art. 921, § 5º, do CPC, a orientação do Superior Tribunal de Justiça era “no sentido de que a decretação da prescrição intercorrente, em razão da ausência de localização de bens penhoráveis, não afasta o princípio da causalidade em desfavor do devedor (art. 85, § 10, do CPC/2015), que deu causa ao ajuizamento da execução ao deixar de satisfazer dívida líquida e certa”, mas que, com a inclusão da previsão de que a extinção do processo nas hipóteses do art. 921 do CPC deve se dar “sem ônus para as partes”, não mais cabe a imposição de sucumbência ao devedor: “A novel

previsto no art. 921, se demonstre prejuízo (outra previsão inócua diante da regra do art. 282 do CPC) e, por fim, no § 7º, para prever que se aplica-se o art. 921 ao cumprimento de sentença (o que já está previsto, de forma geral, no art. 771 do CPC)⁸⁵.

O fato é que as alterações implementadas pela Lei nº 14.195/21 encontram evidente inspiração nas teses firmadas pelo Superior Tribunal de Justiça, em 2018, no julgamento do Tema 566, relacionadas à sistemática de contagem de prazo da “prescrição intercorrente” prevista no art. 40 da Lei de Execuções Fiscais⁸⁶. Nas teses firmadas dentro da sistemática de Recursos Especiais Repetitivos, verifica-se a questão do início do prazo de suspensão de um ano a partir da ciência do exequente sobre a não localização do devedor ou de bens penhoráveis⁸⁷, início automático do prazo de prescrição intercorrente⁸⁸, hipóteses de “interrupção da prescrição intercorrente”⁸⁹, necessidade de demonstração de prejuízo para alegar a nulidade do “procedimento”⁹⁰ e fundamentação da decisão⁹¹.

disposição é categórica: o reconhecimento da prescrição intercorrente acarreta a extinção do processo sem quaisquer ônus para as partes, seja exequente, seja executada. Trata-se de hipótese singular, à medida em que há processo, mas não há condenação em custas e honorários”, fixando-se, ainda, regra de direito intertemporal sobre o tema, para definir que “nas hipóteses em que prolatada sentença de extinção do processo com resolução do mérito após 26/08/2021, em razão do reconhecimento da prescrição intercorrente (art. 924, IV, do CPC/15), é de ser reconhecida a ausência de ônus às partes, a importar na ausência de condenação ao pagamento de custas e honorários de sucumbência, nos termos do art. 921, § 5º, do CPC/2015” (Recurso Especial nº 2.075.761-SC, 3ª Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. em 03.10.2023).

⁸⁵ Sobre as alterações promovidas pela Lei nº 14.195/2021, o artigo de Hermes Zaneti Jr. e Gustavo Silva Alves (*Breves notas sobre as alterações do Código de Processo Civil pela Lei 14.195/2021: citação eletrônica, exibição de documento ou coisa e prescrição intercorrente*, Revista de Processo nº 330, págs. 43/73).

⁸⁶ REsp nº 1.340.553-RS, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, j. em 12.09.2018.

⁸⁷ 4.1. O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução

4.1.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução.

4.1.2. Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução.

⁸⁸ 4.2. Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato;

⁸⁹ 4.3. A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo – mesmo depois de escoados os

Além das pertinentes ponderações feitas por alguns Ministros, vencidos na ocasião, sobre o atropelamento ao contraditório em algumas das teses firmadas⁹², e da impropriedade de se transplantar, para o processo civil, sem teste prévio de compatibilidade, regras e institutos próprios das Execuções Fiscais, há na Lei nº 14.195/21 flagrante inconstitucionalidade formal, que ensejou a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.005, proposta em 23.09.2021 pelo Partido da Social Democracia Brasileira, ainda não julgada até a conclusão deste trabalho⁹³.

De todo modo, o quadro hoje existente em relação “prescrição intercorrente” na execução, ao menos até que o Supremo Tribunal Federal se pronuncie sobre a constitucionalidade da Lei nº 14.195/21, é o acima retratado. Apesar de algumas críticas lançadas à forma pela qual a matéria foi tratada, o CPC/15, de forma geral, representa importante evolução no trato da questão, consolidando, em parte, posições já assumidas pela doutrina e jurisprudência sobre o tema da “prescrição intercorrente”, normatizando e

referidos prazos –, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição que requereu a providência frutífera.

⁹⁰ 4.4. A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição.

⁹¹ 4.5. O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa.

⁹² No voto do Ministro Herman Benjamin, em divergência parcial com o voto do Relator, o Ministro se utilizou do termo “suspensão-crise” para designar a decisão que suspende o processo de Execução Fiscal por não localização do executado ou por inexistência de bens penhoráveis, constatando que “*nenhum impulso de ofício pode ser dado ao feito*”; Conforme seu voto, a circunstância objetiva que autoriza a “suspensão-crise” por não localização de bens está prevista no art. 185-A do Código Tributário Nacional (“Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial”).

⁹³ O Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP), inclusive, apresentou parecer nesta ADIn, na qualidade de *amicus curiae* (Paulo Henrique dos Santos Lucon, Cassio Scarpinella Bueno e Arthur Ferrari Arsuffi, *Parecer do IBDP acerca da inconstitucionalidade da Lei Federal 14.195/2021*, publicado na Revista de Processo nº 327/17-39). Os fundamentos do parecer foram assim sintetizados: “Em síntese, as razões pelas quais o IBDP entende que a Lei Federal 14.195/21 é inconstitucional são: (a) A Lei decorre de conversão de Medida Provisória inconstitucional, por versar sobre temas que não cumprem o requisito de urgência disposto no caput do artigo 62 da Constituição da República;7 (b) A infringência/violação ao artigo 62, caput, da Constituição da República, uma vez que a Lei Federal 14.195/2021 passou a tratar de temas estranhos àqueles dispostos na Medida Provisória que lhe deu origem; (c) A infringência/violação ao artigo 62, § 1º, inciso I, alínea “b”, da Constituição da República, uma vez que a Lei Federal 14.195/2021 passou a tratar de matéria processual civil, o que é expressamente vedado pelo aludido dispositivo constitucional”.

regulando mecanismos importantes para evitar a eternização de processos em que a concretização do direito, a toda evidência, já está frustrada.

Assim, apesar das ressalvas terminológicas que já manifestamos, a prescrição intercorrente está lá, no art. 924, V, do CPC, como causa de extinção da execução. Já adiantando, o procedimento do art. 921 do CPC não é o único capaz de alcançar esse resultado, que indica uma vontade do legislador em encerrar o processo de execução em algumas hipóteses, impedindo a repetição de seu ajuizamento, com a perda do direito de exigir a prestação reconhecida em sentença.

No voto-condutor do Tema 566, o Ministro Marco Aurélio Bellizze destaca a necessidade de limpar os “escaninhos do Poder Judiciário”, trazendo dados coletados pelo Conselho Nacional de Justiça que, além de indicar que 32% dos processos em trâmite no Brasil (em 2013) eram execuções fiscais, grande parte delas são “executivos com pouca ou nenhuma probabilidade de êxito”⁹⁴.

Em dados atualizados do CNJ, em fevereiro de 2023 havia pouco mais de 77 milhões de processos em andamento no Brasil, dos quais aproximadamente 16,5 milhões (cerca de 20%) se encontram suspensos ou arquivados provisoriamente⁹⁵. Em execuções civis, temos um total de 10,7 milhões de processos, dos quais 2,8 milhões (mais de 25%) estão suspensos ou arquivados provisoriamente. Se temos um número tão expressivo de processos em “estado de crise”, por não localização do devedor ou não localização de bens penhoráveis, é porque a problemática da “prescrição intercorrente” não é um assunto meramente teórico, pois saber como lidar com esses processos ao longo do tempo e equilibrar contraditório, devido processo legal, legítimos interesses do credor e direitos do devedor, é algo extremamente necessário.

⁹⁴ “Não é demais lembrar que, de acordo com o Relatório Justiça em Números 2013, elaborado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça, dos 92,2 milhões de processos em tramitação no Poder Judiciário, 29,3 milhões são execuções fiscais, o que corresponde a 32% do total de processos. São aproximadamente 25,6 milhões de execuções fiscais somente na Justiça Estadual, com taxa de congestionamento de 89%, superior a todas as outras classes. Na Justiça Federal tramitam mais de 3,5 milhões de execuções fiscais, com semelhante taxa de congestionamento. A exorbitante quantidade de execuções fiscais em trâmite nos diversos segmentos da Justiça é, hoje, uma das principais causas da morosidade sistêmica do Poder Judiciário, a prejudicar o andamento célere de outras classes processuais, na contramão do princípio constitucional da duração razoável do processo (*in* CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. (Ed.). Grupo de Trabalho (Portaria n. 155/2013): Política Nacional de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição. Brasília, 2013, pp. 66 et seq.)”

⁹⁵ Consulta realizada em 21.04.2023: <https://painel-estatistica.stg.cloud.cnj.jus.br/estatisticas.html>.

Assim, apesar das ressalvas já manifestadas com relação ao uso da expressão “prescrição intercorrente”, nos curvamos à realidade do Judiciário para utilizá-la, de forma indistinta, para caracterizar toda e qualquer hipótese de extinção do processo pelo decurso do prazo fixado para exercício do direito material a ele subjacente. Ao longo deste trabalho, renovaremos, sempre que pertinente, as críticas terminológicas que nos parecerem essenciais para preservar a integridade científica do estudo, mas sem abandonar a aplicação prática do instituto, a fim de resolver problemas reais observados no processo civil brasileiro.

Em conclusão a este item, cumprido o objetivo de traçar as linhas gerais do histórico legislativo da “prescrição intercorrente na execução”, apresentamos a seguir uma proposta de sistematização do instituto, a fim de adequá-lo às premissas técnicas que procuramos firmar no primeiro capítulo deste trabalho.

3.1. Extinção do Cumprimento de Sentença ou da Execução por Inércia do Exequente.

A primeira hipótese rotulada por nossa lei processual civil como “prescrição intercorrente” é a de o credor, vencedor da ação, deixar de iniciar a fase de cumprimento de sentença, mantendo-se inerte por prazo superior ao prazo de prescrição do direito material.

Ao tratarmos das causas interruptivas de prescrição, mais especificamente do art. 202, I, do Código Civil, já antecipamos algumas críticas ao fato desta hipótese ser tratada como “prescrição intercorrente” como se tratasse da prescrição de direito material suspensa pela citação (ou pelo despacho inicial). Na sistemática processual atual, o cumprimento de sentença não é um “novo processo”, e sim uma nova fase processual, na qual, após ter sido prestada a tutela não-executiva (no processo de conhecimento), o titular do direito material busca a tutela executiva para concretização da prestação que lhe é devida.

Assim, tendo sido efetivamente exercido o direito de exigir a prestação, com o ajuizamento da ação, o cumprimento da sentença de procedência é mero desdobramento desse ato já praticado pelo credor. Falar que a prescrição de direito material foi interrompida pelo

despacho inicial no início do processo de conhecimento e teria voltado a fluir com o trânsito em julgado da sentença, inaugurando um novo prazo prescricional para um direito já exercido, nos parece uma enorme impropriedade. Não se nega que, historicamente, esse conceito tão arraigado tenha sido útil para resolver questões como a do prazo para o autor iniciar a execução da sentença judicial, mas em tempos de processo sincrético e com a regra de interrupção única da prescrição, essa visão, atualmente, nos parece trazer mais problemas do que soluções.

Isso não significa, contudo, que a inércia do autor em iniciar a fase de cumprimento de sentença seja um fato jurídico isento de implicações. Como o início da fase de cumprimento de sentença exige a iniciativa da parte, e como nosso sistema jurídico, também em regra, não tolera direitos imunes aos efeitos do tempo, a eternização do direito de exigir o cumprimento de uma sentença judicial é incompatível com a ordem jurídica e, como tal, deve ter seu exercício obstado em determinadas condições.

Frise-se que o condicionamento do início da fase de cumprimento de sentença à manifestação do exequente é exceção à regra do art. 2º do CPC (“o processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial”), havendo previsão expressa no art. 513, § 1º, do CPC de que “o cumprimento da sentença que reconhece o dever de pagar quantia, provisório ou definitivo, far-se-á a requerimento do exequente”. Esse condicionamento ao requerimento do exequente se aplica às obrigações de pagar quantia certa (art. 523), prestar alimentos (art. 528) e pagar quantia certa pela Fazenda Pública (art. 534) e, apesar de não haver previsão expressa, também se aplica ao cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de fazer ou não fazer e de entregar coisa⁹⁶. Trata-se de consequência direta da responsabilidade do exequente pelos atos de concretização do direito reconhecido em sentença, caso, ao final, seja reconhecida a inexistência da obrigação que ensejou a execução, conforme art. 776 do CPC (“o exequente ressarcirá ao executado os

⁹⁶ Nesse sentido, Cassio Scarpinella Bueno (*Curso Sistematizado de Direito Processual Civil*, Vol. 3, pág. 542): “Nada é dito nos arts. 536 e 537 sobre ser necessária, ou não, a iniciativa do exequente para o início da etapa de cumprimento quando se tratar de obrigações de fazer ou de não fazer (art. 497). Como expõe o n. 5.1 do Capítulo 1 da parte III, a propósito do § 1º do art. 513, a *letra* daquele dispositivo somada ao silêncio do CPC de 2015 *não* pode autorizar a interpretação de que a etapa de cumprimento, nessa modalidade obrigacional – e tal observação é pertinente também para os casos de entrega de coisa –, possa se dar de ofício. Tratar-se-ia de entendimento que, em última análise, violaria o princípio da inércia jurisdicional e o próprio princípio dispositivo com os princípios constitucionais a ele relacionados, como se verifica do art. 2º.”

danos que este sofreu, quando a sentença, transitada em julgado, declarar inexistente, no todo ou em parte, a obrigação que ensejou a execução⁹⁷).

Nesse contexto, não havendo a possibilidade de, encerrado o processo de conhecimento, se iniciar a fase de cumprimento de sentença sem a iniciativa do autor, é natural que o prazo para a manifestação de vontade do autor não seja indeterminado. Quando a marcha processual depende de atos do autor (e isso se aplica não apenas a esse ato inicial de instauração da fase de cumprimento de sentença), o réu e o Estado-Juiz não podem ficar a mercê da vontade da parte, pois o interesse no deslinde da demanda transcende seu direito subjetivo.

A questão que se coloca é se, caso o autor não inicie a fase de cumprimento de sentença, seria o caso de resolução do processo por abandono da causa, nos termos do art. 485, III, do CPC (“O juiz não resolverá o mérito quando: (...) III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias”) ou se, nesse caso, deveria haver a resolução do processo com algum outro fundamento.

Em que pese a regra do art. 513 do CPC permitir que se aplique ao cumprimento de sentença, no que couber, as disposições do procedimento comum, não nos parece apropriado falar, no cumprimento de sentença, em sentença que resolve o processo “sem resolução do mérito”. O mérito já foi resolvido, e justamente por isso é que se espera que o credor inicie a fase de cumprimento de sentença. Em não havendo provocação do interessado para que o processo siga com o cumprimento da sentença, a solução de extingui-lo “sem resolução do mérito” seria de todo inapropriada, pois faria com que, indiretamente, uma sentença de mérito fosse substituída por outra, que não resolve um mérito, uma espécie de movimento em marcha à ré.

Também o art. 921 do CPC não parece proporcionar resposta adequada à indagação. Ao dispor que o processo de execução se suspende “quando não for localizado o executado ou

⁹⁷ Paula Costa e Silva, em abrangente estudo sobre o tema da responsabilidade das partes por conduta processual (com foco principal no Direito Português, mas com amplas referências ao direito estrangeiro, inclusive ao Direito Brasileiro), trata dos “tipos especiais” de responsabilização por dano processual, destacando, dentre eles, a responsabilidade do exequente pelos atos de constrição patrimonial em execução posteriormente extinta (*Responsabilidade por Conduta Processual – Litigância de Má-Fé e Tipos Especiais*, pgs. 477 e seguintes)

bens penhoráveis”, o dispositivo, primeiro, pressupõe que a fase de cumprimento de sentença tenha sido iniciada, mediante requerimento do credor. Somente depois desse pedido, é que o Juiz intimará o devedor para cumprir a sentença (determinando as providências compatíveis com a modalidade de prestação reconhecida no título) e, não havendo cumprimento voluntário, o devedor se tornará “executado”. Além disso, o dispositivo trata de duas hipóteses específicas em que não cogita de inércia do exequente, e sim de fatos processuais que independem de sua vontade.

Não obstante não se aplicar o procedimento do art. 921 do CPC (suspensão da execução por um ano, início do prazo de “prescrição intercorrente”, extinção do processo), a paralisação do processo por período superior ao do prazo de prescrição do direito material deve ensejar a extinção do processo por inércia do credor, com a consequente perda do direito de exigir a prestação reconhecida em sentença.

É o que se extrai do conceito da Súmula nº 150 do STF, agora positivado no art. 206-A do Código Civil, no sentido de que “A prescrição intercorrente observará o mesmo prazo de prescrição da pretensão, observadas as causas de impedimento, de suspensão e de interrupção da prescrição previstas neste Código e observado o disposto no art. 921 da Lei nº 13.145, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil)”, bem como da previsão da “prescrição intercorrente” como causa de extinção da execução (art. 924 do CPC). Embora tecnicamente a hipótese de o credor não iniciar o cumprimento de sentença não se amolde ao disposto no art. 921 do CPC, é inegável que, ao empregar a expressão “prescrição intercorrente”, o legislador teve a intenção de se referir ao decurso do prazo de prescrição durante o trâmite do processo.

Como já externamos em algumas passagens deste trabalho, o objetivo de pacificação social não se esgota com o início de um processo pelo titular do direito material, pois o tensionamento social decorrente da pendência do litígio é tão grande quanto (se não for maior) a potencialidade de sua instauração. Se existe um “interesse social” em que o titular do direito tenha um tempo limitado para exigir a prestação, com muito mais razão não se pode deixar que uma demanda fique paralisada, à sua discricção, por prazo indefinido. Assim, pelo mesmo fundamento que se limita no tempo o exercício de um direito (prescrição-estabilização) e se pune aquele que permaneceu inerte além do prazo legal (prescrição-punição), impõe-se que, ficando o processo paralisado por prazo superior ao prazo de

prescrição do direito material, em razão de ato que só poderia ser praticado pelo credor, seja extinto o processo, com a perda do direito de exigir a prestação.

E mais: isso se aplica a qualquer situação de inércia do credor nas fases processuais que sucedem o processo de conhecimento (i.e., depois de transitada em julgado a sentença de procedência da ação), e não apenas em seu ato inicial, o pedido de intimação do devedor para cumprimento da sentença. Apesar de a instauração da fase de cumprimento de sentença ser o primeiro (e mais natural) movimento, há tantos outros no processo de execução, não abarcados pelo art. 921 do CPC, que devem seguir o mesmo resultado. Pelas mesmas razões, também na execução de título extrajudicial, a paralisação do processo, em razão de ato que só poderia ser praticado pelo credor, por prazo superior ao prazo prescricional do direito de exigir a prestação, deve ensejar a extinção do processo de execução⁹⁸.

A formulação do art. 921 do CPC trata de apenas duas hipóteses (não localização do executado e não localização de bens), dando a elas procedimento próprio (suspensão do processo por um ano, subsequente início do prazo de “prescrição intercorrente”, extinção do processo), mas há tantas outras que podem ocorrer na fase de cumprimento de sentença e no processo de execução. Imagine-se, por exemplo, a hipótese de um cumprimento de sentença que reconhece a obrigação de fazer, mas este cumprimento é frustrado e o prosseguimento depende de o credor indicar sua opção por concretizar seu direito com a tutela do equivalente. O Juiz não pode suprir sua vontade e, de ofício, converter a obrigação em perdas e danos, e o processo deverá ser paralisado até que o credor manifeste esta opção. Nesse caso, não se vislumbra outra solução senão aguardar-se o prazo de prescrição do direito material e reconhecer a prescrição intercorrente.

⁹⁸ Se a inércia do exequente estiver relacionada ao tempo para promover a citação, a hipótese se equipara à falta de citação do réu no processo de conhecimento, que impede que o “efeito interruptivo” da prescrição retroaja à data da propositura. Nesse caso, incidirá a prescrição de direito material, e não a prescrição intercorrente, pois não se trata de hipótese em que a prescrição ocorre “no curso do processo”. O Superior Tribunal de Justiça já teve a oportunidade de decidir esta questão, em sede de Execução Fiscal, mas cujos fundamentos, nesse particular, se aplicam à execução civil (AgRg no AREsp 621.931/RJ, 2ª Turma, Rel. Min. Assusete Magalhães, j. em 15.09.2015): “O procedimento previsto no art. 40 da Lei 6.830/80 somente se deflagra quando não tenha sido possível localizar o devedor ou bens sobre os quais recair a penhora. Diversa, entretanto, é a hipótese em que, ainda não esgotada a fase citatória, o processo experimenta falta de andamento, por vicissitudes práticas, sem que tenha sido formalmente suspenso, por decisão judicial. Nesses casos, eventualmente vencido o lustro prescricional, tem-se a ocorrência da prescrição direta, e não da intercorrente, uma vez que o pressuposto para o início da fluência desta última (prescrição intercorrente) é, justamente, a interrupção da fluência daquela (prescrição direta), a qual se dá, na redação original do art. 174, parágrafo único, I, do CTN, precisamente por meio da citação do devedor”

Inúmeras outras situações podem ser imaginadas. Encerrado o processo comum, todas as hipóteses de suspensão do processo do art. 313 do CPC que dependam de providências do credor podem ensejar a suspensão da execução e, constatada inércia do credor, justificam a extinção do processo por “prescrição intercorrente”. Quando, por exemplo, ocorre a morte do credor, deverá o Juiz aplicar o disposto no art. 313, § 2º, II, para intimar o espólio e promover a habilitação (“falecido o autor e sendo transmissível o direito em litígio, determinará a intimação de seu espólio, de quem for o sucessor ou, se for o caso, dos herdeiros, pelos meios de divulgação que reputar mais adequados, para que manifestem interesse na sucessão processual e promovam a respectiva habilitação no prazo designado, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito”). Se os herdeiros permanecerem inertes, como deverá o Juiz proceder? Extinguir o cumprimento de sentença “sem resolução do mérito”? Pelas mesmas razões que não se mostra adequada a solução do “abandono processual” do art. 485, III, do CPC, também neste caso a solução será aguardar o decurso do prazo de “prescrição intercorrente” para extinguir o processo.

Na fase de penhora, avaliação e expropriação de bens, também há diversos atos que devem ser praticados pelo exequente (e que não se resolvem por “impulso oficial”), seja por depender da escolha do credor quanto à forma de expropriação (adjudicação, alienação por iniciativa particular, arrematação) seja por serem atos que dependem do recolhimento de custas e desembolso de despesas processuais (honorários periciais, diligências de Oficial de Justiça). Em todos estes casos, é possível que a execução precise ser paralisada até que o exequente tome as providências que lhe cabem, e caso o processo fique paralisado por prazo superior ao de prescrição do direito material, a prescrição intercorrente deve ser reconhecida.

Nestes casos, o termo inicial do prazo de “prescrição intercorrente” deverá ser o da data do evento que deu causa à suspensão do processo, e não a decisão que determina a suspensão. Há divergências sobre a natureza jurídica da decisão do Juiz que suspende o processo, se declaratória⁹⁹ ou constitutiva¹⁰⁰, havendo, contudo, certa unanimidade quanto ao

⁹⁹ Humberto Theodoro Jr., *Curso de Direito Processual Civil*, Vol. 1, pág. 913: “A suspensão sempre depende de uma decisão judicial que a ordene, pois o comando do processo é do juiz. Essa decisão, toda via, é meramente declarativa, de sorte que, para todos os efeitos, considera-se suspenso o processo desde o momento em que ocorreu o fato que a motivou e não apenas a partir de seu reconhecimento nos autos. O término da suspensão é automático naqueles casos em que haja um momento preciso, fixado na própria lei (como na hipótese de

seu efeito retroativo à data do evento que deu causa à suspensão¹⁰¹. Por se tratar de prazo prescricional que decorre de ação ou omissão imputável à parte, não se aplica, nesse caso, o prazo de suspensão da execução de um ano (art. 921, § 1º), como prazo que deve decorrer previamente ao início da contagem do prazo de prescrição.

Essa solução, que a princípio pode parecer pouco ortodoxa, não é original. Cruz e Tucci, ao tratar do tema, também constatou a inadequação da extinção da execução por “abandono da causa”, seguindo a linha de aplicar a “prescrição intercorrente”¹⁰². Outros autores, indo na linha de sancionar a inércia do credor (*prescrição-punição*), indicam o “abandono da lide” para causa para suspensão do processo¹⁰³, mas sem sustentar a aplicação da prescrição intercorrente.

Trata-se de questão que, no processo do trabalho, é prevista de forma expressa, desde 2017, com a introdução do art. 11-A na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT): “Ocorre a prescrição intercorrente no processo do trabalho no prazo de dois anos”. E, no parágrafo 1º do mesmo artigo, a prescrição é diretamente associada à inércia do exequente (“a fluência do prazo prescricional intercorrente inicia-se quando o exequente deixa de cumprir determinação

arguição de suspeição regulada pelo art. 146, § 2º, II), ou no ato judicial que a decretou (como no caso em que se defere a paralisação do feito por prazo determinado).”

¹⁰⁰ Fredie Didier Jr. *Curso de Direito Processual Civil*. Vol. 1, pág. 830: “A decisão que suspende o processo é constitutiva, pois paralisa a atividade processual, ainda que se dê a essa decisão, como corretamente se costuma dar, uma eficácia retroativa até a data da ocorrência do fato jurídico que ensejou a suspensão. Pontes de Miranda entende que, no caso de morte da parte, do representante ou do procurador, a suspensão ocorre “desde que o juiz a conheça, com prova”, mas com eficácia retroativa. A suspensão do processo é, ao lado da sua extinção sem resolução de mérito, manifestação daquilo que se convencionou chamar de crise do procedimento ou crise da instância, pois são situações em que o processo não atinge seu objetivo principal, que é a solução do seu objeto litigioso”.

¹⁰¹ Daniel Amorim Assumpção Neves, *Manual de Direito Processual Civil*. pág. 568: “Apesar da divergência doutrinária, há um ponto de aceitação generalizada: a decisão de suspensão do processo tem eficácia *ex tunc*, ou seja, retroage à data do evento que deu causa à suspensão, devendo-se considerar desde esse momento suspenso o procedimento”.

¹⁰² “A *prescrição intercorrente no novo CPC e na atual jurisprudência do STJ*, pág. 35: “Configurado o abandono do processo, na fase de conhecimento, o juiz deverá determinar a intimação pessoal do autor, para, só então, se for o caso, proferir julgamento sem resolução do mérito (artigo 485, inciso III, do CPC). Na execução, pelo contrário, constatado o descaso prolongado do exequente, alcançado o lapso de prescrição intercorrente, torna-se despicienda qualquer providência ulterior para a imediata extinção do processo (artigo 924, inciso V, do CPC).”

¹⁰³ Luis Antônio Giampaolo Sarro, *Do Princípio da Causalidade e a Prescrição Intercorrente no Novo Código de Processo Civil*, Revista de Processo nº 288, pág. 95: “Destaque-se que a prescrição intercorrente pressupõe o abandono da lide pelo credor, no caso de não proceder com o válido e regular desenvolvimento do processo, sendo que essa medida não se configura no caso em que o exequente exerceu no processo todos os atos e diligências no sentido da localização de bens do executado e ao final delas, não lhe restando outra alternativa, peticiona pela suspensão do processo de execução, conforme lhe permite o sistema processual civil”.

judicial no curso da execução”¹⁰⁴). Se em um sistema declaradamente protetivo ao empregado e com prazo de prescrição reduzido (dois anos) é admitida a prescrição intercorrente em qualquer hipótese de inércia do exequente, não parece haver justificativa para se recusar a sua aplicação também na execução civil.

O fato é que, diferente do que ocorre no processo de conhecimento, na fase de cumprimento de sentença e execução o “impulso oficial” tem aplicação limitada, pois em virtude da responsabilização objetiva do credor pelos atos de execução que requerer, o Juiz tem muitas restrições para agir de ofício. Nas palavras de Arruda Alvim, há um “ônus permanente que recai sobre o credor”¹⁰⁵ e, assim, sua inércia gera consequências processuais que não se limitam à extinção do processo sem resolução do mérito, dando causa à perda do direito à prestação.

Cabe, contudo, ressaltar que o reconhecimento da prescrição intercorrente na hipótese de paralisação do processo pressupõe que a causa de paralisação seja a falta da prática de ato processual de responsabilidade exclusiva do credor. Se, por exemplo, este formulou o requerimento que lhe competia e tomou as providências cabíveis, mas o processo ficou paralisado por falta de impulso oficial, este período de paralisação não pode ensejar a prescrição intercorrente, nem ser computado na quantificação do período de paralisação. É necessário, assim, que se observe umnexo causal entre a conduta do exequente (omissiva ou comissiva) e a paralisação do processo.

Nesse contexto, eventuais pedidos do exequente de dilação de prazos para tomada de providências e de “suspensão da execução”, tão comuns na prática forense, são insuficientes para afastar a incidência da prescrição intercorrente. Do contrário, seria necessário admitir sucessivas “interrupções de prescrição” no curso do processo, o que, pelos motivos já

¹⁰⁴ Sobre a evolução da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho a respeito da legalidade e constitucionalidade da prescrição intercorrente (Sumula 114) e os impactos da Reforma Trabalhista de 2017, o artigo de Ben-Hur Silveira Klaus (*A Prescrição Intercorrente na Reforma Trabalhista introduzida pela Lei 13.467/2017*, pág. 7).

¹⁰⁵ *Da Prescrição Intercorrente*, pág. 30: “parte substancial do que está subjacente à possibilidade de prescrição intercorrente liga-se a um ‘ônus permanente’ que pesa precipuamente sobre o autor (pois é a sua pretensão que sucumbirá), que é o de que, tendo iniciado o processo, deve diligenciar para que este caminhe, com vistas ao seu término. (...) A chamada prescrição intercorrente é aquela relacionada com o desaparecimento da proteção ativa, no curso do processo, ao possível direito material postulado, expressado na pretensão deduzida; quer dizer, é aquela que se verifica pela inércia continuada e ininterrupta no curso do processo por segmento temporal superior àquele em que ocorre a prescrição em dada hipótese.”.

mencionados quando tratamos das causas que interferem na prescrição, é incompatível com a nossa ordem jurídica.

Em se constatando a paralisação do processo, por inércia do credor, com o decurso de lapso temporal superior ao prazo de prescrição intercorrente, o Juiz, caso constate de ofício o decurso do prazo prescricional, deve ouvir as partes (art. 10 do CPC) para que o exequente tenha a oportunidade de alegar algum fato impeditivo ao reconhecimento da prescrição. Trata-se de imposição do contraditório, aplicada à prescrição intercorrente conforme a Tese nº 4 do IAC nº 1 (“o contraditório é princípio que deve ser respeitado em todas as manifestações do Poder Judiciário, que deve zelar pela sua observância, inclusive nas hipóteses de declaração de ofício da prescrição intercorrente, devendo o credor ser previamente intimado para opor algum fato impeditivo à incidência da prescrição”), com a ressalva (*ratio decidendi*) constante na decisão que deu origem a esta orientação de que esta intimação não serve “para que a parte dê andamento ao processo, mas para assegurar-lhe oportunidade de apresentar defesa quanto à eventual ocorrência de fatos impeditivos, interruptivos ou suspensivos da prescrição”.

Assim, concluindo o tópico, e para sistematização do instituto da prescrição intercorrente na fase de cumprimento de sentença e no processo de execução, temos como primeira hipótese a extinção do cumprimento de sentença ou da execução por inércia do exequente, em se constatando a paralisação do processo, decorrente da falta da prática de ato de responsabilidade do exequente, por período superior ao da prescrição do direito material objeto do título executivo.

3.2. Extinção do Cumprimento de Sentença ou da Execução por não Localização do Executado.

Uma segunda hipótese de reconhecimento da prescrição intercorrente é a prevista no art. 921, III, do CPC, que consiste na suspensão da execução “quando não for localizado o executado”. Trata-se, como já mencionado, de inovação trazida pela Lei nº 14.195/21, inspirada no art. 40 da Lei de Execuções Fiscais e no Tema nº 566 do STJ. Já tratamos das regras relativas ao reconhecimento da prescrição intercorrente nesta hipótese, mas é importante analisar no que ela se difere daquela de paralisação do processo por inércia do exequente.

Por opção legislativa, decorrente da necessidade de não eternizar processos em que sequer se consegue localizar o executado, previu-se que, mesmo sem que se possa falar em inércia do exequente, o processo de execução deve ser extinto com reconhecimento da prescrição do direito do exequente de exigir a prestação. Assim, mesmo tendo o exequente realizado todas as diligências possíveis para localizar o executado, inclusive com apoio de medidas judiciais como consultas aos sistemas da Receita Federal (INFOJUD), órgãos de trânsito (RENAJUD) e instituições financeiras (BACENJUD) e expedição de ofícios a órgãos públicos e empresas privadas, se o executado não for localizado dentro do prazo de prescrição do direito material objeto do título executivo, o processo deverá ser extinto.

Nesse caso, não se trata de punir a inércia do exequente (*prescrição-punição*), mas de se reconhecer que a execução, por ato a ele não imputável, foi frustrada, prestigiando a necessidade de se colocar termo ao processo (*prescrição-estabilização*). E, pela sistemática implementada pela Lei nº 14.195/21, o processo de execução, uma vez iniciado, passa a ter prazo certo para terminar se o executado não for localizado. É que o termo inicial do prazo prescricional será a “ciência da primeira tentativa infrutífera de localização do devedor”, e este prazo poderá ser suspenso, uma única vez, pelo período máximo de um ano. A partir do decurso do prazo de um ano, passa a ser retomada a contagem do prazo prescricional e, com a consumação da prescrição, o processo de execução deve ser extinto.

Veja-se que, antes da Lei nº 14.195/21, o prazo de prescrição somente começava a correr após o decurso do prazo de suspensão da execução (“decorrido o prazo de que trata o § 1º sem manifestação do exequente, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente”). Com a nova redação do art. 921, § 4º, do CPC, o prazo prescricional já se inicia com a ciência, pelo exequente, da “primeira tentativa infrutífera de localização do devedor”, e será suspenso, uma única vez, por um ano. Apesar de na ideia do legislador o resultado ser o mesmo (o prazo prescricional correr por inteiro depois de decorrido o prazo de um ano), essa modificação, na prática, limita as tentativas de localização do devedor ao prazo de um ano e passa a este uma mensagem clara ao executado de por quanto tempo ele precisa evitar a citação (um ano mais o prazo de prescrição de direito material).

Isso ocorre porque a suspensão da execução por falta de localização do executado, que antes dependia de uma decisão do Juiz, em relação à qual o exequente sempre podia requerer mais diligências e realizar novas tentativas de citação, passa agora a poder ocorrer “uma única vez”, e pelo prazo máximo de um ano. Trazendo ao processo uma hipótese de suspensão de prescrição que não é prevista no direito material, o legislador criou um sistema que pode se mostrar excessivamente gravoso ao exequente e muito benéfico ao executado. Em execuções embasadas em títulos de prescrição curta (como os casos de prescrição de um ano previstos no art. 206, § 1º, do Código Civil, ou mesmo o prazo de prescrição de dois anos para prestações alimentares), essa sistemática pode significar um prazo reduzido ao exequente para localizar o executado.

Na interpretação mais correta do art. 921, § 4º, do CPC, com a redação hoje em vigor, ainda que a rigor o termo inicial da prescrição intercorrente possa ser a “primeira tentativa infrutífera de localização do devedor”, enquanto o exequente estiver ativo buscando localizar o executado (requerendo diligências, indicando endereços alternativos, realizando buscas comprovadas) não deve haver a suspensão da execução. Esta somente pode ser suspensa, com fundamento no art. 921, III, do CPC, quando de fato se chegar à conclusão de que o executado *não foi localizado*. E isso não se conclui com a “primeira tentativa infrutífera de localização”, mas a partir de uma série de providências e tentativas para encontrar o devedor¹⁰⁶.

Com os olhos voltados para a realidade do foro, o fato é que, não localizado o devedor, o passo seguinte, na perspectiva do credor, é requerer o arresto de seus bens, com base no art. 830 do CPC. Como a efetivação do arresto permite a citação por edital, em se localizando bens do devedor, a problemática do prazo de prescrição intercorrente por falta de localização do devedor fica em segundo plano. O problema real, portanto, é a execução frustrada pela falta de bens penhoráveis, e não necessariamente a não localização do devedor.

¹⁰⁶ O Supremo Tribunal Federal, ao analisar recentemente a constitucionalidade do art. 40 da Lei de Execuções Fiscais, contestada sob o aspecto formal (alegação de que a instituição de regras sobre prescrição intercorrente somente poderia se dar via lei complementar), ressaltou a falta de razoabilidade em se considerar iniciado o prazo de suspensão antes de esgotadas as tentativas de satisfação do crédito: “não seria consistente com o fim do feito executivo que, na primeira dificuldade de satisfação do crédito, se iniciasse a contagem do prazo prescricional. O legislador, por isso, instituiu o prazo de 1 (um) ano como o período para que se caracterize a situação processual necessária para o início da fluência da prescrição intercorrente. Trata-se, portanto, de um pressuposto dessa espécie de prescrição” (Tema 390, Recurso Extraordinário nº 636.562/SC, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, j. em 22.02.2023, publicado na Revista de Processo nº 341, de julho/2023).

Ainda assim, para execuções de obrigação de fazer ou não fazer, a suspensão da execução e posterior extinção por prescrição intercorrente é relevante, assim como para as execuções por quantia certa em que não se encontram bens penhoráveis. Nesses casos, de fato não parece razoável que as execuções permaneçam tramitando indefinidamente, sendo necessário impor uma solução aos milhões de processos de execução suspensos ou arquivados provisoriamente (mais do que um quarto do total das execuções em andamento).

Por mais injusto que possa parecer suprimir do credor, que promoveu a ação dentro do prazo prescricional, o direito de exigir a prestação prevista no direito material, e sem que ele tenha deixado de tomar as medidas que lhe cabiam dentro do processo, a impossibilidade de eternização de demandas é uma preocupação social que se sobrepõe ao interesse subjetivo do credor¹⁰⁷. Pode-se discutir, como aqui se discute, se a equivalência entre o prazo de prescrição intercorrente e prescrição do direito material está correta (certamente o legislador do Código Civil de 2002, quando reduziu os prazos de prescrição do Código de 1916, não pensou nos efeitos reflexos sobre a prescrição intercorrente), ou mesmo se o procedimento adotado pelo CPC/15 para o reconhecimento da prescrição intercorrente é o mais adequado. O que não se pode, contudo, é negar que a eternização de execuções frustradas é um problema no Poder Judiciário e que soluções devem ser tomadas.

Uma situação interessante é a de, após a extinção do processo de execução em razão da não localização do devedor, o exequente vir a descobrir o seu paradeiro. Nesse caso, seria possível retomar a execução, ou ajuizar uma nova com base no mesmo título? A resposta intuitiva, em se tratando de reconhecimento da prescrição, que acarreta a perda do direito de exigir a prestação, seria negativa, pois a prescrição intercorrente retirou do credor não apenas o direito ao processo de execução, mas a perda do próprio direito material.

Entretanto, considerando que a sentença de extinção da execução em razão da prescrição intercorrente é uma “sentença de mérito”, não se pode afastar a possibilidade, nessa hipótese, do ajuizamento de Ação Rescisória. Sobrevindo *prova* do novo endereço do executado, que o credor ignorava quando promoveu a execução, e a que não teve acesso no curso do processo mesmo tendo realizado todas as diligências cabíveis, parece estar

¹⁰⁷ Esse ponto foi enfatizado no voto do Ministro Luis Roberto Barroso, ao afastar a inconstitucionalidade do art. 40 da Lei de Execuções Fiscais, no julgamento já mencionado (Tema 390): “a imprescritibilidade das relações jurídicas não é compatível com os princípios da segurança jurídica e do devido processo legal, considerando -se a necessidade de que as demandas sejam solucionadas em tempo razoável”.

configurada a hipótese de cabimento prevista no art. 966, VII, do CPC (“A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando: (...) VII- obtiver o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável”). Frise-se que seria necessária a prova do novo endereço (constatada de forma segura, por meio, por exemplo, de uma Ata Notarial – art. 384 do CPC), não sendo possível ajuizar uma Ação Rescisória meramente para realizar novas diligências de localização do executado¹⁰⁸.

A solução, convenhamos, está longe de ser prática. Impor ao exequente o ônus de ingressar com uma Ação Rescisória, depositando a caução de 5% do valor da causa (art. 968, II), para poder seguir com a execução e citar o executado, não parece algo razoável, mas, no sistema atual, é o único possível. Ainda que essa hipótese de rescisão da sentença de extinção do processo por prescrição intercorrente seja mais uma formulação teórica do que uma realidade prática (afinal, sem que tenha localizado bens do executado, dificilmente o exequente irá se animar em retomar a execução), seria importante pensar em alternativas para flexibilizar a possibilidade de retomada da execução nesses casos, mas sem esquecer que o fundamento primeiro para a extinção do processo com resolução do mérito nessa hipótese de prescrição intercorrente foi dar um desfecho definitivo para o litígio (*prescrição-estabilização*).

Nesse particular, uma saída interessante seria a de adotar, para a revisão da coisa julgada decorrente da extinção da execução por prescrição intercorrente fora da hipótese de inércia do exequente, solução semelhante à do art. 304, § 2º, do CPC, que previu a possibilidade de ajuizamento de demanda para “rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada estabilizada”, sem as exigências aplicáveis à Ação Rescisória. Como a sentença de extinção da execução por prescrição intercorrente forma coisa julgada (diferente do que ocorre com a decisão de tutela antecipada estabilizada, por previsão expressa do art. 304, § 6º, do CPC), não há como sustentar a aplicação, por analogia, do procedimento de revisão do art. 304, § 2º, do CPC, ficando a questão, assim, como proposta de *lege ferenda*, para reflexão.

¹⁰⁸ Uma alternativa, caso o exequente suspeite do paradeiro do executado, mas não tenha provas seguras de sua localização, seria o ajuizamento de Pedido de Produção Antecipada da Prova, nos termos do art. 381 do CPC, a fim de reunir elementos para uma possível Ação Rescisória (hipótese do inciso III, que admite a produção antecipada para “o prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação”).

Concluindo o tópico, a segunda hipótese de prescrição intercorrente na fase de cumprimento de sentença e no processo de execução é a não localização do executado, independentemente de inércia do exequente, por prazo superior ao da prescrição do direito material objeto do título executivo.

3.3. Extinção do Cumprimento de Sentença ou da Execução por não Localização de Bens Penhoráveis.

A outra hipótese de suspensão intercorrente prevista no art. 921 do CPC é a de não serem localizados bens penhoráveis.

Também para este caso, se aplica a sistemática introduzida pela Lei nº 14.195/21, de que o termo inicial da prescrição intercorrente é a “ciência da primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis”, vigorando a regra de que a prescrição será suspensa, uma única vez, pelo prazo de um ano.

As críticas que fizemos a esta sistemática quanto à não localização do devedor são redobradas em relação à não localização de bens penhorados. Primeiro, porque é mais fácil esconder bens do que se esconder, então a regra, se aplicada ao pé da letra, permite que o executado, mesmo citado na execução, simplesmente oculte seu patrimônio pelo prazo de prescrição do direito material e, com isso, se libere em definitivo da obrigação inadimplida.

Segundo porque a sistemática não atenta para o fato de que, diferente do que ocorre com a citação, a penhora de bens apresenta inúmeras variáveis e alternativas, com a possibilidade de que a responsabilidade patrimonial não coincida com a sujeição passiva da obrigação, e com a afetação de bens de terceiros à execução, nas hipóteses do art. 790 do CPC (sucessão a título singular, afetação de bens do sócio ou do cônjuge, reconhecimento de fraude à execução ou fraude contra credores, desconsideração da personalidade jurídica). Enfim, há um sem-número de situações que podem suceder a “ciência da primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis”, e para as quais o prazo de suspensão de um ano, uma única vez, se mostra absolutamente insuficiente para que tais situações sejam contempladas.

Além disso, a localização de bens do executado, embora seja ônus do exequente, é providência com a qual o Estado, por meio de seus órgãos públicos (Receita Federal, Banco Central, Detran, etc.) e auxiliares da justiça, deve colaborar¹⁰⁹. Também é obrigação do executado indicar bens à penhora, e sua recusa em fazê-lo caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça, nos termos do art. 774, V, do CPC (“Considera-se atentatória à dignidade da justiça a conduta comissiva ou omissiva do executado que: (...) intimado, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exhibe prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus”).

Assim, a única interpretação possível para o art. 921, § 4º, do CPC, parece ser no sentido de que a suspensão por não localização de bens penhoráveis só pode ocorrer quando o próprio exequente reconhecer que não há mais diligências a serem realizadas, ou, devidamente intimado, deixe de requerer medidas *concretas* para localização de bens (ou seja, promova atos de *movimentação útil* do processo¹¹⁰). Somente depois disso ocorrer é que se pode dizer que não foram localizados bens penhoráveis e, assim, suspender a execução, com o posterior início do prazo de prescrição intercorrente.

A exemplo do que mencionamos em relação à extinção da execução por prescrição intercorrente na hipótese de não localização do devedor, a extinção por falta de bens penhoráveis, por mais que possa parecer injusta, é necessária. A execução tem por um de seus princípios a *patrimonialidade*, de forma que, sem bens, não há execução¹¹¹. Ainda que o direito processual civil tenha passado a admitir a aplicação de técnicas de coerção como medidas indiretas para satisfação da dívida, é certo que o direito subjetivo a uma prestação de

¹⁰⁹ Nesse sentido, incumbe ao oficial de justiça fazer pessoalmente as citações, penhoras, arrestos e demais diligências próprias do seu ofício (art. 154, I, do CPC) e quando não encontrar bens penhoráveis, independentemente de determinação judicial expressa, descrever na certidão os bens que guarnecem a residência ou o estabelecimento do executado, quando este for pessoa jurídica (art. 836, § 1º, do CPC).

¹¹⁰ Não bastam pedidos de suspensão para localização de bens, o exequente deve comprovar estar diligenciando de forma concreta para identificação de bens penhoráveis. Nesse sentido, não basta ao exequente formular sucessivos pedidos de suspensão do processo, mas sim praticar atos que tenham por objetivo a efetiva localização de bens do executado. Luiz Roberto Hijo Sampietro (*A Prescrição Intercorrente no CPC – Movimentação Útil do Pleito Executivo*) escreveu artigo específico sobre o tema, com indicação de precedentes sobre casos que não caracterizam a chamada *movimentação útil* do processo execução.

¹¹¹ Cassio Scarpinella Bueno (*Curso Sistematizado de Direito Processual Civil*, Vol. 3, pág. 107): “O princípio da patrimonialidade, por vezes também tratado como princípio da “realidade da execução”, deve ser entendido no sentido de que, no direito processual civil, a prática dos atos voltados à concretização da tutela jurisdicional executiva recai sobre o *patrimônio* (as coisas, por isto, *realidade*) do executado e não na sua *pessoa*, como ocorreu em determinados momentos da história do direito processual civil”.

pagar quantia só se concretiza com bens, e se estes não existem, ou não são localizados, a execução é frustrada¹¹².

Nessas condições, não identificados bens penhoráveis e não havendo outras medidas, inclusive de afetação de patrimônio de terceiros, a serem tomadas¹¹³, a execução deverá ser suspensa pelo prazo de um ano, com o início, após o término do prazo de suspensão, da contagem do prazo de prescrição intercorrente, equivalente ao prazo de prescrição do direito material objeto do título executivo.

Extinto o processo de execução por aplicação da prescrição intercorrente, surge a questão tratada no tópico anterior, sob o prisma da não localização do devedor: e se, depois da extinção da execução por ausência de bens penhoráveis, o exequente vier a localizar bens penhoráveis? Poderia ele retomar a execução?

A resposta, aqui, é a mesma que demos para a situação da localização do devedor: não há como retomar a execução, nem ajuizar uma nova, pois a prescrição intercorrente extinguiu o direito material de exigir a prestação que embasa o título¹¹⁴. Por outro lado, não há como negar ao exequente o direito de, com base no art. 966, VII, do CPC, ajuizar uma Ação Rescisória para desconstituir a sentença de extinção da execução e permitir sua retomada.

¹¹² Cândido Rangel Dinamarco (*Instituições de Direito Processual Civil*, Vol. IV, pág.783): “Como toda execução depende de bens, que são meios exteriores indispensáveis à tutela jurisdicional executiva (*supra*, nn. 724, 1.327 e 1.521), sem que se encontrem bens responsáveis não é praticamente possível executar. Essa dificuldade pode acontecer desde o início, já desde então nada se encontrando; ou pode decorrer do perecimento da coisa depois de constrita ou de sua exclusão por força de sentença proferida em embargos de terceiros ou do executado (p. ex., o bem de família). Sempre, tratar-se-á de situações em que não se consegue encontrar bem algum no patrimônio do executado, ou em que os bens encontrados sejam impenhoráveis (casa residencial, etc.)”.

¹¹³ Frise-se que, dentro do conceito de “movimentação útil” do processo, medidas como a instauração de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica no processo de execução ou na fase de cumprimento de sentença constituem, sem nenhuma dúvida, providências suficientes para impedir a incidência da prescrição intercorrente. A suspensão do processo em decorrência da instauração do IDPJ, prevista no art. 134, § 2º, do CPC, não se confunde com a suspensão do art. 921, III, do CPC, não se iniciando o prazo de 1 ano para início da prescrição intercorrente.

¹¹⁴ Trata-se de situação semelhante ao do advogado titular de crédito relativo a honorários de sucumbência contra a parte beneficiária da justiça gratuita. Pelo art. 98, § 3º, do CPC, “vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário”. Após esse prazo decadencial de cinco anos, o advogado, a rigor, não poderia exigir seu crédito, ainda que venha a saber que o devedor não mais se encontra em situação de dificuldades financeiras.

É possível imaginar uma série de possibilidades práticas para medida dessa natureza. O devedor, que antes não tinha patrimônio, pode receber uma herança, ser premiado na loteria, ser vítima de um ato ilícito e receber uma indenização. Ou, ainda, o credor, não conformado com a extinção da execução, continua investigando bens do devedor e descobre algo que não tinha ainda descoberto até a extinção da ação. Ou mesmo, de forma fortuita, vem a saber que o devedor está vivendo sob nova identidade e vivendo sem registrar bens em seu nome, e consegue provas da fraude.

Sem querer transformar esse estudo em um romance sobre as voltas que a vida pode dar e sobre a criatividade humana para esconder (e localizar) patrimônio, o dado objetivo é que a solução de extinção do processo por prescrição intercorrente tem por fundamento uma questão social, mais relacionada à administração da Justiça do que propriamente com o discurso de promover a “pacificação social”. Ainda que venha a produzir situações injustas, de premiar o devedor que escondeu bem o seu patrimônio, essas situações serão excepcionais, pois, na maioria esmagadora dos casos, os devedores de fato não tinham patrimônio suficiente para pagamento do débito. O endividamento excessivo é uma realidade, e melhor do que manter vivos milhões de processos de execução que não irão concretizar direito algum é trabalhar com essa realidade e lidar com o problema social, aprimorando os meios de execução coletiva nas hipóteses de insolvência, como já ocorre com as empresas pela Lei nº 11.101/01 e com pessoas físicas no procedimento de insolvência civil do art. 955 e seguintes do Código Civil e, mais recentemente, pela Lei do Superendividamento (Lei nº 14.871/21).

De todo modo, fica o convite à reflexão para, de *lege ferenda*, avaliar se a solução de sujeitar o credor a uma Ação Rescisória é a mais adequada ou se não se deveriam prever meios menos onerosos ao credor para retomada da execução em uma situação excepcional de localização de bens do devedor, como se fez, por exemplo, com a revisão da tutela de urgência estabilizada (art. 304 do CPC).

Para arrematar o tópico, a terceira hipótese de prescrição intercorrente na fase de cumprimento de sentença e no processo de execução é a não localização de bens do executado, independentemente de inércia do exequente, por prazo superior ao da prescrição do direito material objeto do título executivo.

4. Prescrição Intercorrente no Processo de Conhecimento.

Na sistematização das hipóteses de aplicação da prescrição intercorrente ao processo de execução e no cumprimento de sentença, como visto, o *comportamento do autor* assume papel fundamental. Há hipóteses em que a prescrição intercorrente decorre de sua inércia, e nesse sentido a prescrição, em seu aspecto sancionador (*prescrição-punição*), surge como forma de extinção do processo com a perda do direito subjetivo que ensejou sua instauração. Nesses casos, no contexto do processo de execução e no cumprimento de sentença, há pouca polêmica e discussão sobre ser ou não *justa* a incidência da prescrição, na medida em que ela representa uma reação a um comportamento do exequente, intimamente ligado com o seu real interesse na satisfação do crédito.

Já nas hipóteses em que há prescrição intercorrente sem inércia do autor, a prescrição, como explicado, se justifica pela necessidade de se reconhecer que a execução foi frustrada. Não sendo localizados bens do devedor ou não sendo ele próprio localizado, a ausência de resultado útil na tutela executiva impõe que se dê um desfecho ao processo, pois a eternização de demandas compromete a eficiência do Poder Judiciário. Se ficou caracterizada uma *crise* no processo que inviabiliza o exercício da tutela executiva, é necessário lidar com essa realidade, por mais desagradável ou *injusta* que ela possa parecer. Nesse contexto, a prescrição, em seu aspecto de pacificação social (*prescrição-estabilização*), age como instrumento de administração judiciária, o que, mesmo no processo de execução e no cumprimento de sentença, atrai críticas justamente pela perda do direito subjetivo sem que se cogite de culpa do autor, ao mesmo tempo que “premia” o devedor que se esconde ou oculta seus bens e frustra a execução¹¹⁵, contrariando, com isso, a boa-fé objetiva¹¹⁶.

¹¹⁵ Jorge Amaury Maia Nunes (*Prescrição extintiva e prescrição intercorrente vistas sob a ótica do novo CPC*, pág. 3): “No que concerne à prescrição intercorrente, a situação é outra, muito outra: o Judiciário foi provocado, houve a instauração do procedimento executivo, porque o credor exequente acreditou na norma do art. 789 do CPC: o devedor responde com todos os seus bens presentes e futuros para o cumprimento de suas obrigações, salvo as restrições estabelecidas em lei. Sem embargo de haver agido (não se trata de inação), o credor, cidadão comum, não dispõe de meios para localizar os bens eventualmente ocultados pelo devedor/executado recalcitrante. O Judiciário, por acúmulo de trabalho, inércia, ou qualquer outro motivo, não age e transfere a consequência do seu não-agir para o cidadão, declarando a ocorrência da prescrição intercorrente, premiando o executado ladino, hábil prestidigitador da ocultação patrimonial, que, após a declaração da ocorrência da prescrição poderá “repatriar” seu patrimônio para a claridade solar, em verdadeiro deboche ao direito do credor, que nada mais poderá fazer. Mais triste, ainda, é o argumento do Judiciário que dizia, mesmo antes deste CPC, aplicar a prescrição intercorrente em homenagem à segurança jurídica. Que segurança? Em defesa de quem?”

¹¹⁶ Flavio Tartuce (*Direito Civil*, Vol. 1, págs. 733/734): “Cumpra salientar que este autor não é adepto da prescrição intercorrente na esfera privada, aquela que corre no curso de demanda ou ação. Aliás, o entendimento

Ao se analisar a aplicação da prescrição intercorrente ao processo de conhecimento, este elemento subjetivo (inércia/culpa do autor) também é fundamental. Afinal, uma coisa é sustentar a aplicação ao processo de conhecimento da prescrição intercorrente nos casos em que o autor deixa de promover atos que lhe competem para permitir a resolução do processo; outra, bem diferente, e mais desafiadora, é analisar a aplicação da prescrição intercorrente no processo de conhecimento *sem inércia ou culpa do autor*, ou seja, analisar os casos em que o desfecho do processo ultrapassa o prazo de prescrição do direito subjetivo *por culpa do Estado*.

Contudo, antes de avançar no tema, necessário voltar alguns passos, tratando do princípio constitucional da duração razoável do processo e da efetividade do processo (para o autor e para o réu), trazendo o pano de fundo a partir do qual trataremos das hipóteses de prescrição intercorrente no processo de conhecimento.

4.1. Duração Razoável do Processo.

No contexto da chamada “Reforma do Judiciário” de 2005, a Emenda Constitucional nº 45 introduziu o inciso LXXVIII no art. 5º da Constituição Federal, para que, dentre as garantias fundamentais, passasse a constar a duração razoável do processo (“a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”).

Essa alteração no texto constitucional se insere no contexto de diversas outras mudanças de impacto, que modificaram o CPC/73 de forma relevante, com destaque para as Leis nº 11.232/05 e 11.382/06, que trouxeram profundas modificações no processo de execução e no cumprimento de sentença, em grande medida reproduzidas pelo CPC/15, a introdução da “repercussão geral” como requisito de admissibilidade do Recurso

majoritário sinalizava contra essa forma de prescrição, diante da morosidade que sempre acometeu o Poder Judiciário no Brasil. (...) Acredito que, em uma realidade de justiça cível célere, o instituto da prescrição intercorrente até poderia ser admitido. Sendo assim, se o Novo CPC realmente agilizar os procedimentos e diminuir a demora das demandas, a prescrição intercorrente poderá ser saudável. Caso contrário, poderá ser um desastre institucional. Mais uma vez, o tempo e a prática demonstrarão se o instituto veio em boa hora ou não. (...) Em casos de patente má-fé do devedor que, por exemplo, vende todos os seus bens e se ausenta do País, para que corra a prescrição intercorrente, esta não deve ser admitida. Para dar sustento a tal forma de pensar, lembro que a boa-fé objetiva é princípio consagrado não só pelo Código Civil, mas também pelo Estatuto Processual Emergente, especialmente pelo seu art. 5º”.

Extraordinário e a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal instituir Súmulas Vinculantes.

O espírito da reforma, na ocasião, era o de vencer a morosidade da tramitação dos processos, instituindo não apenas mudanças procedimentais, mas também (e principalmente) regras de organização judiciária, a fim de se buscar maior eficiência na atuação do Poder Judiciário¹¹⁷.

Não obstante, a inclusão de mais um (o septuagésimo oitavo!) inciso no art. 5º da Constituição Federal, foi vista, por alguns, como uma modificação sem utilidade prática e, de certa forma, “demagógica” diante da situação caótica do Poder Judiciário no que diz respeito ao tempo despendido para a prestação da tutela jurisdicional¹¹⁸.

É inegável, contudo, que se a “duração razoável do processo” assumiu a condição de direito fundamental, ela passou a integrar o “modelo constitucional do processo civil”, servindo como elemento norteador da fixação da extensão e alcance de determinados institutos processuais, pela necessidade de interpretação do processo à luz da Constituição

¹¹⁷ Nesse sentido, merecem destaque os comentários de Pierpaolo Cruz Bottini, Secretário de Reforma do Judiciário no Ministério da Justiça, e Sérgio Renault, Subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, dois dos mentores da Reforma do Judiciário, ao tratar dos fundamentos e objetivos da reforma de 2005 (*Os caminhos da reforma*, Revista do Advogado da Associação dos Advogados de São Paulo nº 85, pág. 7): “A morosidade do sistema judicial é evidente, e, junto com a dificuldade de acesso, é o principal elemento a macular sua credibilidade e legitimidade. A constatação de que um processo que vá até o Supremo Tribunal Federal demora, em média, mais do que oito anos para concluir a fase de conhecimento (tempo maior do que na Índia, México ou Colômbia) e a verificação de que a taxa de congestionamento nos Tribunais supera o índice de 70% refletem em números a sensação empírica de todos aqueles que lidam com a Justiça. Certamente, a dificuldade de resolver um conflito no Poder Judiciário em tempo razoável traz consequências graves para toda a sociedade, pois incentiva a proliferação de formas não legítimas de solução de litígios, inclusive violentas, e prejudica o desenvolvimento econômico, pois inibe transações comerciais e a disponibilidade de crédito. (...) É perceptível, em primeiro plano, o excesso de demandas direcionadas aos órgãos judiciais brasileiros. Temos cerca de um processo em andamento para cada 10 habitantes do país, sendo que, somente em 2005, foram iniciados 11.222 processos a cada 100.000 habitantes, número maior do que países como Argentina (9.459) ou a França (6.200). Esta situação não significa, como à primeira vista pode parecer, que haja amplo acesso à Justiça no Brasil. O que ocorre, na realidade, é que poucas instituições ou empresas utilizam demais o Poder Judiciário, enquanto a maior parcela da população fixa excluída dos serviços judiciais. Basta observar, para comprovar essa assertiva, que os Estados com maior IDH apresentam uma litigiosidade avassaladoramente maior do que aqueles menos desenvolvidos. Em São Paulo, existe um processo a cada seis habitantes, ou seja, há uma concentração de demandas em torno da riqueza das regiões.”

¹¹⁸ Paulo Hoffman, em obra específica sobre o tema (*Duração Razoável do Processo*, pág. 98), critica o fato da Emenda Constitucional nº 45 ter introduzido a garantia de razoável duração do processo “sem antes tomar medidas de ordem prática e sem que nada na ineficiente estrutura e nas condições do poder Judiciário fosse alterado”, chegando a afirmar que “trata-se, por ora, somente de mais uma garantia constitucional vazia”.

Federal¹¹⁹, especialmente quando o dispositivo constitucional não se limita a assegurar a “duração razoável do processo” mas também determina que se proporcionem ao jurisdicionado “meios que garantam a celeridade de sua tramitação”.

Se a crise entre tempo e processo remonta à Antiguidade¹²⁰, sendo tão antiga quanto o próprio processo¹²¹, a “duração razoável do processo”, apesar de elevada a direito fundamental apenas na Emenda Constitucional nº 45, é ideia que permeia o processo civil brasileiro há muito tempo.

A primeira e mais evidente manifestação do conceito de “duração razoável do processo” é o princípio da economia processual, que impõe que, na condução do processo, haja o menor dispêndio possível de recursos (sejam eles financeiros, humanos ou jurídicos) para que se alcance o resultado almejado. Ou seja: a atividade jurisdicional deve propiciar o máximo de resultados com o mínimo de esforços.

A “economia processual” guarda estreita relação com o “princípio da eficiência”, previsto no art. 37 da Constituição Federal desde a concepção do texto constitucional como um dos princípios que regem a atividade estatal. Esse princípio, evidentemente, não se aplica

¹¹⁹ A este respeito, necessária a referência à obra pioneira de Nelson Nery Junior, ao tratar do “Processo Civil Constitucional” (*Princípios do Processo Civil na Constituição Federal*, págs. 25/26): “o intérprete deve buscar a aplicação do direito ao caso concreto, sempre tendo como pressuposto o exame da Constituição Federal. Depois, sim, deve ser consultada a legislação infraconstitucional a respeito do tema. (...) Esta é a razão pela qual todos devem conhecer e aplicar o Direito Constitucional em toda a sua extensão, independentemente do ramo do direito constitucional que se esteja examinando”.

¹²⁰ André Vasconcelos Roque e Francisco Carlos Duarte (*As Dimensões do Tempo no Processo Civil: tempo quantitativo, qualitativo e a duração razoável do processo*, Revista de Processo nº 218, pág. 330) fazem um interessante histórico para demonstrar que a luta contra a morosidade da prestação jurisdicional existe desde a Antiguidade, sendo fonte constante de insatisfação dos jurisdicionados: “A luta obstinada do processo contra o tempo vem atravessando gerações, desde a Antiguidade até os dias atuais. Apenas para ilustrar tal afirmação, conforme anota Luigi Comoglio, durante o reinado de Justiniano (século VI), foram promulgadas leis que já tinham por finalidade reduzir o tempo de administração da Justiça. Da mesma forma, no início do século XIV, sob o pontificado de Clemente V, foi editada a bula papal *Clementina Saepe*, criando uma espécie de procedimento sumário indeterminado para acelerar o julgamento de determinadas causas pelos tribunais eclesiásticos. No século XIX, na Inglaterra, uma das principais fontes de insatisfação com o Poder Judiciário estava justamente na excessiva demora para a resolução dos litígios”.

¹²¹ Carnelutti, em suas Instituições (*Instituições do Processo Civil*, V. II, pág. 65), trata, em algumas passagens, do confronto entre tempo e processo, ou, mais propriamente, entre celeridade e garantias processuais. Tomando o confronto entre a “oralidade” (então marcante no processo civil italiano) e a “concentração”, Carnelutti identifica, nesta última, “fórmula com a qual se quer denotar a tendência a conter as diversas atividades de que consta não tanto a substanciação quanto a instrução, em um período de tempo limitado, o qual facilita ao mesmo tempo a rapidez e a justiça da decisão, pois quanto mais se prolonga a instrução ou mais se dispersa em momentos separados por intervalos mais ou menos longos, tanto menos opera o outro princípio do imediatismo, e surge e agrava-se o perigo de que a causa seja decidida por um juiz que só tem conhecimento mediato das razões e provas através dos documentos, autógrafos ou hetegógrafos, que formam o volume processual”.

apenas aos órgãos que exercem função administrativa, mas também ao Poder Judiciário, enquanto órgão que administra a justiça¹²².

Mais do que apenas dimensionar o tempo despendido para a prática dos atos processuais, a eficiência impõe uma análise qualitativa: uma gestão eficiente do processo é aquela que proporciona melhor resultado com menor emprego de recursos materiais e humanos. Não se trata, pois, de escolher entre “celeridade” e “qualidade”, e sim de equilibrar estes dois objetivos da forma mais eficiente possível¹²³.

Nessa mesma linha, Arruda Alvim¹²⁴, ao tratar do “tempo no processo”, identifica a existência de um princípio informador do processo civil que denomina “princípio da brevidade”, afirmando que “deve o processo – que se constitui, sob certo aspecto, em um mal – ser suprimido do cenário jurídico o mais rapidamente possível. Tal princípio, apesar de inspirado em razões diferentes e visando a fins diversos, coincide, em sua aplicação prática, com outro princípio informativo do processo, que influi nos prazos, que é o da economia processual. Este último princípio faz com que não deva haver desperdício de atividade jurisdicional. Assim, podendo ser prestada em menor tempo (e com menor número de atos), tal deverá ocorrer”¹²⁵.

¹²² Sobre a relação entre “eficiência” e “economia processual”, a lição de Alexandre Freitas Câmara (*O Direito à Duração Razoável do Processo: entre eficiência e garantias*, Revista de Processo nº 223, pág. 42): “O termo eficiência pode ser definido como “a razão entre um resultado desejado e os custos necessários para sua produção”. Evidentemente, quando se trata do processo civil, não se levam em conta apenas os custos econômicos, mas todo e qualquer dispêndio, de tempo e energias, necessário para a produção dos resultados esperados do processo civil. Assim, o sistema de prestação de justiça civil será eficiente se for capaz de conduzir à produção dos resultados esperados do processo com o mínimo de dispêndio de tempo e energias. Essas ideias, como facilmente se percebe, aproximam o conceito de eficiência do processo civil do conhecido *princípio da economia processual*. O processo civil tem de ser *eficiente*. No direito brasileiro, a exigência de eficiência da atividade estatal está prevista no art. 37 da CF/1988. Não obstante faça o texto constitucional expressa referência à função administrativa, este princípio constitucional se aplica também aos órgãos que *administram justiça*. E isso porque toda e qualquer atividade estatal – administrativa ou não – deve ser exercida de modo *eficiente*”.

¹²³ Novamente Alexandre Freitas Câmara (*O Direito à Duração Razoável do Processo: entre eficiência e garantias*, Revista de Processo nº 223, pág. 43): “O que se quer dizer, então, é que o processo (civil, penal, trabalhista ou de qualquer outra categoria) só será *eficiente* se for capaz de produzir resultados de boa qualidade. E isso mostra que a ideia de um “embate” entre celeridade e qualidade é absolutamente equivocada. Não se trata de escolher entre um processo célere ou um processo capaz de produzir resultados justos. Impende, isso sim, buscar a construção de um sistema de prestação de justiça capaz de produzir resultados justos da forma mais eficiente possível. Não há processo civil que seja, ao mesmo tempo, moroso e eficiente. Mas não há, tampouco, processo civil que seja eficiente, mas não produza resultados justos. Afinal, como visto, não há eficiência que conduza a resultados qualitativamente ruins”.

¹²⁴ *Manual de Direito Processual Civil*, pág. 480.

¹²⁵ Sobre este tema, é oportuna a observação de Fredie Didier Jr. (*Curso de Direito Processual Civil*, Vol. 1, pág. 18), para quem “não existe um princípio da celeridade”. Para o autor, “o processo não deve ser rápido/célere: o processo deve demorar o tempo necessário e adequado à solução do caso submetido ao órgão jurisdicional”. E acrescenta: “a partir do momento em que se reconhece a existência de um direito fundamental ao devido

No CPC/73, o art. 125, II, previa, dentre as incumbências do Juiz a de “velar pela rápida solução do litígio”, disposição parcialmente repetida no CPC/15, mas com ajuste de redação para, diante da Emenda Constitucional nº 45, prever que cabe ao Juiz “velar pela *duração razoável do processo*”. A manifestação do princípio pode ser observada em diversas passagens do Código, como, por exemplo, no art. 54 (que determina a reunião de processos conexos), o art. 370 (indeferimento de provas ou diligências protelatórias) e o art. 2º (impulso oficial do processo)¹²⁶. Eliminar etapas mortas no processo e otimizar a prestação jurisdicional é, sem sombra de dúvidas, um dever do Juiz.

Além destas disposições, o CPC/15 traduziu, no âmbito infraconstitucional, o direito fundamental à duração razoável do processo, ao prever que “as partes têm o direito de obter em *prazo razoável* a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa” (art. 4º) e que “todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em *tempo razoável*, decisão de mérito justa e efetiva” (art. 6º).

Além dos reflexos na legislação infraconstitucional, o princípio da duração razoável do processo, antes mesmo da Emenda Constitucional nº 45, já estava presente em nosso ordenamento jurídico em razão do disposto no art. 8º, 1, da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica)¹²⁷, que previa ser direito fundamental da pessoa humana um processo com duração razoável. Veja-se o texto de tal dispositivo: “Toda pessoa terá o direito de ser ouvida, com as devidas garantias e *dentro de um prazo razoável*, por um Juiz ou Tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou na determinação de seus direitos e obrigações de caráter civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer natureza”¹²⁸. Longe de ser mera manifestação de princípio, a adesão do Brasil à Convenção Americana de Direitos

processo, está-se reconhecendo, implicitamente, o direito de que a solução do caso deva cumprir, necessariamente, uma série de atos obrigatórios, que compõem o conteúdo mínimo desse direito”.

¹²⁶ Outros exemplos, citados por Humberto Theodoro Junior (*Curso de Direito Processual Civil*, Vol. I, pág. 28), são o indeferimento da inicial, a coibição de incidentes irrelevantes para a causa, a fixação de tabela de custas pelo Estado, a possibilidade de se antecipar julgamento de mérito e o saneamento do processo antes da instrução.

¹²⁷ Tal tratado foi incorporado em nosso ordenamento jurídico pelo Decreto nº 678/92, sendo que, por força do art. 5º, § 2º, da Constituição Federal, passou a integrar o rol de direitos fundamentais.

¹²⁸ Nesse sentido, José Rogério Cruz e Tucci (*Garantias Constitucionais da Duração Razoável e da Economia Processual no Projeto do Código de Processo Civil*, Revista de Processo nº 192): “Desse modo, apesar de a garantia do devido processo legal pressupor, como já ressaltado, o rápido desfecho do litígio, já estava contemplado, em nosso sistema jurídico, mesmo antes da EC 45/2004, dada a evidente compatibilidade de regramentos, em particular, pela regra do art. 8º, 1, do referido Pacto de San José: “Toda pessoa terá direito de ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável”

Humanos deu ensejo a condenações do Estado brasileiro por parte da Corte Interamericana de Direitos Humanos por violação do direito fundamental ao processo com duração razoável, tema que desenvolveremos mais adiante no contexto da responsabilidade civil do Estado-Juiz.

Apesar de a garantia de duração razoável do processo não ser propriamente uma inovação introduzida pela Emenda Constitucional nº 45, a Emenda não apenas alterou o art. 5º da Constituição Federal, mas fez também diversas modificações de organização judiciária e criou institutos processuais no âmbito dos Tribunais Superiores (repercussão geral, súmula vinculante) com a finalidade de buscar maior eficiência e celeridade na prestação jurisdicional.

Além destas mudanças, a Emenda Constitucional n 45 fez outra modificação intimamente ligada com a razoável duração do processo, que foi a criação do art. 93, XIII, da Constituição Federal, que determina que “o número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e a respectiva população”¹²⁹. Apesar de, em certa medida, programática, essa norma é fundamental porque só se pode imaginar um processo com duração razoável se o Juiz por ele responsável for encarregado de um número também razoável de processos¹³⁰. Infelizmente, apesar de prever uma relação de proporcionalidade, não se estabeleceu um critério objetivo para esta proporção¹³¹.

A partir da criação do Conselho Nacional de Justiça (também por força da Emenda Constitucional nº 45), passou-se a ter maior acesso a dados estatísticos do Poder Judiciário. Segundo a edição mais recente da publicação Justiça em Números (2022), a proporção de habitantes por unidade judiciária variava entre menos de 1.551 habitantes por unidade judiciária (Estados de Roraima, Mato Grosso e Tocantins) a mais de 2.497 habitantes por unidade judiciária (Estado de São Paulo, Maranhão, Pará e Amazonas). Apesar de ilustrada

¹²⁹ O legislador utiliza a expressão “unidade jurisdicional” para designar os “Juízos”, em nomenclatura bastante curiosa, já que não é a usual das lides forenses. A este respeito, Carnelutti consagrou a expressão “ofício judicial”, definindo-o como “um agregado de pessoas combinadas em conjunto para o exercício da potestade judicial” (*Instituições*, pág. 240).

¹³⁰ Ao tratar da relação entre o art. 93, XIII, da Constituição Federal e o princípio da duração razoável do processo, Araken de Assis (*Duração Razoável do Processo e Reformas da Lei Processual Civil*, pág. 195) destaca que “há flagrante relação entre uma coisa e outra”, pois “se um único órgão judiciário se encarregasse de distribuir justiça numa “unidade jurisdicional” (...) minimamente povoada, jamais se atingiria a “razoável duração” do processo, cogitada no art. 5º, LXXXVIII, da CF/1988”.

¹³¹ Segundo anota Ronaldo Bretãs de Carvalho Dias (*Direito à Jurisdição Eficiente e Garantia da Razoável Duração do Processo na Reforma do Judiciário*, Revista de Processo nº 128, pág. 165) o ZPO Alemão, por exemplo, prevê que cada Juiz pode ter aos seus cuidados, no máximo, de 500 a 1.000 processos.

com diversos gráficos e figuras, a publicação não responde, de maneira conclusiva, como o art. 93, XII, da Constituição Federal está sendo observado (ou não) na prática.

Ainda segundo a publicação “Justiça em Números”, o tempo médio de duração do processo de conhecimento (“tempo de sentença”), na Justiça Comum, era de 1 ano e 7 meses no 1º Grau e de 10 meses no 2º Grau. Ou seja, desconsiderado o tempo de tramitação perante os Tribunais Superiores, o tempo médio de tramitação de um processo, na fase de conhecimento, é de aproximadamente 2 anos e meio.

Os dados do CNJ indicam, também, um viés de baixa no número de processos pendentes líquidos¹³² (excluídos os suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório), registrando a existência de 62 milhões de ações judiciais ao final do ano de 2021, uma queda histórica de 7,8% desde 2015¹³³. Ainda assim, o mesmo estudo aponta que o prazo de “Tempo de Giro do Acervo” (razão entre os processos pendentes e baixados) é, em média, de 3 anos e dois meses na Justiça Estadual e 2 anos e 8 meses na Justiça Federal, mas no Estado de São Paulo, por exemplo, esse prazo sobe para 4 anos e 9 meses na Justiça Estadual e 4 anos e 10 meses no TRF da 3ª Região¹³⁴.

Sem desprezar os dados estatísticos, que são em certa medida animadores pois indicam que a morosidade da tramitação dos processos vem gradualmente sendo reduzida, em grande medida pelos esforços de digitalização dos processos, exponencialmente acelerada com a pandemia de COVID-19, é certo que o sentimento geral dos jurisdicionados (e dos

¹³² Essa percepção manifestada pelo CNJ contraria, em parte, as conclusões de estudo baseado nos dados de 2017, que registrava que no período de 2009 a 2016 “a partir das informações disponibilizadas pelo CNJ, é possível verificar que, ao longo do tempo, a taxa de congestionamento de casos pendentes tem sido crescente” (Nestor Eduardo Araruna Santiago e Outros, *Cooperação processual, duração razoável do processo e taxa de congestionamento: uma solução (possível) para o Poder Judiciário*, Revista de Processo nº 278, pág. 102).

¹³³ Justiça em Números 2022, págs. 104/105: “O Poder Judiciário finalizou o ano de 2021 com 77,3 milhões de processos em tramitação, aguardando alguma solução definitiva. Desses, 15,3 milhões, ou seja, 19,8%, estavam suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório, aguardando alguma situação jurídica futura. Dessa forma, desconsiderados tais processos, tem-se que, em andamento, ao final do ano de 2021, existiam 62 milhões de ações judiciais. O ano de 2017 foi marcado pelo primeiro ano da série histórica em que se constatou freio no acervo, que vinha crescendo desde 2009 e manteve-se relativamente constante em 2017. Em 2018, pela primeira vez, houve redução no volume de casos pendentes, fato que se repetiu por ainda mais dois anos, em 2019 e 2020, acumulando uma redução de R\$ 3,6 milhões entre 2017 e 2020. Em 2021, com a retomada de parte dos serviços presenciais em decorrência da pandemia causada pela covid-19, o acervo retomou a patamares próximos ao verificado em 2019. A série histórica dos casos pendentes líquidos (pendentes excluídos os suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório), por sua vez, tem apresentado repetidas quedas, com reduções ano a ano, desde que o indicador passou a ser medido. Ao longo dos anos de 2015-2021, os pendentes líquidos acumularam redução na ordem de -7,8%. Em 2021, ao contrário, houve sutil crescimento, na ordem de 0,2%”

¹³⁴ Justiça em Números 2022, págs. 108/109.

operadores do direito) ainda é de que a Justiça Brasileira é lenta¹³⁵, apesar de se reconhecer que a insatisfação com a celeridade do Poder Judiciário não é algo exclusivamente brasileiro¹³⁶.

Os dados estatísticos, por se pautarem em “médias”, estão sujeitos a toda espécie de desvios, e não capturam os milhares de processos que, passando longe da média, levam mais de 5, 10 ou até 20 anos para se encerrarem (ao mesmo tempo que consideram na apuração da média processos que se encerram por acordo já na audiência de conciliação, antes mesmo da contestação). Quando falamos do direito fundamental à duração *razoável* do processo, a preocupação é justamente com os casos fora da curva, e que não são poucos, para se discutir que remédios aplicar (ou, conforme o texto constitucional, avaliar se os “meios que garantam a celeridade de sua tramitação” estão de fato disponíveis em nossa legislação infraconstitucional e se são aplicados de forma efetiva¹³⁷).

Esta análise das anomalias, evidentemente, não afasta a necessidade de se analisarem medidas estruturais, tampouco reduz a importância de tais estudos. Há trabalhos dedicados a enxergar o processo em sua dimensão estrutural, com foco na operação do sistema de distribuição de justiça (que em um paralelo com as ciências econômicas, brilhantemente

¹³⁵ José Roberto dos Santos Bedaque (*Efetividade do Processo e Técnica Processual*, pág. 21), ao tratar dos dados estatísticos sobre a relação de proporção entre Juízes e jurisdicionados, faz a pertinente observação de que apesar de “as estatísticas de que dispomos limitem-se a adotar o volume de processos e a quantidade atribuída a cada juiz, ou a relação juiz/população, sem esclarecer a quantidade de teses repetidas, cujos processos muitas vezes são examinados pela assessoria, ainda assim é possível afirmar que a quantidade supera em muito a capacidade de absorção”, concluindo que “apesar de os números nem sempre significarem muita coisa, é notória a insuficiência estrutural do Poder Judiciário”.

¹³⁶ Conforme anotam André Vasconcelos Roque e Francisco Carlos Duarte (*As Dimensões do Tempo no Processo Civil: tempo quantitativo, qualitativo e a duração razoável do processo*, Revista de Processo nº 218, pág. 333): “Outra percepção errônea sobre a excessiva duração dos processos judiciais é que se trataria de problema exclusivamente brasileiro. Um leitor habituado a enxergar nos países europeus padrão insuperável de eficiência provavelmente ficaria espantado com alguns dados. Na Inglaterra, por exemplo, o prefácio das *Civil Procedure Rules*, de 1999 faz referência à “widespread public dissatisfaction with the delay, expense, complexity and uncertainty of pursuing cases through the civil courts”. É sintomático que a demora (*delay*) figure em primeiro lugar na lista. Da mesma forma, na Itália, uma mensagem encaminhada pelo Ministro da Justiça à Câmara dos Deputados, defendendo um dos projetos de reforma processual naquele país, sustenta que “il 90 % degli italiani, lo disse un’indagine del Censis di qualche tempo fa, boccia la giustizia, considerandola lenta, costosa ed iniqua”. Novamente, a lentidão aparece em primeiro lugar da lista. No mesmo sentido, renomado processualista japonês assevera que, em seu país, antes da entrada em vigor do Código de Processo Civil de 1996, era comum que um processo se arrastasse por mais de uma década até ser julgado pela Corte Suprema.”

¹³⁷ Araken de Assis (*Duração Razoável do Processo e Reformas da Lei Processual Civil*, pág. 197), ao tratar dos “meios” referidos no texto constitucional, sustenta que a expressão se refere tanto aos “meios humanos e materiais”, objeto do art. 93, XIII, da Constituição Federal, quanto aos “mecanismos porventura existentes ou a instituir nas leis processuais”.

proposto por Heitor Sica¹³⁸, trataria de uma dimensão *macroprocessual* do direito). Transposto para o tema da duração razoável do processo, esta visão macro se dedica a analisar reformas estruturantes do funcionamento do Poder Judiciário¹³⁹, como aquelas empreendidas pela Emenda Constitucional nº 45 e que são objeto de constante debate no meio acadêmico e político.

Em uma visão *microprocessual* do direito, a duração razoável do processo não deve olhar para a média, e sim para o que fazer com os processos que, passando longe do tempo médio de tramitação do processo de conhecimento de dois anos e meio divulgado pelo CNJ (tempo aparentemente *razoável* para um processo de complexidade igualmente mediana), por inércia do autor ou do Estado, passam anos sem movimentação, e que ficam esquecidos nos “escaninhos” (agora virtuais) do Poder Judiciário sem ter um desfecho. Quando o constituinte reformador elevou a duração razoável do processo a direito fundamental, o fez para proporcionar ao jurisdicionado que teve este direito violado mecanismos para exigir providências do Poder Judiciário. Pensar o contrário significa fazer letra morta de um direito fundamental, o que é impensável em um Estado Democrático de Direito.

4.2. Critérios para dimensionar a duração razoável do processo.

Não há como se analisar o direito fundamental à duração razoável do processo sem se perguntar o que seria, então, um prazo *razoável*. Trata-se inegavelmente de um conceito jurídico indeterminado¹⁴⁰, que o legislador infraconstitucional, ao editar o CPC/15, não se

¹³⁸ Heitor Vitor Mendonça Sica, *Congestionamento Viário e Congestionamento Judiciário*, Revista de Processo nº 236.

¹³⁹ Em proposta de sistematização da “tempestividade do processo”, José Augusto Garcia de Souza (*A Tríade Constitucional da Tempestividade do Processo (em sentido amplo): celeridade, duração razoável e tempestividade estrutural*, Revista de Processo nº 280, pág. 96)” trata a duração razoável como um dos tripés da tempestividade, ao lado da celeridade e tempestividade estrutural. “A visão tricotômica da tempestividade inspira-se diretamente no inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição brasileira (incluído pela Emenda Constitucional 45, de 2004), cuja redação – “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação” – suscita três vertentes: (a) a “razoável duração do processo”, (b) os “meios” conducentes à tempestividade ou, de acordo com a terminologia que adotaremos, a tempestividade (sob o prisma) “estrutural”; e (c) a “celeridade”.

¹⁴⁰ José Augusto Garcia de Souza (*A Tríade Constitucional da Tempestividade do Processo (em sentido amplo): celeridade, duração razoável e tempestividade estrutural*, Revista de Processo nº 280, pág. 102): “Por que exatamente ninguém consegue falar mal da duração razoável do processo? Seria por conta da indeterminação semântica radicada no coração da expressão normativa? Como assinala Humberto Ávila, mesmo expressões legais vagas, a exemplo de “provisória” ou “ampla”, “possuem núcleos de sentido que permitem, ao menos, indicar quais as situações em que certamente não se aplicam”. Ocorre que, no caso da duração razoável do processo, nem isso é possível, revelando-se aí a característica mais notável do princípio. A saber: ele não aponta para nenhuma direção. A sua indeterminação semântica, portanto, é peculiaríssima, porque irreduzível. Duração

atreveu a tentar normatizar, dada a evidente complexidade do tema (e, mais do que isso, dos possíveis desdobramentos de se estabelecer o que acontece se o processo tiver duração superior ao que se reputou, objetivamente, como “razoável”).

Em algumas jurisdições, são estabelecidos prazos fixos para determinar o “prazo razoável” de tramitação dos processos. Nos Estados Unidos, por exemplo, a *American Bar Association* fixou o “tempo tolerável” de duração dos processos, estabelecendo que (i) nos casos cíveis em geral, 90% devem ser iniciados, processados e concluídos dentro de 12 meses, podendo esse prazo ser estendido para 24 meses, nos 10% dos casos restantes, em decorrência de circunstâncias excepcionais; (ii) nos casos cíveis sumários (*small claims*), os processos devem ser finalizados em 30 dias; e, (iii) nas relações domésticas, 90% das pendências devem ser iniciadas e julgadas em 30 dias, e 98% dentro de seis meses e 100% em um ano¹⁴¹.

Na realidade brasileira, apesar de, em tese, ser possível, somar os prazos peremptórios previstos na legislação processual para se chegar a um parâmetro objetivo de prazo razoável¹⁴², é certo que esta solução, absolutamente correta do ponto de vista formal, se mostra insuficiente para definir o que, na realidade dos processos, seria a “duração razoável” de um processo¹⁴³. Além das diversas variáveis inerentes ao próprio processo (tempo para efetivação da citação do réu, intimação de testemunhas, realização de perícias) e da complexidade da causa, um exercício de mera somatória de prazos desconsidera as limitações administrativas do Poder Judiciário, não permitindo que se estabeleça, de forma numérica e concreta, o que, de fato, seria um prazo de duração “razoável”¹⁴⁴.

razoável tanto pode significar aceleração da marcha processual, a bem do princípio da celeridade, como desaceleração, em homenagem a garantias como o contraditório e a ampla defesa.”

¹⁴¹ Paula Ferraresi Santos, *Duração Razoável do Processo: critérios para seu dimensionamento e aplicação no Brasil*, Revista de Processo nº 277, pág. 28.

¹⁴² Conceito defendido por Fernando Gajardoni (*Técnicas de aceleração do processo: uma análise crítica à luz de dados estatísticos*, págs. 39/40), juntamente com uma revisão dos prazos processuais, para que os prazos “impróprios” do Juiz sejam considerados também prazos peremptórios.

¹⁴³ Araken de Assis (*Duração Razoável do Processo e Reformas da Lei Processual Civil*, pág. 199) destaca que “não parece impossível somar todos os interregnos fixados em lei e estabelecer por amostragem aqueles que à lei se mostraria inviável traçar um interstício rígido – por exemplo, a demora média da citação por oficial de justiça –, considerando os procedimentos padrões – por exemplo, o rito ordinário – e, assim, apurar o número de dias ideal para o desfecho definitivo do processo”. Entretanto, conclui, lamentando, que “não há, porém, pesquisa do alcance da proposta, ou outra que utilize critérios mais idôneos e abrangentes, que possibilite localizar o número desejado”.

¹⁴⁴ Essa é também a conclusão de Paula Ferraresi Santos, *Duração Razoável do Processo: critérios para seu dimensionamento e aplicação no Brasil*, Revista de Processo nº 277, pág. 29): “A adoção exclusiva do critério do prazo fixo não parece ser a melhor solução, uma vez que a mera somatória dos prazos previstos na legislação não reflete a realidade dos fatos e, principalmente, desconsidera a complexidade do caso entre outros fatores, os

Na ausência de prazos fixos, necessário buscar critérios não-numéricos para fixar o que seria então a “duração razoável”. E, para tanto, o conceito amplamente aceito, até pela falta de normas de direito positivo sobre o tema, é o que deriva dos critérios adotados pela Corte Europeia de Direitos Humanos¹⁴⁵, seguidos também pela Corte Interamericana de Direitos Humanos ao tratar da matéria.

De acordo com a Corte Europeia, a fixação do que seria “duração razoável” de um processo depende da: (i) complexidade do caso; (ii) conduta dos litigantes; (iii) conduta das autoridades competentes; e (iv) importância do objeto do processo para o autor¹⁴⁶.

A “complexidade do caso” inegavelmente é um elemento que deve ser considerado na verificação da razoabilidade da duração do processo. Essa complexidade pode estar relacionada à sofisticação jurídica da controvérsia, a demandar maior tempo de debates entre as partes e estudos pelo Juiz, ou a dificuldades decorrentes da instrução probatória, com a necessidade de ouvir testemunhas, produzir provas técnicas ou obter documentos. Na essência, o conceito complexidade impõe que não se use a mesma régua para medir todo tipo de ação, das mais simples às mais complicadas, evitando-se a injusta conclusão de excessiva demora na solução para causas difíceis sem permitir condescendência com prazos muito dilatados no julgamento de demandas simples.

A análise “conduta dos litigantes”, por outro lado, visa coibir o *venire contra factum proprium*, evitando que a parte que provoca o prolongamento indevido da duração do processo venha depois a se beneficiar de sua conduta. Na perspectiva do Estado-Juiz, a verificação de quanto a conduta das partes contribuiu para a duração excessiva do processo pode caracterizar uma excludente de responsabilidade, equiparável à “culpa exclusiva da vítima” ou mesmo em “culpa concorrente”.

quais podem levar a uma extensão dos prazos previstos. Além disso, com a possibilidade de negócio jurídico processual, a adoção exclusiva desse critério resta prejudicada”.

¹⁴⁵ O dispositivo da Convenção Europeia para Salvaguarda dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, de 1950, tem redação semelhante ao da Convenção Americana de Direitos Humanos: “Toda pessoa tem direito a que sua causa seja examinada equitativa e publicamente num prazo razoável, por um tribunal independente e imparcial instituído por lei, que decidirá sobre seus direitos e obrigações civis ou sobre o fundamento de qualquer acusação em matéria penal contra ela dirigida” (art. 6.º, 1).

¹⁴⁶ Diversos artigos e ensaios sobre duração razoável do processo tratam dos critérios adotados pela Corte Europeia de Direitos Humanos; o mais aprofundado e abrangente deles sobre o tema, dentre os estudados para elaboração deste trabalho, é o de autoria de Paula Ferraresi Santos (*Duração Razoável do Processo: critérios para seu dimensionamento e aplicação no Brasil*, Revista de Processo nº 277, págs. 29/32).

O terceiro elemento (“conduta das autoridades competentes”) constitui, sem dúvida, o núcleo da análise da duração razoável do processo, uma vez que a observância deste direito fundamental se impõe, precipuamente, ao Estado Juiz. O que se verifica, nesse item, é a diligência empregada pelo órgão jurisdicional, se ela foi “normal” ou se houve desídia na condução do processo¹⁴⁷.

O quarto e último elemento a ser considerado, o da “importância do objeto do processo para o autor”, está relacionado à condição pessoal do demandante, questão que pode ter grande relevância no âmbito da análise de violação a direitos humanos, mas que, no processo civil, a rigor não deve ser considerada. Há, claro, exceções, como a violação ao dever de prioridade de tramitação processual em causas envolvendo idosos ou crianças e adolescentes, ou quando se tratam de processos que discutem verbas alimentares, tratamentos médicos, dentre outras. Embora a isonomia processual seja a regra, pode haver fator de *discrímen* relevante que, se não observado, contribui para a conclusão de que o direito de fundamental de duração razoável do processo foi violado.

A par do elevado grau de abstração destes critérios, o que inclusive levou a própria Corte Europeia, em um determinado momento, a fixar prazos objetivos a serem considerados na verificação do que seria duração razoável, fixando uma regra geral de duração de 2 anos para casos não complexos¹⁴⁸, o fato é que eles refletem uma noção quase universal do que se deve verificar ao aferir a razoabilidade do prazo.

¹⁴⁷ Sobre este critério, combinado com o do “comportamento dos litigantes”, os comentários de José Rogério Cruz e Tucci (*Garantias Constitucionais da Duração Razoável e da Economia Processual no Projeto do Código de Processo Civil*, Revista de Processo nº 192, pag. 25): “O Tribunal Europeu exige da parte reclamante “diligência normal” no desenrolar do processo, “não lhe sendo imputável a demora decorrente do exercício de direitos ou poderes processuais, como o de recorrer ou de suscitar incidentes”. Desse modo, não poderão ser taxadas de “indevidas” as dilações proporcionadas pelo esforço das partes, as quais, valendo-se das próprias regras processuais, acabam causando um natural prolongamento do procedimento. É necessário, pois, que a morosidade, para ser reputada realmente inaceitável, decorra do comportamento doloso de um dos litigantes, ou, ainda, da inércia, pura e simples, do órgão jurisdicional encarregado de dirigir as diversas etapas do processo. É claro que a pleora de causas o excesso de trabalho, não pode ser considerado, neste particular, justificativa plausível para a lentidão da tutela jurisdicional.”

¹⁴⁸ É o que anota Paula Ferraresi Santos, no trabalho já mencionado (*Duração Razoável do Processo: critérios para seu dimensionamento e aplicação no Brasil*, Revista de Processo nº 277, pág. 36): “É curioso observar que a Corte Europeia de Direitos Humanos, conhecida pelos seus critérios de prazos não fixos, publicou uma tabela, com base em seus julgamentos, fixando padrões e regras para a duração dos processos, estabelecendo casos em que o tempo mínimo ou máximo são considerados como razoáveis ou não. Embora a Corte tenha sido relutante em estabelecer regras estanques, sob o argumento de que cada caso deve ser considerado separadamente, a análise e a comparação de grande número de casos podem fornecer uma indicação útil. Assim, estabeleceu-se que: (i) duração de até 2 anos, em casos não complexos, é geralmente considerada razoável. Nos casos em que a

Não por outra razão, também a Corte Interamericana de Direitos Humanos adota critérios semelhantes, com menos ênfase à questão da relevância do processo para o demandante¹⁴⁹.

Nessa perspectiva, o direito fundamental a um processo com duração razoável pode ser entendido, na essência, como um direito ao processo *sem dilações indevidas*¹⁵⁰. Os atos processuais, naturalmente, levam tempo, e quando se fala em duração razoável do processo o que se está assegurando é a alocação de prazos adequados para cada etapa do processo, com uma análise *qualitativa*¹⁵¹ (e não meramente quantitativa) do tempo despendido.

demora é superior a dois anos, a Corte analisa o caso detidamente, a fim de determinar se as autoridades nacionais demonstraram a devida diligência no processo; (ii) em casos prioritários, a corte pode se afastar da regra geral, podendo determinar a violação, mesmo que o caso demore menos de dois anos; (iii) em casos complexos, a corte pode determinar um prazo mais longo, mas prestar especial atenção para os períodos de inatividade que são claramente excessivos. O tempo mais longo permitido é raramente superior a cinco anos e quase nunca mais do que oito anos de duração total; (iv) os únicos casos em que a Corte não determina a violação, apesar da duração manifestamente excessiva, são os casos em que os comportamentos dos litigantes contribuíram para a demora.”

¹⁴⁹ É o que se extrai do caso *Ximenes Lopes versus Brasil*, em que o Estado Brasileiro foi condenado, dentro outros motivos, por violação à garantia razoável do processo, ao qual faremos referência mais adiante ao tratar da Responsabilidade Civil do Estado (integra da decisão da CIDH disponível em https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/Seriec_149_esp.pdf, acesso em 25.05.2023): “196. Para examinar si en este proceso el plazo fue razonable, según los términos del artículo 8.1 de la Convención, la Corte tomará en consideración tres elementos: a) la complejidad del asunto; b) la actividad procesal del interesado y c) la conducta de las autoridades judiciales”

¹⁵⁰ José Rogério Cruz e Tucci (*Garantias Constitucionais da Duração Razoável e da Economia Processual no Projeto do Código de Processo Civil*, Revista de Processo nº 192, pág. 35) trata desse conceito de “dilações indevidas”: “Foi, sem dúvida, a partir da edição desse diploma legal supranacional, que o *direito ao processo sem dilações indevidas* passou a ser concebido como um direito subjetivo constitucional, de caráter autônomo, de todos os membros da coletividade (incluídas as pessoas jurídicas) à *tutela jurisdicional dentro de um prazo razoável*, decorrente da proibição do *non liquet*, vale dizer, do dever que têm os agentes do Poder Judiciário de julgar as causas com estrita observância das normas de direito positivo. Efetivou-se, outrossim, ao longo do tempo, a necessária exegese da abrangência do supratranscrito dispositivo, tendo-se, unanimemente, como *dilações indevidas*, “os atrasos ou delongas que se produzem no processo por inobservância dos prazos estabelecidos, por injustificados prolongamentos das etapas mortas que separam a realização de um ato processual de outro, sem subordinação a um lapso temporal previamente fixado, e, sempre, sem que aludidas dilações dependam da vontade das partes ou de seus mandatários”.

¹⁵¹ Sobre a necessidade de se promover uma análise qualitativa do tempo no processo, André Vasconcelos Roque e Francisco Carlos Duarte (*As Dimensões do Tempo no Processo Civil: tempo quantitativo, qualitativo e a duração razoável do processo*, Revista de Processo nº 218, pág. 339): “Adentrando no âmbito jurídico, torna-se indispensável promover também uma análise qualitativa do tempo no processo. O maior problema dentro do processo não está propriamente na duração dos prazos legais ou no número de recursos existentes, mas sim nas chamadas “etapas mortas” do processo, em que não há atividade processual por fatores estruturais da administração da Justiça. Enquanto que a parte tem apenas, por exemplo, 10 dias para se manifestar em réplica, sua petição pode demorar pelo menos uns 2 a 3 meses para ser juntada aos autos. Ao mesmo tempo em que um recurso no TJRJ demora, em média, 5 meses a ser julgado, idêntico recurso pode demorar 2 a 3 anos no TJSP, sendo que ambos estão submetidos ao mesmíssimo Código de Processo. Diante desses dados, parece inócuo tentar corrigir a distorção apontada mediante reformas na legislação processual”.

O dimensionamento daquilo que se deve considerar um processo com “duração razoável”, portanto, passa pela identificação (e eliminação) das chamadas *etapas mortas* do processo, em que o tempo alocado para a prática do ato processual é desproporcional à sua complexidade ou, pior, quando o processo fica em um “limbo” sem que esteja efetivamente no aguardo de providências das partes ou do Juiz (como acontece, por exemplo, com a famigerada “fila da conclusão”).

Muito do esforço em materializar a garantia de duração razoável se relaciona à identificação destas hipóteses de dilação indevida, e grande parte das reformas processuais deriva, justamente, da identificação dos ofensores à celeridade processual. Quando se constatou que um dos grandes “vilões” da celeridade dos processos nos Tribunais, responsável pela demora no julgamento de Apelações, era o Agravo de Instrumento, o legislador cuidou de restringir as hipóteses de cabimento do agravo¹⁵², com resultados práticos discutíveis. Em outros casos, quando o diagnóstico apontou a necessidade de promover a “conciliação” como um dos possíveis remédios para se diminuir a quantidade de processos em curso, a audiência de conciliação se tornou obrigatória, trazendo com ela, como efeito colateral, uma nova hipótese de dilação indevida do processo, criando-se uma enorme “etapa morta” entre a citação do réu e a realização da audiência¹⁵³, levando ao questionamento sobre o verdadeiro custo-benefício de tal obrigatoriedade¹⁵⁴.

¹⁵² A este respeito, Paulo Henrique Lucon, comentando as alterações promovidas pela Lei nº 11.187/2005 (*O Novo Regime do Agravo - Lei nº 11.187/2005*, pág. 159) afirma que “a verdade de tal alteração legislativa, entretanto, é mais dolorida: a sistemática anterior propiciava a utilização plena do agravo de instrumento e do agravo interno e os tribunais não davam conta da demanda. Os órgãos jurisdicionais de segundo grau, ao invés de darem importância ao produto final por excelência, que é a apelação, tornaram-se órgãos julgadores de agravo de instrumento e agravo interno. Se esses órgãos conseguissem suportar a demanda a contento, é certo que a sistemática anterior se afigurava mais eficiente em termos de outorga de uma prestação jurisdicional mais célere e segura, já que propiciava um rápido reexame da matéria objeto da decisão interlocutória proferida em primeiro grau de jurisdição”.

¹⁵³ Em pesquisa abrangente sobre o tema da duração do processo nos Juizados Especiais Cíveis, Leslie Ferraz (*Juizados Especiais Cíveis e Duração Razoável do Processo – Uma Análise Empírica*, Revista de Processo nº 245, pág. 526) constata que apesar do prazo legal entre ajuizamento da ação e realização da audiência de conciliação ser de 10 dias, nenhum dos Estados observa esse prazo. No Estado de São Paulo (o mais demorado) o prazo médio entre ajuizamento da ação e realização da audiência de conciliação, em 2006, era de 121 dias.

¹⁵⁴ O direito fundamental à duração razoável do processo impõe que se repense a ideia de que a regra é a realização da audiência (dependendo a não realização de manifestação de ambas as partes, conforme art. 334§ 4º, do CPC). A este respeito, Barbosa Moreira (*O Desafio da Celeridade na Prestação Jurisdicional*, Revista da EMERJ nº 9, pág. 80) explica que a audiência de conciliação (ou “preliminar”, na linguagem do CPC/73) tem origem no direito austríaco e que, na Áustria, era ato obrigatório, que passou a facultativo e depois foi totalmente eliminada, em razão da constatação de sua pouca utilidade: “A audiência preliminar nos vem do direito austríaco. Ela, pode-se dizer, teve sua certidão de batismo, ou até de nascimento, num código, já bastante antigo, já mais do que centenário, editado na Áustria em 1895, portanto há mais de um século. E ela sempre foi cantada e decantada em prosa e verso, como um instrumento muito poderoso no sentido de abreviação do procedimento, que permitia ao juiz primeiro tentar conciliar as partes e, se tivesse êxito nessa tentativa, obviamente, desde longo esta se encerraria. (...) Vários países copiaram o modelo austríaco e, para surpresa de muitos, a partir dos

Nesse contexto, pode-se concluir que, em que pese a duração razoável do processo seja um conceito jurídico indeterminado, é possível extrair do sistema processual (e, mais especificamente, do modelo constitucional de processo civil) alguns critérios objetivos para sua fixação. Sem perder de vista que a garantia fundamental da duração razoável do processo impõe que se proporcionem os *meios* para que ela se efetive (parte final do inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal¹⁵⁵), é necessário avaliar as etapas mortas do processo e propor meios de eliminá-las, bem como avaliar possíveis medidas a serem aplicadas na hipótese de a dilação indevida do processo ser tão grande a ponto de resultar na sua própria extinção, com a perda do direito material em que ele se fundamenta, já que nada pode ser imune aos efeitos do tempo.

4.3. Efetividade do Processo (também para o réu).

Quando se fala em “duração razoável do processo”, é intuitivo que se enxergue a garantia sob a perspectiva do autor da ação. Se aquele que se afirma titular do direito de exigir uma prestação (ou, nesse caso, também o titular de um direito potestativo) foi ao Poder Judiciário buscar a tutela jurisdicional (executiva ou não), é natural que um processo que demore além do razoável prejudique, em primeira medida, o autor da ação, e seja ele o principal objeto de tutela do direito fundamental.

Entretanto, embora seja comum se sustentar que “a demora do processo não pode prejudicar o autor que tem razão” e que “o tempo do processo não pode ser um ônus suportado unicamente pelo autor”, conceitos frequentemente invocados para justificar a

anos oitenta, a Áustria foi dando marcha a ré. Uma lei de 1983 tornou aquela audiência de obrigatória em facultativa, e agora, no começo deste século, ela foi simplesmente abolida no país de origem, e a justificação que se apresentou para essa virada, para essa guinada, foi exatamente a de que a audiência preliminar estava prejudicando, estava aumentando a duração do processo. As supostas vantagens estavam sendo ultrapassadas pelos seus inconvenientes. Então a Áustria tirou o tapete dos pés daqueles que confiavam muito na imitação do seu modelo. Já hoje não existe mais na Áustria a audiência preliminar.”

¹⁵⁵ Nesse sentido, José Augusto Garcia de Souza (*A Tríade Constitucional da Tempestividade do Processo (em sentido amplo): celeridade, duração razoável e tempestividade estrutural*, Revista de Processo nº 280, pág. 115): “Cuidando de aspectos extraprocessuais, prestacionais e coletivos muito caros à duração dos processos, ele aparece como peça imprescindível dentro do módulo constitucional da tempestividade, não podendo então ser absorvido pelos princípios da celeridade e da duração razoável, ainda que a sua grande função seja alimentar os dois últimos. Acima de tudo, as esferas intraprocessual, subjetiva e individual não dão conta, nem de longe, da complexa questão da duração dos processos. Limitar o módulo da tempestividade a tais esferas significaria enfraquecê-lo sensivelmente, dele afastando aplicações bastante promissoras do ponto de vista da efetividade. Além disso, uma limitação tal não observaria a literalidade do inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição, que faz referência expressa aos “meios” garantidores da celeridade.”

previsão das tutelas de urgência¹⁵⁶, é de se indagar: será que o autor sempre tem razão? E será que também o réu sofre os ônus do tempo do processo?

Embora não se negue que se trata de exceção, não raro o autor abusa do direito de demandar, ou mesmo protela a prática de atos processuais com a finalidade de adiar o desfecho da demanda. A demanda, por vezes, é a forma de que dispõe o autor para pressionar o réu a celebrar um acordo, e pode ser incrementada com a o ajuizamento de ações sucessivas e sem fundamento, prática definida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça como “assédio processual”¹⁵⁷ ou mesmo para atravancar o andamento de um processo movido pelo réu contra o autor (como ocorre com o ajuizamento de “ação declaratória de inexistência de relação jurídica” antes da dívida ser executada, induzindo conexão e prevenindo a jurisdição).

É totalmente ultrapassado o conceito absoluto de que o autor seria alguém imbuído de interesses legítimos e o réu um devedor contumaz. Na prática, não são incomuns os casos de utilização do processo de forma temerária pelo autor, restando ao réu se defender e acompanhar, durante anos, todo o trâmite de uma ação (por mais absurda e infundada que ela seja) até que, ao final ela seja julgada improcedente.

A mera existência do processo gera efeitos ao réu, sendo os mais diretos e intuitivos aqueles previstos no art. 240 do CPC (efeitos da citação). Enquanto o processo está pendente, seu objeto é litigioso, o réu está em mora, o juízo está prevento e está caracterizada a litispendência. Nesse particular, o Superior Tribunal de Justiça, ao tratar da pendência do processo sob a perspectiva do réu, no contexto da análise da aplicação da prescrição intercorrente no processo de execução, destacou a “exposição à litispendência” como um dos aspectos que justificam o interesse do réu no encerramento da demanda¹⁵⁸.

¹⁵⁶ Luiz Guilherme Marinoni, *Antecipação da Tutela*, pág. 31.

¹⁵⁷ Em julgado paradigmático, relatado pela Ministra Nancy Andrighi, o STJ, em 2019 (REsp 1.817.845-MS, 3ª Turma, j. em 10.10.2019) fixou o entendimento de que “o ajuizamento de sucessivas ações judiciais, desprovidas de fundamentação idônea e intentadas com propósito doloso, pode configurar ato ilícito de abuso do direito de ação ou de defesa”, o denominado assédio processual”

¹⁵⁸ REsp 1.589.753-PR, 3ª Turma, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, j. em 17.05.2016: “Nessa ordem de ideias, a viabilização do contraditório, ampliada pelo art. 10º do novo CPC - que impõe sua observância mesmo para a decisão de matérias conhecíveis de ofício -, concretiza a atuação leal do Poder Judiciário, corolária da boa-fé processual hoje expressamente prevista no art. 5º do novo CPC e imposta a todos aqueles que atuem no processo. Ao mesmo tempo, mantém-se a limitação da exposição do devedor aos efeitos da “litispendência”, harmonizando-se a prescrição intercorrente ao direito fundamental à razoável duração do processo, conforme lição do prof. Araken de Assis (Manual da execução. 17ª ed. São Paulo: RT, 2014, p. 531).”

Sobre a litigiosidade do objeto, enquanto a ação não se encerra, o réu se vê obrigado a lidar com dificuldades fáticas e jurídicas pelo simples fato de ação existir. Para diversos atos da vida civil, o réu precisa apresentar certidões negativas e, havendo apontamentos, esclarecer o objeto da ação. Em ações fundadas em direito real, o simples fato de haver ações pendentes inviabiliza a alienação do bem (ou, no mínimo, a torna mais difícil, com efeitos diretos sobre os custos de transação). Para pessoas jurídicas, a mera existência do processo enseja o dever de reportar a demanda em demonstrações financeiras e auditorias, e em determinados casos estabelecer provisões para eventual contingência. Uma ação de valor milionário, por mais infundada que seja, gera ônus ao réu, que se vê obrigado, em variados contextos, a explicar do que se trata a demanda e, por vezes, suportar prejuízos pelo receio e desconfiança de terceiros quanto ao desfecho que a ação pode ter. Há, portanto, inúmeras situações em que se pode vislumbrar real interesse do réu no encerramento do processo, muitas vezes em intensidade superior à do próprio autor.

Assim, não há como se negar que o Estado, ao julgar improcedente uma demanda, *presta tutela jurisdicional ao réu*¹⁵⁹. Ainda que de natureza diversa daquela buscada pelo autor, a sentença de improcedência também é forma de prestação jurisdicional, gerando efeitos concretos ao réu, em especial na hipótese de extinção do processo com resolução do mérito.

Desta forma, é perfeitamente possível se entender que a garantia de “duração razoável do processo” como uma *via de mão-dupla*¹⁶⁰, constituindo também um direito subjetivo do réu, com diversos desdobramentos, dentre eles a extinção do processo, mesmo na fase de conhecimento, pelo reconhecimento da prescrição intercorrente.

¹⁵⁹ Sobre o tema, Carlos Alberto Álvaro de Oliveira, em estudo sobre a “tutela jurisdicional” (*Direito Material, Processo e Tutela Jurisdicional*, in *Polêmica sobre a ação: a tutela jurisdicional na perspectiva das relações entre direito e processo*, pág. 314), faz referência à obra de José Roberto dos Santos Bedaque, para quem “a rejeição da pretensão do autor confere tutela jurisdicional ao réu, pois eliminar definitivamente a possibilidade de discussão a respeito daquele direito considerado inexistente”, e de Cândido Dinamarco, para quem “o vencedor, o demandado, recebe uma tutela jurisdicional oposta e de intensidade semelhante à que teria recebido o autor em caso de procedência”.

¹⁶⁰ Expressão utilizada por Flaviana Rampazzo Soares (*Dos Requisitos ao Reconhecimento da Prescrição Intercorrente no Novo CPC – Comentários ao Recurso Especial nº 1.589.753/PR*, pág. 405): “A duração razoável do processo, aliás, é uma via de mão dupla, pois se, sob a lógica do demandado, significa que ele não deverá ter uma condição perpétua de réu em determinada ação processual, sob o enfoque do demandante, representa o reconhecimento de que não é regra a eternização da sua demanda, que deverá, na medida do possível, ter um desfecho de acordo com o sistema jurídico (lembrando-se que o direito à tutela jurisdicional implica o oferecimento de uma resposta à parte, e não necessariamente a tender ao seu pedido, o que depende das circunstâncias fáticas e jurídicas postas em causa), em um período de tempo que não seja demasiado.”

4.4. Extinção do Processo de Conhecimento por Inércia do Autor.

Ao tratar da hipótese de extinção do processo de execução ou cumprimento de sentença por inércia do credor, externamos algumas críticas à aplicação do termo “prescrição intercorrente” para tal situação, como se tratasse da prescrição de direito material suspensa pela citação (ou pelo despacho inicial). Apesar do referencial temporal do prazo a ser observado para que se consume a extinção do processo ser o prazo de prescrição, o fato é que a hipótese não trata, propriamente, de prescrição no sentido que lhe é atribuído pelo Código Civil. Após ter sido prestada a tutela não-executiva (no processo de conhecimento) ou já dispondo o credor de título executivo extrajudicial (no processo de execução), o titular do direito material busca a tutela executiva para concretização da prestação que lhe é devida, exercendo, de forma efetiva, o direito de exigir a prestação, não sendo adequado se falar em “prescrição intercorrente” como desdobramento do efeito interruptivo da prescrição por força da citação. De todo modo, o termo “prescrição intercorrente” foi adotado pelo CPC para se referir à extinção do processo após o seu ajuizamento em razão do decurso do prazo de prescrição do direito material, razão pela qual, a exemplo do que fizemos em relação ao tema no âmbito do processo de execução e cumprimento de sentença, nada impede que, por coerência terminológica, ainda que sem rigor científico, o fenômeno seja tratado, também no processo de conhecimento, como “prescrição intercorrente”.

A questão que se coloca é a possibilidade, no processo de conhecimento, de se extinguir o processo, com resolução de mérito, na hipótese deste, por inércia do autor, ficar paralisado por prazo superior ao prazo de prescrição do direito subjetivo de exigir prestação (e, por que não, pelo decurso do prazo de decadência do exercício de direito potestativo).

Como regra, por aplicação do impulso oficial do art. 2º do CPC, a consequência da inércia do autor deve ser a extinção do processo por abandono da causa, nos termos do art. 485, III, do CPC¹⁶¹. Ultrapassado o prazo fixado pelo Juiz para que o autor promova o andamento do feito, e mantendo-se o autor inerte por prazo superior a 30 dias, o Juiz deve intimar pessoalmente a parte (não basta a intimação do advogado) e, não sendo tomadas as

¹⁶¹ Ao comentar tal dispositivo, Humberto Theodoro Junior (*Curso de Direito Processual Civil*, Vol. I, pág. 273) o relaciona ao interesse processual, ao afirmar que “a inércia das partes diante dos deveres e ônus processuais, acarretando a paralisação do processo, faz presumir desistência da pretensão à tutela jurisdicional. Equivale ao desaparecimento do interesse, que é condição para o regular exercício do direito de ação”

providências cabíveis no prazo de 5 dias (art. 485, § 1º), o processo deve ser extinto, sem resolução do mérito. Por aplicação do art. 486, § 3º, do CPC, sendo o processo extinto, por abandono da causa, por três vezes, ocorrerá a perempção, ficando vedado ao autor propor nova ação (ressalvada a possibilidade de alegar o direito em sua defesa)¹⁶².

Mas e se o autor se mantém inerte não apenas por mais de 30 dias, mas por prazo superior ao prazo de prescrição do direito subjetivo de exigir prestação, sem que o Juiz, em atenção ao art. 485, 1º, tenha promovido a intimação pessoal do autor? A única solução possível seria, ainda assim, extinguir o processo por “abandono da causa”?

Apesar dessa situação claramente não ser a desejável, ela pode vir a ocorrer na realidade (e não se duvida que tenha ocorrido diversas vezes na prática). Sendo a prescrição um instituto que tem em uma de suas funções a “pacificação social” (*prescrição-estabilização*), não se pode conceber, também no processo de conhecimento, a eternização de uma demanda. Se o direito material tem prazo para ser exercido, aplicando-se ao titular do direito a perda do direito pelo decurso do prazo, a ideia de um processo de conhecimento imune aos efeitos do tempo não é só contraditória como incompatível com o modelo constitucional de processo civil. Arruda Alvim, em texto de 2005, já divulgava pensamento nessa linha, tratando do reconhecimento da prescrição intercorrente por inércia do autor não apenas no processo de execução e cumprimento de sentença (este ainda uma novidade quando o estudo foi publicado), mas também no processo de conhecimento: “se o réu praticar atos, mas o autor, apesar de instado à prática do que lhe incumbe, nada fizer, configurar-se-á situação de inércia que, se continuada e por prazo superior ao prazo da prescrição, pode conduzir à prescrição intercorrente”¹⁶³.

¹⁶² Giuseppe Chiovenda (*Instituições de Direito Processual Civil*, Vol. III, pág. 218) ao comentar o instituto da “perempção”, aponta sua pouca utilidade prática: “permitindo não só a retomada do processo ex novo, mas a interrupção contínua do prazo perempcional por atos novos, a perempção entre nós contribui para eternizar, em vez de abreviar as lides, além de dar ensejo a intermináveis questões. Por sua pouca utilidade, o legislador alemão e o austríaco repudiaram o instituto”.

¹⁶³ *Da Prescrição Intercorrente*, pág. 39. E acrescenta: “A posição do direito brasileiro, tanto do Código de 1916 quanto do atual, implica admitir que com a propositura da ação, e quando e por causa da sucessiva citação, fica interrompida a prescrição. A solução do direito brasileiro é a de que, sucessivamente a essa interrupção, começa novamente o curso prescricional, com o que se descarta a ideia de que o seu curso fica suspenso; mas, tendo isso ocorrido em processo, esse novo curso começará ‘... do último ato [praticado no processo] para interromper a prescrição’. Isso significa que, pendente o processo, em que, normalmente, praticam-se sucessivos atos processuais e em cadeia, não haverá de se cogitar da ocorrência da prescrição; poderá vir a ocorrer a prescrição, se nesse processo não se praticar ato algum, por período superior ao do prazo prescricional de que se trate”.

Acrescente-se a isso o fato de o art. 485, § 6º, do CPC, dispor que “oferecida a contestação, a extinção do processo por abandono da causa pelo autor *depende de requerimento do réu*”. Ou seja: se o Juiz se deparar com um processo paralisado por mais de 30 dias, intimar pessoalmente o autor (ou tentar intimá-lo, mas a intimação não se efetivar), e o réu não pedir a extinção por abandono, o que fazer?

Aqui abrem-se algumas possibilidades: pode ser que o réu, intimado a se manifestar sobre o interesse em que o processo seja extinto por abandono do autor, também se mantenha inerte. Nesse caso, parece possível a extinção do processo por aplicação do inciso II do art. 485 do CPC, de extinção por negligência das partes (“o processo ficar parado durante mais de 1 ano por negligência das partes”).

Outra possibilidade é o réu, intimado, dizer que prefere que o processo seja julgado no mérito, com a improcedência da ação. Ou, ainda, em hipótese mais ousada, o réu dizer que prefere aguardar o decurso do prazo prescricional, para que, ao invés de extinto por mero abandono, seja reconhecida a prescrição intercorrente. Ou, terceira hipótese (e provavelmente a mais comum), o Juiz constatar, já no momento em que verifica a paralisação do processo, que o período de paralisação é superior ao prazo de prescrição.

Em todos esses casos, a *primazia do julgamento de mérito* impõe que, havendo a possibilidade de se resolver o mérito, o Juiz não apenas pode, mas *deve* assim o fazer. É o que se extrai do art. 4º do CPC, segundo o qual “as partes têm direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa”¹⁶⁴. Não por outra razão, diferentemente do que ocorre com a extinção do processo por abandono da causa, a extinção pelo reconhecimento da prescrição pode ocorrer de ofício (art. 487, II, do CPC). Certa ou errada, justa ou injusta, a opção legislativa de permitir que a prescrição seja reconhecida de ofício indica que, se deparando com a possibilidade de extinguir o processo sob este fundamento o Juiz *deve* assim proceder, podendo deixar de lado o trâmite necessário à extinção por abandono da causa.

¹⁶⁴ Sobre a primazia da decisão de mérito, Fredie Didier Jr (*Curso de Direito Processual Civil*, Vol. 1, pág. 168): “O CPC consagra o princípio da primazia da decisão de mérito. De acordo com esse princípio, deve o órgão julgador priorizar a decisão de mérito, tê-la como objetivo e fazer o possível para que ocorra. A demanda deve ser julgada – seja ela a demanda principal (veiculada pela petição inicial), seja um recurso, seja uma demanda incidental”.

Também sob o aspecto de *punição*, a extinção do processo com resolução do mérito na hipótese de paralisação por inércia do autor é algo perfeitamente justificável. Se o ordenamento jurídico concebe a prescrição como forma de punir a inércia do titular do direito material, ou, nas palavras de Câmara Leal, *castigar a negligência*¹⁶⁵, essa inércia é qualificada quando o titular do direito, agora autor da ação, não demonstra interesse em seguir com o processo. Se no plano material a inércia do titular causa intranquilidade no sujeito passivo da relação jurídica, no plano processual a falta de resolução de um processo causa ao réu incômodos muito mais graves, já referidos (litigiosidade do objeto da ação, exposição à litispendência, dentre outros), além de caracterizar ofensa ao dever de cooperação das partes com a solução do litígio, um dos princípios fundamentais do CPC/15.

Necessário, contudo, delimitar o que se entende por *inércia* do autor, bem como esclarecer que não é toda e qualquer paralisação do processo que deverá ensejar a sua extinção, ao menos sob esse fundamento. Para que se possa cogitar da extinção do processo paralisado por prazo superior ao estabelecido para prescrição do direito material em que ele se embasa, é indispensável que o autor tenha sido regularmente intimado para praticar determinado ato, que esse ato seja efetivamente uma providência de sua incumbência, e que, mesmo intimado, o autor tenha permanecido inerte. Em outras palavras, deve haver uma clara relação de *causa e efeito* entre a inércia do autor e a paralisação do trâmite processual.

Assim, se o processo, por exemplo, permaneceu na conclusão, no aguardo de uma decisão ou de despacho de mero expediente, por prazo superior ao prazo de prescrição, não se trata de prescrição intercorrente por inércia do autor (pode se tratar de outra hipótese de prescrição intercorrente, da qual trataremos a seguir). Não é dever nem ônus do autor (e nem do réu) peticionar para provocar o Juiz a decidir. Embora seja desejável que as partes zelem pela continuidade da marcha processual, até pelo dever de colaboração, não se pode tachar de *inerte* o autor que deixa de exigir do Juiz que pratique atos de sua atribuição. Não há, nessa hipótese, a indispensável relação de *causa e efeito* entre a paralisação do processo e qualquer ação ou omissão imputável ao autor.

¹⁶⁵ *Da Prescrição e da Decadência* (pág. 16): “Não deixa de haver, portanto, na prescrição, uma certa penalidade indireta à negligência do titular, e muito justificável essa pena, que o priva de seu direito, porque, com a sua inércia obstinada, ele faltou ao dever de cooperação social, permitindo que sua negligência concorresse para a procrastinação de um estado antijurídico, lesivo à harmonia social”.

Também não caracteriza inércia o fato de o autor não conseguir consumir algum ato processual, como promover a citação do réu, ou a intimação do réu ou de terceiro para a prática de algum ato processual. Se o autor realiza as diligências que lhe incumbem para a prática do ato necessário para o andamento da ação, prestando contas ao Juízo a este respeito, não há como se reconhecer a inércia. Pelo regular encadeamento de atos processuais, deve o autor diligenciar até que conclua pela impossibilidade de se praticar o ato de sua responsabilidade, cabendo ao Juiz, constatada essa impossibilidade, dela extrair as consequências cabíveis para os rumos do processo.

Exemplo claro disso é a citação: não localizado o réu, e realizadas todas as tentativas cabíveis para identificar seu paradeiro, a consequência deve ser a citação por edital, nos termos do art. 256 do CPC; não se justifica, contudo, que o processo fique paralisado indefinidamente após tentativas frustradas de citação, cabendo ao autor promover as medidas necessárias para sua efetivação ou, na impossibilidade, requerer a citação por edital. Admitir o contrário e não atribuir qualquer consequência jurídica à inércia do autor significaria permitir que o autor, exercendo o direito subjetivo de exigir prestação ainda dentro do prazo prescricional, obtivesse uma interrupção eterna da prescrição, contrariando a regra do art. 240, § 2º, do CPC, que condiciona a eficácia retroativa da interrupção da prescrição à adoção, pelo autor, de providências para viabilizar a citação, no prazo de 10 dias (evidentemente, não basta ao autor fazer a primeira tentativa de citação do réu em 10 dias para se tornar imune à perda da eficácia retroativa, cabendo a ele, se infrutífera a citação, observar o mesmo prazo para as tentativas subsequentes).

Outro exemplo é a intimação de uma testemunha para audiência, bem como outras diligências instrutórias. Não se justifica que o processo fique paralisado, por prazo indeterminado, no aguardo da efetivação de tais atos, havendo mecanismos processuais para que, não sendo possível a conclusão da diligência, o Juiz decida com base em regras de distribuição do ônus da prova (aplicando o art. 373, §§ 1 e 2º, do CPC¹⁶⁶), aplique regras de

¹⁶⁶ Art. 373. O ônus da prova incumbe:

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

§ 1º Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do

experiência (art. 375 do CPC¹⁶⁷), enfim, adote medidas para contornar o obstáculo que se impôs ao andamento do processo. O ônus do autor, portanto, é adotar as providências que lhe incumbem e, sendo elas frustradas, requerer ao Juiz as medidas previstas em lei para superar a não efetivação do ato. Do contrário, pode-se, sim, concluir que o autor se manteve em estado de inércia e, sendo esta a causa da paralisação, determinar a extinção do processo por prescrição intercorrente, mesmo no processo de conhecimento.

Importante esclarecer que o *impulso oficial* não exime o autor das consequências de sua inércia. Apesar de, no mundo ideal, ser inconcebível que um processo fique paralisado pela falta da prática de ato de responsabilidade do autor por um prazo superior ao prazo de prescrição do direito material, sem que nem o Juiz e nem o réu se movimentem para exigir do autor que dê andamento ao processo, sob pena de abandono processual, a verdade é que isso pode vir a acontecer. E, se acontecer, não se pode aplicar o dever de impulso processual do Juiz para isentar o autor das consequências de sua omissão.

Nesse sentido, também o autor formular sucessivos pedidos de suspensão de prazo para prática do ato não é suficiente para descaracterizar a inércia. Como já mencionado ao tratar do tema no contexto da análise do art. 921 do CPC, é necessário que o autor promova a *movimentação útil* do processo, realizando as diligências que lhe competem ou justificando a sua impossibilidade.

Cumpra, ainda, renovar aqui a ressalva que já se fez quando do exame da possibilidade de aplicação da prescrição intercorrente por inércia do exequente no processo de execução e cumprimento de sentença, no sentido de que, sendo constatada a paralisação do processo, por inércia do autor, o Juiz, caso constate de ofício o decurso do prazo prescricional, deve ouvir as partes (art. 10 do CPC) para que o autor possa alegar algum fato impeditivo ao reconhecimento da prescrição, lembrando que essa intimação não serve “para que a parte dê andamento ao processo, mas para assegurar-lhe oportunidade de apresentar defesa quanto à

fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído. § 2º A decisão prevista no § 1º deste artigo não pode gerar situação em que a desincumbência do encargo pela parte seja impossível ou excessivamente difícil.

¹⁶⁷ Art. 375. O juiz aplicará as regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece e, ainda, as regras de experiência técnica, ressalva do, quanto a estas, o exame pericial.

eventual ocorrência de fatos impeditivos, interruptivos ou suspensivos da prescrição”, conforme se extrai da *ratio decidendi* da Tese nº 4 do IAC nº 1.

E tudo quanto se afirmou sobre a possibilidade de extinção do processo de conhecimento por inércia do autor por prazo superior ao prazo prescricional se aplica, também, às ações fundadas em direito potestativo nas quais se observa paralisação por prazo superior ao decadencial. Em que pese, em regra, o direito potestativo se efetivar mediante ato praticado unilateralmente por seu titular, há casos em que sua concretização demanda uma ação, com tutela jurisdicional não executiva (como ocorre, por exemplo, na interdição e na invalidação de atos jurídicos nulos e anuláveis) e, em se reconhecendo que o processo de conhecimento deve ser extinto por inércia do autor, aplicando-se o que se convencionou chamar, para o processo de execução e cumprimento de sentença, de prescrição intercorrente, como se negar o mesmo efeito ao processo de conhecimento paralisado por prazo superior ao de decadência do direito potestativo em que ele se fundamenta?

Além de irrecusável, a constatação de que também as ações fundadas em direito potestativo podem ser extintas por inércia do autor confirma, a um só tempo, que a extinção do processo nesta hipótese não se relaciona em nada com “interrupção de prescrição” ou relativização dos efeitos da citação (já que o prazo decadencial não se interrompe, pela citação ou por qualquer outro motivo), e a impropriedade do termo “prescrição intercorrente” para tratar da extinção do processo por inércia do autor. Do contrário, deveria se admitir, por simetria, a existência de uma “decadência intercorrente”, termo que, apesar de poder causar alguma estranheza, reflete apenas e tão somente uma hipótese absolutamente equivalente à da extinção dos processos fundados em direito subjetivo de exigir prestação.

Um ponto do qual não se pode escapar é o fato de, em regra, os prazos decadenciais serem substancialmente mais curtos do que os prazos prescricionais. O prazo de decadência para anulação de negócio jurídico em que o representante agiu em conflito de interesses com o representado, por exemplo, é de 180 dias (art. 119, parágrafo único, do CPC). Nesse caso, bastaria a paralisação do processo de conhecimento, por inércia do autor, por mais de 180 dias, para a sua extinção, com resolução do mérito, por decadência?

A resposta é afirmativa. A opção legislativa por fixar prazos mais curtos para o exercício do direito potestativo é reflexo do interesse na estabilização das relações jurídicas que podem ser afetadas por atos unilaterais do titular do direito. O mesmo rigor, em termos de prazo, que se impõe ao titular do direito potestativo para que o exerça, deve se aplicar a seu comportamento, enquanto autor, no processo movido para concretização desse direito potestativo. Ainda que se reconheça que o legislador, ao fixar os prazos decadenciais, não pensou em sua aplicação no processo para extinção por inércia do autor, a coerência e integridade do sistema impõem solução simétrica, ao nosso ver perfeitamente compatível com o modelo constitucional de processo civil. Se a Constituição Federal exige que o processo tenha duração *razoável*, é dever do intérprete, diante de situações de crise processual (como a paralisação do processo por inércia do autor), fixar o parâmetro do que é razoável com base nos prazos fixados em lei, e nada mais adequado do que aplicar o mesmo prazo previsto para exercício do direito material.

4.5. Extinção do Processo de Conhecimento sem Inércia do Autor.

A ideia de prescrição sem inércia do titular do direito é negada veementemente pela doutrina tradicional. Arruda Alvim, no já citado texto sobre a prescrição intercorrente, afirma, logo na abertura, que “não se deve admitir a ocorrência de prescrição se não houver inércia do credor; e, mais minudentemente, não deve ser havida como configurada a prescrição intercorrente se não há inércia do autor ou do credor, em processo de conhecimento ou em execução”¹⁶⁸.

O texto de Arruda Alvim, é bem verdade, foi escrito antes do CPC/15 e de seu art. 921, que passou a prever expressamente a possibilidade de prescrição intercorrente no processo de execução e no cumprimento de sentença nas hipóteses de não localização do devedor ou de bens penhoráveis (ou seja, sem inércia do exequente). Com a introdução, no CPC, da hipótese de extinção do processo por prescrição intercorrente nessas duas situações, rompeu-se o dogma de que a prescrição deve estar sempre vinculada ao comportamento do autor, havendo casos em que, por imperativo de administração dos recursos do Poder Judiciário, deve ser reconhecida a “crise” do processo de execução e encerrada a relação processual, com a perda, em definitivo, do direito subjetivo de exigir a prestação.

¹⁶⁸ *Da Prescrição Intercorrente*, pág. 29.

Esse elemento subjetivo (comportamento do autor), como frisamos, é inerente à prescrição intercorrente, ao menos em sua acepção mais tradicional¹⁶⁹. Se a extinção de um processo pelo decurso do tempo gera um sentimento de frustração, por não se ter alcançado a realização do direito material, essa sensação fica mitigada (ou até mesmo afastada) quando se encontra um “culpado”: o autor/exequente que permaneceu inerte, deixando de praticar atos que lhe competiam¹⁷⁰.

Mesmo nos casos de prescrição intercorrente por falta de localização do devedor ou de bens passíveis de penhora, apesar de não se cogitar de “culpa” do autor, é possível creditar a extinção do processo sem a concretização do direito à conduta do réu, que foi bem-sucedido em se ocultar ou esconder os seus bens. Apesar de a extinção do processo de execução nessas situações causar alguma repulsa (por “premiar” o devedor malicioso), também aqui a extinção

¹⁶⁹ O “incômodo” causado pela ideia de extinção de um processo por prescrição sem inércia do titular do direito não é exclusivo do direito brasileiro. Em Portugal, por exemplo, há a figura da “absolvição da instância” (extinção do processo pela falta dos pressupostos de admissibilidade de julgamento do mérito), que ocasiona a retomada do prazo prescricional interrompido pela citação inicial, mas que, por previsão do art. 327 do Código Civil Português, não se aplica “se, por motivo processual não imputável ao titular do direito, o réu for absolvido da instância ou ficar sem efeito o compromisso arbitral”. Ao tratar do tema, Ana Filipa Morais Antunes (*Algumas Questões Sobre Prescrição e Caducidade*, pág. 52), destaca que “atendendo a que uma das finalidades do instituto da prescrição é penalizar a inércia do titular do direito no respectivo exercício, o legislador esclareceu, no nº 1 do artigo 327 do CC, a duração da interrupção, nas hipóteses em que a interrupção tem origem na citação, notificação ou acto equiparado, bem como em compromisso arbitral. Resulta deste comando legislativo que as demoras e atrasos inerentes ao curso do processo não oneraram o titular do direito, não se iniciando a contagem do novo prazo prescricional enquanto não estiver definitivamente findo o litígio, portanto enquanto não transitar em julgado a decisão que puser termo ao processo. Estando em causa situações caracterizadas por uma interrupção do prazo prescricional desencadeada por actos judiciais ou por um compromisso arbitral, não deverá, pois, considerar-se que o titular do direito estará inactivo ou em posição de inércia que, reitera-se, é um dos fundamentos do instituto”.

¹⁷⁰ Mesmo nos ordenamentos jurídicos em que se admite a extinção do processo por inércia do autor, em geral a extinção não resulta na perda do direito material, não se tratando de hipótese de “prescrição intercorrente”. No Direito Francês, por exemplo, há a figura da *péremption d'instance* (extinção do processo por inércia de alguma das partes por prazo superior a dois anos, conforme art. 386 do *Code de Procedure Civile - L'instance est périmée lorsque aucune des parties n'accomplit de diligences pendant deux ans*), que, contudo, não acarreta perda do direito de ação, mas apenas a extinção do processo, nos termos do art. 389 (*La péremption n'éteint pas l'action; elle emporte seulement extinction de l'instance sans qu'on puisse jamais opposer aucun des actes de la procédure périmée ou s'en prévaloir*). Sobre o intrincado sistema de prescrição francês, Monique Bandrac (*Les Tendances Récentes de La Prescription Extinctive en Droit Français*). A Argentina adota solução semelhante, prevendo a *caducidad de instancia* e a *perención de instancia* (art. 310 do *Código Procesal Civil Y Comercial de La Nación - Se producirá la caducidad de instancia cuando no se instare su curso dentro de los siguientes plazos: (i) de seis meses, en primera o única instancia; (ii) de tres meses, en segunda o tercera instancia y en cualquiera de las instancias en el juicio sumarísimo, en el juicio ejecutivo, en las ejecuciones especiales y en los incidentes; (iii) en el que se opere la prescripción de la acción, si fuere menor a los indicados precedentemente; e (iv) de un mes, en el incidente de caducidad de instancia*”, mas com a mesma ressalva de que seu reconhecimento não “extingue o direito de ação” (art. 318 - *La caducidad operada en primera o única instancia no extingue la acción, la que podrá ejercitarse en un nuevo juicio, ni perjudica las pruebas producidas, las que podrán hacerse valer en aquél*).

se justifica pelo inconveniente de se eternizar as relações processuais sem que o processo tenha um desfecho.

Mas o que fazer com o processo que, sem culpa do autor, fica paralisado por prazo superior ao prazo de prescrição do direito material a que ele se refere? Por mais indesejável e absurda que possa parecer essa situação, o fato é que ela pode vir a ocorrer. Cumpre analisar, portanto, se essa hipótese enseja alguma espécie de prescrição intercorrente ou se é um fato processual do qual não se pode extrair nenhum efeito para o processo ou para o direito subjetivo a que ele se refere.

Diante do que já se afirmou sobre a necessidade de se assegurar a efetividade do processo também sob a perspectiva do réu, como uma das derivações do direito fundamental à duração razoável do processo, nos parece inconcebível que o fato de um processo ficar paralisado por período maior do que o prazo de prescrição seja um fato processual *indiferente*. Sempre dentro do cenário em que a paralisação não decorre de inércia do autor, porque nesse caso estamos na hipótese tratada no capítulo anterior, a ausência da prática de atos processuais pode decorrer de inércia do Poder Judiciário (por ineficiência de algum de seus agentes ou por limitações estruturais do órgão julgante), com repercussões, em nossa visão, sobre o direito subjetivo do autor e, também, sobre a esfera de responsabilidade civil do Estado.

Essa ideia, que à primeira vista pode parecer descabida (ao menos no âmbito do processo civil), é há muito admitida em outros ramos do direito, em que o Estado igualmente exerce seu poder de coerção, em especial no Direito Penal e no Direito Administrativo.

No Direito Penal, há duas modalidades de prescrição, a prescrição da pretensão punitiva estatal e prescrição da pretensão executória¹⁷¹. Para a prescrição da “pretensão punitiva”, o art. 109 do Código Penal fixa prazos em função do “máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime” (pena em abstrato), sempre com prazos prescricionais em patamares superiores aos das penas (prazo de vinte anos, se a pena é superior a doze; prazo de dezesseis anos, se a pena está entre oito e doze anos; etc.). O termo inicial não é processual, se relacionando a eventos anteriores ao processo, conforme art. 111 do Código Penal (o dia em que o crime se consumou; no caso de tentativa, o dia em que cessou a atividade criminosa;

¹⁷¹ Christiano Jorge Santos, *Prescrição Penal e Imprescritibilidade*, pág. 38.

nos crimes permanentes, no dia em que cessou a permanência), em racional que guarda semelhante com a *actio nata* do direito civil.

Já para a prescrição da pretensão executória, aplica-se, para definir o prazo, a pena fixada na sentença condenatória (pena em concreto), se iniciando o prazo prescricional no trânsito em julgado da sentença condenatória (art. 112 do Código Penal). Há também a previsão de prazos interruptivos da prescrição por ocasião do recebimento da denúncia ou da queixa (equivalente ao “despacho inicial” do processo civil) e por outros eventos ocorridos no curso do processo (“publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis”, “início ou continuação do cumprimento da pena”, conforme art. 117 do Código Penal).

Sem entrar aqui em detalhes da prescrição penal (matéria das mais complexas), verifica-se que, no Direito Penal, se admite a prescrição não apenas da fase de execução, mas também na fase de conhecimento, como forma de limitar o exercício da “pretensão punitiva” do Estado.

Para explicar a prescrição penal, existem, a exemplo do que já se viu para a prescrição civil, diversas teorias. Uma delas é a teoria do esquecimento¹⁷², que em alguma medida guarda semelhança com a *prescrição-estabilização* do direito civil sobre a qual tanto já falamos. Nessa teoria, a necessidade de pacificação social prepondera sobre o interesse da vítima, justificando a perda do interesse estatal pela punição do delito. Outra teoria é a da expiação, segundo a qual “o longo desenvolvimento da investigação ou do processo criminal provoca no réu profunda angústia decorrente da reflexão sobre o ocorrido”, constituindo essa demora, por si só, punição suficiente para o crime¹⁷³.

¹⁷² Christiano Jorge Santos, *Prescrição Penal e Imprescritibilidade*, pág. 38. “Justifica-se a prescrição, consoante esta teoria, porque o fluir do tempo provoca o esquecimento da sociedade acerca do crime e, por conseguinte, deixa de existir interesse social na punição dos delinquentes. Também sob o mesmo manto argumentativo, abriga-se o apelo de que a punição visa à busca da pacificação da sociedade e, se o tempo já cuidou de cicatrizar as feridas, passa a não haver razão para reabertura das chagas, a pretexto de curá-las, ou seja, torna-se desnecessária a punição após certo lapso temporal, até mesmo porque não mais há “interesse” nela”.

¹⁷³ Christiano Jorge Santos, *Prescrição Penal e Imprescritibilidade*, pág. 40. “Ora, principalmente se pensarmos em delitos graves, forçoso será concluir que o ofendido dificilmente olvidar-se-ia de um delito (ressalvada a questão – já abordada – do esquecimento decorrente do trauma, como mecanismo de autodefesa, já mencionado) e, partindo-se da premissa de não haver o esquecimento, perderia sentido falar-se em prescrição. Ao contrário, fosse dado à opinião da vítima ou à sua memória um peso preponderante para que o Estado pudesse exercer o *ius puniendi*, estar-se-ia desconsiderando que o interesse na responsabilização penal e o cumprimento das penas de determinados delitos é eminentemente estatal e a punição se dá até mesmo contra a expressa vontade do ofendido, em diversos casos (como sabido, nas hipóteses de ação penal pública incondicionada).”

O traço marcante comum entre as teorias sobre a prescrição penal é o reconhecimento de que o prazo para exercício de pretensão punitiva do Estado não pode ser ilimitado, não sendo razoável sujeitar um indivíduo, indefinidamente, à vontade estatal punitiva¹⁷⁴. Caso o decurso do prazo prescricional decorra da ineficiência do Estado, a necessidade de efetividade do processo sob a perspectiva do réu impõe que a pretensão punitiva seja extinta, ainda que isso possa levar a uma situação de aparente “injustiça” ou “impunidade”¹⁷⁵.

Esse conceito de prescrição da pretensão punitiva por ineficiência do Estado também é amplamente admitido no Direito Administrativo, como limitador ao exercício do poder sancionador. No âmbito federal, a prescrição intercorrente por paralisação de processo administrativo é regulada pela Lei nº 9.873/99, que em seu art. 1º, § 1º, prevê que “Incide a prescrição no procedimento administrativo paralisado por mais de 3 (três) anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação, se for o caso”.

Também nesse caso, a extinção da pretensão punitiva do Estado é justificada na doutrina pela necessidade de estabilização das relações jurídicas, agindo o tempo como “fator limitante do poder punitivo estatal”, questão em tudo relacionada com a lógica da prescrição criminal¹⁷⁶.

¹⁷⁴ Cezar Roberto Bitencourt, *Tratado de Direito Penal*, pág. 730: “Inaceitável a situação de alguém que, tendo cometido um delito, fique sujeito, *ad infinitum*, ao império da vontade estatal punitiva. Se existem prazos processuais a serem cumpridos, a sua não-observância é um ônus que não deve pesar somente contra o réu. A prestação jurisdicional tardia, salvo em crimes de maior gravidade, não atinge o fim da jurisdição: a justiça. Não há interesse social nem legitimidade política em deixar o criminoso indefinidamente sujeito a um processo ou a uma pena”

¹⁷⁵ Esse entendimento fundamenta uma das teorias da prescrição penal, a da “presunção de ineficiência do Estado”. Nesse sentido, Christiano Jorge Santos (*Prescrição Penal e Imprescritibilidade*, pág. 54) explica que os princípios da presunção de inocência e não culpabilidade justificam a extinção da pretensão punitiva por decurso de prazo: “A sempre reveladora metáfora da “espada de Dâmocles” pendendo sobre a cabeça do “acusado”, seja o investigado em um inquérito policial ou o réu de um processo criminal, indefinidamente, é situação das mais inconvenientes. Pode a demora decorrer da complexidade do caso investigado, do excesso de serviço ou, até mesmo, da má-fé dos agentes públicos. Especialmente nessas últimas duas situações, transmuta-se o princípio da presunção da não culpabilidade ou da presunção da inocência numa mera formalidade, tornando o direito individual mera expressão sem alma. De tal maneira, no caso da prescrição da pretensão punitiva, entende-se haver razão no argumento, considerando que o indivíduo apontado como suspeito (indiciado ou réu) pode ser, efetiva e realmente, inocente. Não é justo que a angústia do processo se eternize nesse caso (ressalvadas situações excepcionalíssimas de enorme interesse coletivo), em razão da dúvida que sempre militara a seu favor.”

¹⁷⁶ Carlos Ari Sundfeld e Jacintho Arruda Câmara (*Os Procedimentos do CADE e a Prescrição Intercorrente Administrativa*, pág. 3): “A necessidade de estabilização também incide sobre a ação punitiva do poder público. Esse fator limitante do poder punitivo estatal está presente, há muito, no âmbito criminal. (...) A prescrição intercorrente tem como objetivo impedir que a administração sancionadora possa estender, para além do

Em termos de procedimento, a prescrição intercorrente no processo administrativo é bem mais simples do que a prescrição penal, que possui várias causas impeditivas e pode se dar de forma diferente conforme a fase do processo. No Direito Administrativo, basta que o processo fique paralisado por mais de 3 anos, na pendência de julgamento ou despacho, para que seja reconhecida a prescrição intercorrente. Frise-se que essa prescrição não se confunde com a prescrição para instauração do processo contra o particular (em regra, sujeita ao prazo de 5 anos), decorrendo diretamente da inércia do Estado em impulsionar o processo administrativo. E não basta qualquer movimentação: é necessário que se trate de movimentação útil do processo¹⁷⁷, ou seja, deve haver a prática de atos instrutórios ou decisórios para que não se caracterize a paralisação que enseje o início do prazo de prescrição intercorrente.

Em sua parte final, o dispositivo da Lei nº 9.873/99 que trata da prescrição intercorrente, de forma muito coerente, prevê que, reconhecida a prescrição, o processo deverá ser arquivado, “sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação”. Se a paralisação do processo decorre de ineficiência do Estado, nada mais correto do que analisar qual agente estatal deu causa à paralisação, para arcar com as consequências funcionais de sua omissão.

razoável, o procedimento de apuração e julgamento das condutas supostamente ilícitas praticadas por administrados. Mesmo quando o procedimento é instaurado no período adequado (ou seja, em até 5 anos da prática do ato), não se deve perpetuar a situação de instabilidade resultante do risco de se receber uma punição do poder público. A punição de eventuais infratores tem de ocorrer no tempo adequado, assim definido em lei. Se a possibilidade de punição permanecesse para além do prazo estabelecido em lei, a segurança jurídica seria afetada.”

¹⁷⁷ O conceito de movimentação útil do processo administrativo é amplamente aplicado na jurisprudência: “É evidente que o ato de simples impulso processual, encaminhando o processo de um setor para o outro, como ocorreu no caso, no período 01 de julho de 2015 a 18 de janeiro de 2016, não serve para interromper a prescrição intercorrente, porquanto não voltados à apuração dos fatos ou à conclusão do processo. Portanto, manifesta a ocorrência da prescrição intercorrente, por ter ficado o processo administrativo sem andamento indispensável ou útil por mais de cinco anos, mais de cinco anos para o julgamento do recurso interposto pela interessada, concede-se a segurança para declarar extinta a pretensão punitiva, com respeito às multas impostas e questionadas.” (TJSP; Apelação nº 1045026-44.2020.8.26.0053; 12ª Câmara de Direito Público. Rel. Des. Edson Ferreira da Silva, j. em 28.07.2021). A doutrina vai na mesma linha (Carlos Ari Sundfeld e Jacintho Arruda Câmara, *Os Procedimentos do CADE e a Prescrição Intercorrente Administrativa*, pág. 11): “Nesse outro contexto, o marco inicial da contagem do prazo é a última movimentação útil do procedimento; isto é, a prática de ato que realmente tenha dado impulso à apuração. Assim, o que importa, para efeito de apuração da prescrição intercorrente, é a paralisação do procedimento. Identificando-se a paralisação por 3 anos, a prescrição incidirá, impedindo a administração pública de punir administrativamente o investigado em função das específicas condutas objeto daquele procedimento (mesmo que elas integrem comportamentos permanentes ou continuados).”

Como se vê, tanto no Direito Penal quanto no Direito Administrativo se admite o reconhecimento da prescrição intercorrente em razão da inércia do Estado. No Direito Penal, ainda que a titularidade da ação penal caiba ao Ministério Público ou à vítima (na ação penal privada), o decurso de prazo pode vir a acarretar a extinção da pretensão punitiva sem que se cogite de inércia do autor. Já no Direito Administrativo, em que não há propriamente um “autor”, o próprio Estado, enquanto titular do poder sancionador, pode vir a perder o direito de aplicar sanções ao particular caso não decida o processo dentro do prazo legal.

Também merece destaque a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.249/1992), que foi reformada em 2021, com a edição da Lei nº 14.230/2021, promovendo-se diversas (e profundas) alterações no regime anterior. Uma das principais mudanças foi a instituição de um regime de prescrição totalmente reformulado, contemplando expressamente a hipótese de “prescrição intercorrente”, ou de forma mais apropriada, um sistema de “prescrição interfases”¹⁷⁸.

Segundo a regra do art. 23 da LIA, o prazo de prescrição para aplicação das sanções previstas na lei é de 8 anos (“contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência”), podendo ser suspenso pela instauração de inquérito civil ou processo administrativo. Uma vez ajuizada a Ação de Improbidade Administrativa, o art. 23 da LIA, em seu § 4º, a prescrição será “interrompida” quando da ocorrência de terminados eventos processuais¹⁷⁹, retomando seu curso, a partir do dia da

¹⁷⁸ O termo “prescrição interfases” é aplicado por Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz (*Comentários à Nova Lei de Improbidade Administrativa*, págs. 599), para quem, em que pese a referência ao termo “prescrição intercorrente” pelo texto legal, a hipótese é, na verdade, de uma prescrição que ocorre de acordo com as fases do processo, com prazos e regras próprias, não se confundindo com a prescrição que ocorre pela paralisação do processo pelo decurso do prazo do exercício do direito subjetivo previsto na lei material: “Os parágrafos que tratam da interrupção da prescrição, ao nosso entender, por mais que um deles se refira ao termo prescrição intercorrente, criam, inclusive, um sistema e uma modalidade peculiar de prescrição: a prescrição interfases. Isso porque o parágrafo 4º passou a estabelecer um prazo de duração para cada fase do processo, dentro do qual, se não regularmente encerrada, ocorrerá, fatalmente, a prescrição, no prazo de 4 anos, pois o parágrafo 5º deixa claro que o tempo de duração das fases deve ser de até 4 anos, ou seja, metade do prazo prescricional estabelecido no *caput* do art. 23”

¹⁷⁹ “§ 4º O prazo da prescrição referido no caput deste artigo interrompe-se:

I - pelo ajuizamento da ação de improbidade administrativa;

II - pela publicação da sentença condenatória;

III - pela publicação de decisão ou acórdão de Tribunal de Justiça ou Tribunal Regional Federal que confirma sentença condenatória ou que reforma sentença de improcedência;

IV - pela publicação de decisão ou acórdão do Superior Tribunal de Justiça que confirma acórdão condenatório ou que reforma acórdão de improcedência;

V - pela publicação de decisão ou acórdão do Supremo Tribunal Federal que confirma acórdão condenatório ou que reforma acórdão de improcedência”

interrupção, pela metade do prazo prescricional de 8 anos (ou seja, por quatro anos), conforme previsto no § 5º¹⁸⁰.

Ao se examinar as hipóteses de “interrupção” da prescrição, é interessante notar que, exceto naturalmente pelo “ajuizamento da ação de improbidade administrativa” (inciso I), todas as demais somente se aplicam na hipótese de procedência da ação (ficando a interrupção na fase recursal sempre condicionada à confirmação de sentença ou acórdão condenatório ou reforma de acórdão de improcedência)¹⁸¹. Ou seja, trata-se de uma “interrupção de prescrição” que depende do resultado da ação, pelo que a Ação de Improbidade Administrativa, uma vez ajuizada, pode ter prazo máximo de duração total de 4 anos¹⁸², caso a sentença seja de improcedência da ação e seja confirmada no julgamento do recurso (ou se o recurso não for julgado antes deste prazo)¹⁸³.

Mais do que essas peculiaridades do sistema de prescrição interfases da LIA, ele é relevante para a discussão acerca da aplicação da prescrição intercorrente no processo civil por dois aspectos principais. O primeiro é por admitir prescrição no curso do processo *independente de inércia das partes*. Essa é uma quebra de paradigma importante, pois como visto há uma repulsa generalizada à ideia de se extinguir o processo por decurso do prazo de prescrição do direito material fora da hipótese de *inércia do autor*. Mas a LIA vai além e

¹⁸⁰ § 5º Interrompida a prescrição, o prazo recomeça a correr do dia da interrupção, pela metade do prazo previsto no caput deste artigo.

¹⁸¹ Conforme anota Rafael Carvalho Rezende Oliveira, em obra publicada em coautoria com Daniel Amorim de Assumpção Neves (*Improbidade Administrativa – Direito Material e Processual*, pág. 132).

¹⁸² Esse ponto é destacado por Luiz Manoel Gomes Junior, João Paulo Souza Rodrigues e Sabrina Nunes Borges (*Retroatividade da nova Lei de Improbidade Administrativa: propostas para o tratamento adequado da Lei 14.230/2021 sobre processos em curso*, Revista de Processo nº 329, pág. 342) em comentários sobre o tema: “Ajuizada ação de improbidade, há a interrupção da prescrição. Para a próxima – que é a prolação da sentença condenatória –, há um prazo fixo e certo de quatro anos. Se a ação não tiver referida sentença, prescreve a pretensão. Mas, caso seja prolatada sentença condenatória, há um novo marco interruptivo da prescrição, tendo, portanto, mais quatro anos para o Tribunal julgar eventuais recursos, o que não ocorre se a sentença for absolutória. Caso o tribunal não julgue nesse prazo de quatro anos, ocorrerá a prescrição. Um ponto importante, que vale repetir: se a sentença for absolutória, não há interrupção do prazo prescricional.”

¹⁸³ Tal regramento é objeto de crítica de parte da doutrina, conforme registram Eloisa de Sousa Arruda e Julia Pereira Curvelo (*Principais mudanças introduzidas pela nova Lei de Improbidade Administrativa (Lei 14.230/2021)*, Revista de Direito Constitucional e Internacional, Vol. 138, pág. 187), citando posicionamento de integrante do Ministério Público sobre a questão, comentando a reforma da LIA ainda na fase de projeto de lei: “É muito difícil conseguir sentenças finais condenatórias que apliquem sanções proporcionais. Se nós tivermos uma sistemática de prescrição intercorrente mal estruturada do jeito que vem esse projeto, isso enfraquecerá ainda mais a eficácia da tutela administrativa pelo Ministério Público. Então, isso me parece um dos pontos mais preocupantes, é um dos pontos que deve ser objeto de muita atenção pelo Senado para que isso não represente uma verdadeira inviabilização da tutela do patrimônio público e que possa redundar numa absoluta ineficácia da lei de improbidade”.

admite a prescrição pelo mero decurso de prazo entre as fases do processo, mesmo que ele não se encontre paralisado, ou seja, mesmo sem inércia do próprio Poder Judiciário¹⁸⁴.

O segundo aspecto relevante é o fato de se tratar de a Ação de Improbidade Administrativa ser uma ação civil em que se admite prescrição no curso do processo de conhecimento. Também aqui, observa-se uma quebra de paradigma na medida em que, como já mencionado, há resistência em se admitir a prescrição intercorrente fora do processo de execução e cumprimento de sentença, e embora não seja adequado simplesmente transportar regras de um microsistema como a LIA para o processo civil em geral, é inevitável reconhecer que as alterações nesse microsistema podem servir de apoio interpretativo para o processo civil na medida em que decorram do modelo constitucional de processo civil.

Nesse particular, a LIA define a Ação de Improbidade Administrativa em seu art. 17-D como uma ação “repressiva e de caráter sancionatório¹⁸⁵, e em que pese a preocupação do legislador em definir que ela “não constitui ação civil”, trata-se de ação que tramita pelo procedimento comum do CPC (art. 17, *caput*¹⁸⁶) e que pela natureza de seu pedido e causa de pedir, é uma espécie de Ação Coletiva, integrando o sistema processual coletivo¹⁸⁷.

Assim, é perfeitamente possível afirmar que a instituição de um regime de prescrição interfases para a Ação de Improbidade Administrativa tem influência do princípio da duração razoável do processo e da efetividade do processo para o réu, considerando os efeitos que a pendência da ação de improbidade tem sobre o agente público e para o agente político, em

¹⁸⁴ Sobre a desvinculação da prescrição interfases do conceito de inércia, Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz (*Comentários à Nova Lei de Improbidade Administrativa*, págs. 603): “Deve-se deixar muito claro que o regime de prescrição interfases, consagrada na nova LIA, é diferente da prescrição intercorrente, com regras que não se comunicam, Assim, de ver que irrelevante a inércia das partes na condução do processo, bastando que a fase processual não tenha sido encerrada no prazo de quatro anos para caracterizar a prescrição”

¹⁸⁵ “Art. 17-D. Ação por improbidade administrativa é repressiva, de caráter sancionatório, destinada à aplicação de sanções de caráter pessoal previstas nesta Lei, e não constitui ação civil, vedado seu ajuizamento para o controle de legalidade de políticas públicas e para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.

¹⁸⁶ Art. 17. A ação para a aplicação das sanções de que trata esta Lei será proposta pelo Ministério Público e seguirá o procedimento comum previsto na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), salvo o disposto nesta Lei.

¹⁸⁷ Conforme entendimento de parte expressiva da doutrina, mencionada por Luiz Manoel Gomes Junior e Rogério Favreto (*Comentários à Nova Lei de Improbidade Administrativa*, pág2. 443/444), que defendem a posição de que a Lei de Improbidade Administrativa é uma Ação Coletiva: “Em primeiro lugar, nossa posição é a de que, ao menos em princípio, a Ação de Improbidade Administrativa nada mais seria que uma espécie de Ação Coletiva, com aplicação não só das Leis 4.717/65 (Lei da Ação Popular, aqui de forma preferencial) e 7.3.47/195 (Lei da Ação Civil Pública), bem como de todo o Sistema Único Coletivo, sendo o Código de Processo Civil a última fonte, somente invocável quando não encontrada resposta nos demais textos legais que disciplinam o processo coletivo, como no Código de Defesa do Consumidor, por exemplo”.

especial para este último considerando as penalidades de perda de mandato e inelegibilidade¹⁸⁸. Trata-se, assim, de concretização, nesse microsistema, destes princípios que, na nossa visão, integram o modelo constitucional de processo civil.

Nessa ordem de ideias, seria concebível, no Direito Processual Civil, aplicar a prescrição intercorrente em razão da paralisação do processo por prazo superior ao da prescrição do direito material, sem que se cogite de inércia do autor? Nos parece inevitável concluir positivamente, por aplicação do direito fundamental à duração razoável do processo e pela necessidade de se assegurar a efetividade da prestação jurisdicional ao réu.

Primeiro, quanto ao dogma de que não há prescrição intercorrente sem inércia do autor, o paradigma, antes mesmo da nova LIA, já havia sido quebrado pelo CPC/15 com a introdução do art. 921 do CPC e as hipóteses de prescrição intercorrente no processo de execução e no cumprimento de sentença. A figura clássica da *prescrição-punição*, típica do reconhecimento da prescrição intercorrente por inércia do autor, cede lugar à *prescrição-estabilização*, em sua função harmonizadora de relações jurídicas e como ferramenta de otimização da gestão dos recursos do Poder Judiciário. Como já mencionado, a eternização dos litígios é algo incompatível com a ordem jurídica, de forma que, constatada a prolongada paralisação do processo, não se pode, de antemão, afastar a possibilidade de reconhecimento da prescrição intercorrente apenas porque não se observa conduta omissiva do autor.

Segundo porque, ao estabelecer prazos para o titular do direito de exigir prestação exercer o direito de ação, o legislador optou por trazer previsibilidade ao sujeito passivo da relação jurídica quanto ao prazo que este pode ter que aguardar para ser demandado. O tensionamento social causado pelo direito não exercido é, sem dúvida, um ponto de preocupação que, historicamente, justifica a perda do direito material por seu titular sem que se tenha que discutir se, nesses casos, a solução é “justa”, ou se o sujeito passivo inadimplente foi “premiado” e ficou “impune”, exclusivamente em razão do fator tempo. Se esse racional

¹⁸⁸ Nesse sentido são as conclusões de Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz (*Comentários à Nova Lei de Improbidade Administrativa*, pág. 600): “A justificativa do projeto que culminou com a Lei 14.230/2021 deixa claro que o objetivo, ao trazer as diversas espécies de critérios de *dies a quo*, foi dar mais homogeneidade à aplicação da lei. E acreditamos que ela tem muito mais vantagens que desvantagens, pois, de fato, ao prever de forma expressa e tão detalhada as causas de interrupção e suspensão, e ao trazer regras definidas que evitem a eternização da ‘espada na cabeça’ do agente público ou político, se traz também segurança jurídica, e define-se melhor a responsabilidade daquele cujo dever é investigar, de forma adequada, e somente propor ação, por exemplo, no caso de real evidência de prática de ato doloso de improbidade”.

se aplica para justificar a perda do direito pelo decurso do prazo prescricional antes de a ação ser ajuizada, com razão até maior o tensionamento causado pela demanda judicial não resolvida deve ser um ponto de preocupação. Como mencionado anteriormente, não faz nenhum sentido pensar que a inquietação do sujeito passivo desapareceu quando ele se tornou réu em uma ação, ou que as relações sociais se tornaram mais estáveis porque o autor, dentro do prazo prescricional, ingressou com a demanda. A lógica impõe a conclusão diametralmente oposta: a pacificação social e a estabilidade das relações somente é alcançada quando há uma solução para o litígio, *seja ela qual for*.

Terceiro porque, se é verdade que a tutela jurisdicional é requerida em face do réu, mas contra o Estado¹⁸⁹, deveria ser natural haver algum tipo de proteção do réu *contra* a inércia do Estado-Juiz. Ainda que se tenha uma visão adversarial do processo, na qual se pune um adversário que se mantém inerte em relação ao outro, fulminando o direito material que ensejou a propositura da ação, é indiscutível que a inércia prolongada do Estado-Juiz deveria ser até mais grave, na perspectiva do réu, do que a omissão do próprio autor. Ainda que diversos os tipos de jurisdição, as mesmas razões que levam a se admitir a perda da pretensão punitiva no Direito Penal ou no Direito Administrativo Sancionador deveriam, também, ser consideradas para se limitar no tempo o exercício da jurisdição civil. Se no processo penal a pretensão punitiva se coloca como ameaça à liberdade do réu, no processo civil a demanda se apresenta como ameaça a seu patrimônio, bens jurídicos que, apesar de não terem status equivalente, gozam da mesma proteção constitucional contra a atuação estatal (art. 5^a, LIV, da Constituição Federal: “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”).

Dito de outra forma: não se pode considerar como legítimo (e compatível com o devido processo legal) o processo judicial cuja duração não é razoável, por expressa

¹⁸⁹ Sobre este tema (ação contra o Estado e “em face” do réu), defendendo o emprego da expressão “contra o réu” (mas sem esquecer de que o direito à prestação jurisdicional se exerce contra o Estado), impossível não lembrar do artigo clássico de Sérgio Bermudes (*A Favor do Contra*, Revista de Processo n° 65): “Segundo a concepção dominante, a ação, direito à prestação jurisdicional, se exerce contra o Estado, devedor desta. Não tem por devedor o réu, obviamente sem condições de outorgar a proteção demandada. Por isso, o cuidado de explicar-se inadequado o esquema *ação contra o réu*, quando não é a ele que o autor dirige seu pedido de tutela, a cuja eficácia, entretanto, ambas as partes, autor e réu, ficarão subjugadas. Cunhou-se, então, a locução prepositiva *em face de*, com o ânimo de deixar bem nítido que o autor não ajuizou a ação contra o réu, mas contra o Estado, buscando sentença oponível ao demandado. Esse empenho de esclarecer demasiadamente, as coisas só faz confundi-las e baralhá-las, aos olhos do homem comum, destinatário da administração da justiça, que entende, perfeitamente, até por atavismo, que uma ação haja sido proposta contra ele mas queda perplexo e nervoso, quando ouve dizer que uma ação foi proposta em face dele.”

determinação da Constituição Federal. Para o processo de execução e cumprimento de sentença, há regra expressa sobre o prazo aplicável (o mesmo prazo de prescrição do direito material) e sobre as hipóteses de reconhecimento da prescrição intercorrente, com ou sem inércia do exequente. Para o processo de conhecimento, da mesma forma que se justifica a extinção do processo por paralisação prolongada (por prazo “não razoável”) decorrente de inércia do autor, necessário que se admita, ao menos em tese, a mesma consequência por paralisação resultante de inércia do Estado-Juiz.

Exemplos de situações desta natureza não faltam. Processos que passam anos na conclusão, sem decisão; provas periciais intermináveis; audiências sucessivamente adiadas, com intervalos enormes entre as designações; apelações aguardando distribuição durante anos nos Tribunais; processos que sequer são remetidos à conclusão pela ausência de Juiz na comarca; recursos suspensos nas instâncias ordinárias aguardando uniformização de entendimento pelos Tribunais Superiores. Ainda que se tratem todas de situações *anormais*, impõe-se o enfrentamento das anomalias, com a proposição de soluções para contornar a impossibilidade de eternização dos processos judiciais¹⁹⁰.

A verdade é que essa ideia causa incômodo porque, no Direito Penal e no Direito Administrativo Sancionador, quem perde o direito (de punir) é o Estado, ele mesmo responsável pelo reconhecimento da prescrição, ao passo que, em se admitindo a prescrição intercorrente sem inércia do autor, quem perde o direito é o autor, que não concorreu para a paralisação. Esse incômodo existe não porque o direito do particular deveria valer mais do que o direito da coletividade (de punir o infrator ou criminoso), mas porque é mais fácil assimilar a perda do direito quando o prejuízo é socializado, e não individualizado. Não fosse esse elemento psicológico, deveria causar mais preocupação a perda de um direito coletivo (com elevado grau de interesse público) do que um direito individual.

No entanto, se o Estado-Juiz falhou, deixando de entregar a prestação jurisdicional em prazo razoável, ele deve, de forma objetiva, responder por esta falha perante o autor

¹⁹⁰ Marcelo Mazzolla, ao estudar o fenômeno do “silêncio do Juiz” (*Silêncio do Juiz no Processo Civil*, págs. 74/82), propõe sistematização em que difere as situações de inércia judicial (quando o Juiz não decide), de omissão *strictu sensu* (quando ele decide, mas deixa de endereçar alguma questão que deveria ter abordado) e de não observância (quando deixa de aplicar norma processual cogente ligada ao procedimento). Essa distinção é relevante para o tema da prescrição intercorrente pois, para ela, apenas a inércia é relevante, as demais formas de “silêncio do Juiz” não se aplicam.

prejudicado pela perda do direito material, seja a falha seja atribuível a algum dos agentes públicos (o Juiz, serventuários ou auxiliares da justiça), seja ela resultante de limitações estruturais do Poder Judiciário.

Assim, em conclusão parcial, não nos parece incompatível com o ordenamento jurídico brasileiro a hipótese de extinção, por prescrição intercorrente, de um processo judicial paralisado por prazo superior ao de prescrição do direito material em que ele se fundamenta, sem que se cogite de inércia do autor. Apesar desta ser uma conclusão ao nosso ver correta do ponto de vista teórico, não há como sustentar esta hipótese sem aprofundar a análise de sua consequência. Em se admitindo que o autor perdeu o direito de exigir a prestação do réu, sem ter sido responsável pela extinção do processo por prescrição intercorrente, quem paga a conta?

4.5.1. Responsabilidade Civil do Estado-Juiz.

A responsabilidade civil do Estado está prevista no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, que prevê que “as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa”. Da mesma forma, o art. 43 do Código Civil dispõe que “as pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo”. Verifica-se, portanto, que o Estado responde de forma *objetiva* pelos danos causados por seus agentes, ressalvado o direito de regresso do Estado contra o agente que praticou o ato ilícito, sendo a responsabilidade pessoal do agente, neste caso, *subjativa*¹⁹¹.

¹⁹¹ Adriane Medianeira Toaldo (*A responsabilidade civil do estado pela demora na prestação da tutela jurisdicional face à EC 45/2004 garantidora da duração razoável do processo*, Revista de Processo nº 202) explica as diversas teorias acerca da responsabilidade civil do Estado e sua evolução ao longo da história: “Observam-se três teorias acerca da evolução da responsabilidade Civil do Estado: teoria da irresponsabilidade ou regaliana, teoria civilística ou mista e teoria publicística. A primeira, teoria da irresponsabilidade, marca a época do Estado absolutista, onde se impôs a irresponsabilidade do Poder Público. (...) Na segunda teoria, civilística, o Estado só seria obrigado a reparar os danos, quando comprovada a sua culpa. Deste modo, a teoria civilística condicionava a responsabilidade do Estado por atos de seus agentes à natureza desses atos, quem cometia o ato danoso era o funcionário.” Sobre a teoria publicística, adotada no Brasil, “para o agente ativo, vítima do dano, ser indenizado pelo Estado basta provar que houve o fato danoso e que o mesmo foi injusto, ocasionado pelo Poder Público. Nesta teoria, a vítima fica dispensada de demonstrar que houve culpa da administração, contudo deve ficar evidenciado a ação ou omissão da administração e o nexo causal.”

Especificamente sobre a responsabilidade civil do Estado-Juiz, o art. 5º, LXXV, da Constituição Federal, prevê que “o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença”. Apesar de serem hipóteses expressamente previstas na Constituição, elas não excluem outras em que se verificar uma má prestação de serviços do Estado na entrega da prestação jurisdicional¹⁹².

Sobre a responsabilidade pessoal do juiz, o art. 143 do CPC prevê que “o juiz responderá, civil e regressivamente, por perdas e danos” quando “no exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude” e também quando “recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, providência que deva ordenar de ofício ou a requerimento da parte”. Nesta última hipótese, o parágrafo único do art. 143 prevê que ela se aplica “depois que a parte requerer ao juiz que determine a providência e o requerimento não for apreciado no prazo de 10 dias”.

Verifica-se, portanto, a possibilidade de responsabilização do Estado-Juiz pela prestação de um serviço público jurisdicional deficiente¹⁹³, ao menos em decorrência da excessiva demora na prestação jurisdicional.

Nesse contexto, ao se tratar de responsabilidade civil do Estado-Juiz, é possível falar em *risco judicial normal* e *risco judicial anormal*. Em obra específica sobre o tema, Flávio de Araújo Willeman formula interessante proposta de sistematização das hipóteses de

¹⁹² Este entendimento, embora seja o que prevalece na doutrina, não é pacífico na jurisprudência, havendo entendimento restritivo do Supremo Tribunal Federal acerca da possibilidade de responsabilização do Estado-Juiz fora das hipóteses do art. 5º, LXXV, da Constituição Federal. Paulo Modesto (*Responsabilidade do Estado pela demora na prestação jurisdicional*, Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado nº 13, pág. 292), em artigo de 2008, tratando da “responsabilidade do Estado por dano decorrente da prestação jurisdicional”, chega a afirmar que “raramente se encontrará no direito brasileiro tema de maior contraste entre doutrina e jurisprudência: os discursos são em tudo opostos”. No entanto, seguindo a linha da doutrina predominante, o Superior Tribunal de Justiça, em julgado de 2018, já admitiu o dever de indenizar do Estado-Juiz na hipótese de violação ao direito fundamental à duração razoável do processo, no julgamento do Recurso Especial nº 1.383.776/AM, sobre o qual falaremos com mais detalhes adiante.

¹⁹³ Ronaldo Brêtas de Carvalho Dias (*Direito à Jurisdição Eficiente e Garantia da Razoável Duração do Processo na Reforma do Judiciário*, Revista de Processo nº 128, pág. 168) define o serviço público jurisdicional deficiente como aquele em que se observa “mau funcionamento, falta de funcionamento diligente ou falta absoluta de funcionamento”. E acrescenta: “A eficiência e adequação do serviço público jurisdicional constituem dever jurídico do Estado, por força de recomendação constitucional, e pressupõem, por parte dos órgãos jurisdicionais, obediência ao ordenamento jurídico e utilização de meios racionais e técnicas modernas que produzam o efeito desejado, qual seja, serviço público jurisdicional prestado a tempo e modo, por meio da garantia constitucional do devido processo legal, preenchendo sua finalidade, a de realizar imperativa e imparcialmente o ordenamento jurídico, apto a proporcionar um resultado útil às partes.”

responsabilidade civil do Estado-Juiz, reputando como risco judicial *normal* a restrição a direitos decorrente de processos em que o devido processo legal for respeitado, com regular exercício do contraditório, observando-se, no geral, o modelo constitucional de processo civil¹⁹⁴. Já o risco judicial *anormal* é aquele em que há atuação ilícita de magistrados, ou quando o processo se desenvolve sem observância do devido processo legal, respeito ao contraditório e à ampla defesa, ou quando impuser restrições excessivas a direitos fundamentais¹⁹⁵.

Prosseguindo, o autor desdobra as hipóteses de risco judicial anormal, identificando, dentre elas, o dano injusto por violação ao princípio da duração razoável do processo. Ainda que o enfoque da abordagem seja o processo penal (e, nesse particular, as cautelares limitadoras de direitos fundamentais¹⁹⁶), os conceitos, a princípio, poderiam ser aplicados também ao caso de extinção do processo em decorrência de paralisação por inércia do Estado-Juiz, em que a prescrição intercorrente fulmina o direito do autor, causando dano que guarda evidente nexos causal com a omissão estatal¹⁹⁷.

¹⁹⁴ *Responsabilidade Civil do Estado por Risco Jurisdicional Anormal no Brasil*, pág. 170: “O risco judicial será considerado normal na hipótese em que há regular respeito ao devido processo legal (formal e material), tendo sido conferido ao jurisdicionado o direito ao exercício efetivo do contraditório e da ampla e defesa, e a decisão judicial impuser restrições a direitos fundamentais que sejam proporcionais e exaustivamente motivadas em comparação com o interesse ou bem jurídico que se pretende tutelar. (...) Com efeito, a derrota processual de uma das partes a partir de uma decisão judicial lícita, isto é, quando respeitados os preceitos constitucionais e legais antes descritos, está umbilicalmente conectada ao risco normal do processo e do regular exercício da constitucional função jurisdicional, não constituindo motivo suficientemente apto a ensejar o dever de indenizar do Estado, porque, em tal hipótese, ausentes estão os indispensáveis requisitos da conduta judicial causadora de dano injusto e do nexos de causalidade”.

¹⁹⁵ *Responsabilidade Civil do Estado por Risco Jurisdicional Anormal no Brasil*, pág. 171/172: “O risco judicial anormal ou extraordinário, para além da ilegalidade de condutas do magistrado quando atuar com dolo ou fraude (artigo 143 do CPC), ocorrerá ainda quando o processo se desenvolve sem que sejam assegurados o pleno respeito ao devido processo legal (formal e material), o respeito ao contraditório e à ampla defesa, ou quando a decisão judicial impuser restrições a direitos fundamentais de maneira excessiva, desproporcional ou inadequada para a proteção do bem jurídico que se busca tutelar”.

¹⁹⁶ *Responsabilidade Civil do Estado por Risco Jurisdicional Anormal no Brasil*, pág. 376: “O intérprete, porém, não pode olhar para o princípio da duração razoável do processo para sempre encontrar uma desculpa para justificar o alargamento do prazo da marcha processual. Isso porque é uma imposição constitucional a eficiente governança dos processos pelos magistrados, de modo a (respeitando as preferências legalmente estabelecidas) priorizar o julgamento das ações em que houver medida cautelar que prive o cidadão do direito de propriedade ou do exercício de direitos outros (direito ao trabalho, por exemplo), a partir de prova mínima dos fatos; isto decorre, como visto, do direito fundamental ao processo justo, equitativo e célere”.

¹⁹⁷ Anderson Schreiber chama este dever de indenizar do Estado-juiz de “dano por processo lento”, mas não na hipótese de extinção do processo por prescrição intercorrente, e sim de prestação jurisdicional excessivamente demorada (*Novos Paradigmas da Responsabilidade Civil*, pág. 185): “Sob o prisma da afetação do interesse lesado, e sempre à luz das circunstâncias concretas, verificará o julgador a intensidade do sacrifício à celeridade e efetividade da prestação jurisdicional, medindo a duração do processo e a utilidade de seu resultado para o autor. De outro lado, verificará a intensidade da realização da justiça da decisão, tomando em conta, por exemplo, a complexidade da causa, a profundidade da decisão e a exigibilidade de diligências probatórias”. Sobre o tema, também o artigo de Daniel Levy (*O Dano de Processo Lento*, Revista Trimestral de Direito Civil nº 9, pág. 42).

Sobre a responsabilidade do Estado-Juiz por excessiva demora na prestação jurisdicional, o Superior Tribunal de Justiça, em 2018, julgou um interessante caso, ao que se tem registro o primeiro¹⁹⁸ no qual, em ação de execução de alimentos, houve o decurso do prazo de dois anos e meio entre o ajuizamento e o despacho que determinou a citação do devedor, o que ensejou a propositura, pelo autor, de ação de indenização contra o Estado do Amazonas, para recebimento de indenização por danos morais no valor de 30 salários mínimos. Após a ação ter sido julgada procedente em 1º Grau, o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas reformou a sentença, sob o entendimento de que “somente há ato ilícito em caso de demora na prestação jurisdicional quando houver erro judiciário, quando o réu ficar preso além do necessário o quando o magistrado agir com dolo para atravancar o regular o andamento processual” e que “a simples demora em virtude de situações normais ao trâmite dos processos, tais como excesso de serviço ou de recursos não caracteriza ato ilícito apto a caracterizar danos morais”.

No julgamento do Recurso Especial, a 2ª Turma do STJ deu provimento ao recurso, para restabelecer a sentença de procedência da ação. No acórdão, o Ministro Relator invocou, dentre outros, o art. 133, II, do CPC/73 (parcialmente reproduzido pelo art. 143, II, do CPC/15 já mencionado), bem como o art. 49, I, da Lei Complementar nº 35/79 (Lei Orgânica da Magistratura Nacional), que reproduz a norma do CPC¹⁹⁹.

Na decisão, o Ministro Relator fez diversas referências à garantia constitucional de duração razoável do processo, para reconhecer a possibilidade de responsabilização do Estado por inércia do Juiz, destacando que “a administração pública está obrigada a garantir a tutela jurisdicional em tempo razoável, ainda quando a dilação se deva a carências estruturais do Poder Judiciário, pois não é possível restringir o alcance e o conteúdo deste direito, dado o lugar que a reta e eficaz prestação da tutela jurisdicional ocupa em uma sociedade democrática”. Ainda, acrescentou que “a insuficiência dos meios disponíveis ou o imenso volume de trabalho que pesa sobre determinados órgãos judiciais isenta os juízes de

¹⁹⁸ Recurso Especial nº 1.383.776-AM, 2ª Turma, Rel. Min. Og Fernandes, j. em 06.09.2018.

¹⁹⁹ Art. 49 - Responderá por perdas e danos o magistrado, quando:

II - recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, providência que deva ordenar o ofício, ou a requerimento das partes.

Parágrafo único - Reputar-se-ão verificadas as hipóteses previstas no inciso II somente depois que a parte, por intermédio do Escrivão, requerer ao magistrado que determine a providência, e este não lhe atender o pedido dentro de dez dias.

responsabilização pessoal pelos atrasos, mas não priva os cidadãos de reagir diante de tal demora, nem permite considerá-la inexistente”, mencionando que o Brasil já foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), por violação à garantia de duração razoável do processo.

De fato, antes mesmo da introdução da garantia da duração razoável do processo na Constituição Federal, o Brasil já havia sido demandado na CIDH por violação ao art. 8º, 1, da Convenção Americana de Direitos Humanos, no caso *Ximenes Lopes versus Brasil*. Nesse processo, iniciado em 2004, a irmã do Sr. Ximenes Lopes acionou a CIDH por demora das autoridades judiciárias brasileiras no processamento de ações penais e civis relacionadas a maus-tratos sofridos pelo Sr. Ximenes Lopes durante sua internação em hospital psiquiátrico em Sobral-CE. Especificamente quanto à demanda cível, a decisão da CIDH relata que, em 2000, foi ajuizada a ação de indenização contra o hospital psiquiátrico, mas em 2004, quando o processo perante a CIDH foi julgado, a ação civil não havia sido ainda sentenciada (foi suspensa para aguardar o resultado da ação penal). Na decisão, a CIDH indica como parâmetros para examinar se a duração do processo foi razoável (i) a complexidade da matéria; (ii) a atividade processual dos interessados; e (iii) a conduta da autoridade judiciária²⁰⁰, concluindo que, no caso concreto, houve demora excessiva no processamento do processo penal que acabou impedindo a reparação civil dos danos sofridos pela vítima²⁰¹. Por consequência, o Estado brasileiro foi advertido sobre a necessidade de garantir que os processos investigativos e sancionatórios se desenvolvam em “prazo razoável”, dando aplicabilidade, no direito interno, à norma da Convenção Americana de Direitos Humanos²⁰²,

²⁰⁰ Integra da decisão da CIDH disponível em

https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/Seriec_149_esp.pdf (acesso em 25.05.2023):

“196. Para examinar si en este proceso el plazo fue razonable, según los términos del artículo 8.1 de la Convención, la Corte tomará en consideración tres elementos: a) la complejidad del asunto; b) la actividad procesal del interesado y c) la conducta de las autoridades judiciales”

²⁰¹ “204. Por otra parte, la falta de conclusión del proceso penal ha tenido repercusiones particulares para las familiares del señor Damião Ximenes Lopes, ya que, en la legislación del Estado, la reparación civil por los daños ocasionados como consecuencia de un hecho ilícito tipificado penalmente puede estar sujeta al establecimiento del delito en un proceso de naturaleza criminal, por lo que en la acción civil de resarcimiento tampoco se ha dictado sentencia de primera instancia. Es decir, la falta de justicia en el orden penal ha impedido que las familiares del señor Ximenes Lopes, en particular su madre, obtengan una compensación civil por los hechos del presente caso.”

²⁰² “248. La Corte advierte que el Estado debe garantizar que en un plazo razonable el proceso interno tendiente a investigar y sancionar a los responsables de los hechos de este caso surta sus debidos efectos, dando aplicabilidad directa en el derecho interno a la normativa de protección de la Convención Americana.”

tendo sido também condenado a indenizar a família da vítima por danos materiais e morais em razão do ocorrido²⁰³.

Em razão deste caso, e de outras condenações da CIDH relacionadas à violação do direito fundamental da duração razoável do processo²⁰⁴, o Superior Tribunal de Justiça concluiu que “não é mais aceitável hodiernamente pela comunidade internacional, portanto, que se negue ao jurisdicionado a tramitação do processo em tempo razoável, e também se omita o Poder Judiciário em conceder indenizações pela lesão a esse direito previsto na Constituição e nas leis brasileiras (...) as seguidas condenações do Brasil perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos por esse motivo impõem que se tome uma atitude também no âmbito interno, daí a importância de este Superior Tribunal de Justiça posicionar-se sobre o tema”.

Em que pese o incisivo precedente do Superior Tribunal de Justiça, em pesquisa sobre o tema não se identificam outros casos em que aquela Corte enfrentou o cabimento de ações de indenização contra o Estado-Juiz por demora excessiva no julgamento de ações judiciais²⁰⁵. No Supremo Tribunal Federal, embora seja possível identificar alguns casos de

²⁰³ Recentemente, em 25.09.2023, a CIDH arquivou o caso Ximenes Lopes x Brasil, por considerar cumpridas todas as medidas de reparação fixadas na sentença de 2006 (incluindo o pagamento de indenização pelo Estado brasileiro). Notícia divulgada no informativo JOTA, acesso em 02.10.2023: https://www.jota.info/coberturas-especiais/direitos-humanos/corte-interamericana-arquiva-caso-ximenes-lopes-x-brasil-29092023?utm_campaign=jota_info_ultimas_noticias_destaque_02102023&utm_medium=email&utm_source=RD+Station

²⁰⁴ Em pesquisa na Corte Interamericana de Direitos Humanos, é possível verificar outras condenações do Estado brasileiro nas quais, além do aspecto material das violações a direitos humanos nos casos concretos, há o reconhecimento de que as investigações e processos civis e penais não observam o art. 8.1 da Convenção Americana de Direitos Humanos, que assegura que os processos tenham “duração razoável”: (i) Caso Barbosa de Souza (feminicídio, julgado em 2021, https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/resumen_435_esp.pdf) (ii) Caso Sales Pimenta (disputa fundiária, julgado em 2022, https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/resumen_454_esp.pdf); (iii) Caso Empleados de la Fábrica de Fuegos en Santo Antônio de Jesus (reparação civil a vítimas de explosão de uma fábrica de fogos de artifício, julgado em 2020, https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/resumen_407_esp.pdf); e (iv) Caso Herzog (tortura e assassinato de preso político durante a ditadura militar, julgado em 2018, https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/resumen_353_esp.pdf).

²⁰⁵ Há precedentes, em matéria criminal, aplicando os preceitos da Convenção Interamericana de Direitos Humanos e os parâmetros da CIDH para concessão de Habeas Corpus por constrangimento ilegal, reconhecendo a violação ao “direito a ser julgada dentro de um prazo razoável”. Nesse sentido, HC nº 468.697-SP, 6ª Turma, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, j. em 23.04.2019: “Em relação ao tema, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), vigente entre nós por força do Decreto n. 678, de 6/11/1992, confere à pessoa acusada em processo criminal o “[...] direito a ser julgada dentro de um prazo razoável [...]” (art. 7º, item 5). Mais ainda, o mesmo preceito legal assegura à pessoa presa o direito a “ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade por lei a exercer funções judiciais”, o que vem reforçado no item I do art. 8º, em que se outorga à pessoa submetida à persecução penal o “direito de ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou Tribunal competente”. O tema, a propósito, tem sido objeto de inúmeros julgados da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), inclusive de processos em que se aponta o Brasil como responsável pelo constrangimento ilegal decorrente do descumprimento do

ações de indenização dessa natureza, fundamentadas na violação ao direito fundamental à duração razoável do processo, os recursos não são conhecidos em razão da necessidade de reexame do conjunto fático-probatório dos autos. De toda forma, é registrado o posicionamento daquela Corte acerca do cabimento, em tese, de ações de indenização fundamentadas na demora excessiva do processo judicial, ainda que sem extensa fundamentação nesse particular²⁰⁶.

O fato é que, ainda que não seja possível identificar a existência de *jurisprudência* dos Tribunais Superiores no sentido de ser possível a responsabilização do Estado-Juiz por violação ao direito fundamental à duração razoável do processo, com reiteração de julgados sobre o tema, tampouco se identifica, após a Emenda Constitucional nº 45, precedentes relevantes negando tal possibilidade. Em todos os casos, contudo, o que se verifica é uma demanda do jurisdicionado pela demora na entrega da prestação jurisdicional, e não a perda do direito subjetivo em que se fundamenta a ação por aplicação da prescrição intercorrente. Mesmo na doutrina, sempre que se fala de responsabilidade civil do Estado-Juiz, se está tratando da ação em que o desfecho demorou mais do que o razoável²⁰⁷, e não do caso

direito à razoável duração do processo. A Corte, para aferir a razoabilidade ou a irrazoabilidade do prazo excedido pelo Estado reclamado, considera a ocorrência de fatores como: (a) as circunstâncias particulares de cada caso e a complexidade do litígio; (b) a conduta processual das partes ou, mais proximamente, do acusado; (c) a conduta das autoridades responsáveis pela condução do processo, sejam elas administrativas ou judiciais. Caso *Ximenes Lopes versus Brasil*, sentença de 4/7/2006; Caso *Nogueira de Carvalho e outro versus Brasil*, sentença de 28/11/2006; Caso “La última tentación de Cristo” (*Olmedo Bustos y otros*), sentença de 5/2/2001; Caso do Massacre de Puerto Bello *versus Colômbia*, sentença de 31/1/2006; Caso *López Alvarez versus Honduras*, sentença de 1º/2/2006. No mesmo sentido, coloca-se a homóloga Corte Europeia de Direitos Humanos (CEDH), como, *v.g.*, no Caso *Gaglione*, sentença de 7/12/2010; no Caso *Imbrioscia*, sentença de 24/11/1993, e no Caso *Delcourt*, sentença de 17/1/1970.”

206 Agravo em Recurso Extraordinário nº 1.371.015-RS, Rel. Min. Carmen Lúcia, j. em 22.11.2011: “O Supremo Tribunal Federal assentou que a razoável duração do processo deve ser harmonizada, em sua interpretação e aplicação, com outros princípios constitucionais, não se podendo acolher contrariedade a ele sem determinar o seu conteúdo e a sua observância no caso concreto, em face dos dados apresentados no processo. Assim, a complexidade do processo, os incidentes processuais, dentre outros fatores, indicam ser, ou não, razoável o prazo para o julgamento da lide. Desse modo, tendo o Tribunal a quo decidido que não foram comprovados os danos alegados e a demora injustificada no andamento do processo, divergir desse entendimento importaria o necessário reexame do conjunto probatório dos autos, o que é inviável em recurso extraordinário.”

²⁰⁷ José Rogério Cruz e Tucci (*Garantias Constitucionais da Duração Razoável e da Economia Processual no Projeto do Código de Processo Civil*, Revista de Processo nº 192) menciona julgado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul em que o então Desembargador Carlos Alberto Alvaro de Oliveira julgou procedente ação de indenização por excesso de prazo na conclusão de inquérito administrativo (atraso de 1 ano e meio), registrando que “o prolongamento excessivo desses procedimentos pode vir a causar, em tese, angústia e sofrimento moral ao acusado, de modo a determinar a reparação do dano moral, de conformidade com a garantia constitucional assegurada no art. 5.º, X, da CF/1988, mormente porque esta instituiu como princípio basilar o respeito à dignidade humana (art. 1.º, III, CF/1988)”

extremo em que ela foi extinta em razão da inércia do Poder Judiciário, na hipótese de que cuidamos no capítulo antecedente²⁰⁸.

Entre as hipóteses (processo demorado x processo extinto por prescrição intercorrente) há uma distinção muito marcante, que diz respeito ao dano a ser indenizado. Na ação demorada, mas que se encerrou, o jurisdicionado ou venceu o processo, mas pela demora experimentada a reparação não foi integral, ou perdeu o processo, e sofreu o dano marginal decorrente da demora (hipótese em que, a rigor, seria difícil admitir a existência de dano indenizável²⁰⁹). Já no caso da prescrição intercorrente, o dano estaria relacionado à *perda* do direito subjetivo, pois a inércia do Poder Judiciário impediu que a ação fosse julgada em seu mérito.

Nos casos de demora na prestação jurisdicional, é possível imaginar o exemplo de um processo em que houve demora excessiva na intimação de uma testemunha e, vindo esta a falecer, a parte não conseguiu produzir a prova e, sendo esta fundamental para a ação, o argumento ficou prejudicado e a ação foi julgada de forma contrária a seus interesses. Nesse caso, além da indispensável comprovação do nexo causal entre a omissão do Estado-Juiz e o dano alegado (resultado da ação contrário aos interesses da parte que requereu a intimação da testemunha), seria necessário verificar, também, a probabilidade de êxito da ação, em racional equiparável ao da responsabilidade por *perda de uma chance*, largamente aplicada em ações de ressarcimento por falha na prestação de serviços advocatícios.

No julgamento do Recurso Especial 1.254.141/PR, o STJ fixou o entendimento de que a aplicação da teoria da perda de uma chance demanda o preenchimento dos seguintes pressupostos: “a) de uma chance concreta, real, com alto grau de probabilidade de obter um benefício ou sofrer um prejuízo; b) que a ação ou omissão do defensor tenha nexo causal com

²⁰⁸ Paulo Modesto (*Responsabilidade do Estado pela demora na prestação jurisdicional*, Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado nº 13, pág. 306), apesar de não desenvolver o raciocínio nem usar o termo “prescrição intercorrente”, inclui a “dilação injustificada do processo, com a consequente perda do exercício de direito”, dentre as “variadas as hipóteses que podem ser figuradas como situações paradigmáticas ensejadoras de responsabilidade do Estado na esfera da prestação jurisdicional ou diretamente relacionadas à atividade judicante”.

²⁰⁹ Nesse sentido, Paulo Modesto (*Responsabilidade do Estado pela demora na prestação jurisdicional*, Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado nº 13, pág. 305): “nem toda violação de prazo processual caracteriza um dano ressarcível para efeitos indenizatórios. A violação de prazo processual é indício de omissão antijurídica, mas não traduz elemento de caracterização suficiente. A complexidade da demanda, objetiva e subjetiva, a conduta dilatória das partes, as dificuldades técnicas de comunicação dos atos processuais, por exemplo, são ocorrências que podem conduzir a inviabilidade prática de fiel cumprimento dos prazos legais”.

a perda da oportunidade de exercer a chance (sendo desnecessário que esse nexos se estabeleça diretamente com o objeto final); e c) atentar para o fato de que o dano não é o benefício perdido, porque este é sempre hipotético”²¹⁰. Na responsabilidade civil do Estado-Juiz pela demora na entrega da prestação jurisdicional, ainda que não seja necessário se comprovar culpa, pois a responsabilidade é objetiva, os pressupostos da teoria da perda de uma chance são plenamente aplicáveis, pois não se relacionam com culpa, e sim com prova de dano e nexos causal.

Nos casos em que o jurisdicionado perdeu o processo, ou venceu a ação, mas com demora excessiva, não nos parece que o racional da perda de uma chance seja o aplicável. Nesses casos, o eventual direito à indenização está relacionado com um dano marginal ao processo, causado pelo decurso do tempo, que caracteriza, se admitido, um dano não relacionado ao bem da vida buscado na ação original, e sim um dano de natureza extrapatrimonial, decorrente da violação a um direito fundamental. É o que ocorreu, por exemplo, no caso concreto julgado pelo Superior Tribunal de Justiça mencionado no início deste capítulo, em que foi fixada indenização ao autor em razão da demora excessiva na efetivação da citação do réu em ação de alimentos. É o que ocorre, também, nos casos julgados pela CIDH, em que as indenizações devidas pelo Estado Brasileiro decorrem da violação a direitos humanos, e não ao direito subjetivo em que se funda a ação judicial originária.

E no caso da prescrição intercorrente sem inércia do autor, caso se entenda por sua aplicação ao processo de conhecimento, quais os pressupostos do dever de indenizar? O ato ilícito, no caso, seria a paralisação do processo por prazo superior ao prazo de prescrição; não seria necessário analisar a culpa do Estado-Juiz, por se tratar de responsabilidade objetiva²¹¹;

²¹⁰ Recurso Especial 1.254.141/PR, 3ª Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. em 04.12.2012.

²¹¹ A culpa é elemento indispensável para responsabilização do magistrado, pois esse sim tem responsabilidade subjetiva sobre os danos decorrentes da paralisação do processo, já que a demora pode decorrer de problemas do Cartório, da inércia de auxiliares da justiça, dentre outros. Sobre o tema, oportuna a lição de Arnaldo Rizzardo (*Responsabilidade civil*, pág. 375): “Já em vista da recusa, omissão ou retardamento, da providência que lhe incumbia, o que pode ocorrer, além do dolo ou da fraude, também por culpa, mister que se evidencie o desamparo em justo motivo. Não basta a demora em despachar o processo, ou em sentenciar, ou em designar audiência, além da providência do parágrafo único do art. 133. Se o juiz possui excessiva quantidade de ações para atender, não responde pela demora ou atraso; nem se excessivamente volumoso e complexo o processo, exigindo considerável lapso de tempo para o estudo. Todavia, se a demora e o acúmulo de feitos decorrem da inércia do juiz, de sua inaptidão para o trabalho, tanto que outros juízes, de modo geral, mantêm em dia o andamento dos processos, altera-se a situação. Não se olvide, entretanto, que as capacidades no desempenho das funções e o grau de inteligência são diferentes, fatores que importam em conceder alguma margem de tolerância ou temperamento na apreciação da responsabilidade. Seriam exemplos de responsabilidade direta do

o nexu causal, por outro lado, seria indiscutível, já que a causa da extinção do processo foi a sua paralisação; e o dano, a rigor, seria correspondente ao direito subjetivo do autor, que se perdeu com a extinção do processo pelo reconhecimento da prescrição intercorrente.

A questão mais complicada, contudo, é saber se para esta hipótese se aplicariam os pressupostos para a indenização por perda de uma chance, em especial a avaliação de probabilidade do êxito da demanda extinta. Caso a indenização buscada pelo autor corresponda exatamente ao bem jurídico objeto do processo original, nos parece inevitável que essa análise seja um dos componentes a serem avaliados para verificação do dever de indenizar. Em se tratando de demanda contrária a posicionamento já firmado pelas Cortes Superiores, por exemplo, seria um contrassenso atribuir ao Estado-Juiz o dever de entregar o equivalente ao direito subjetivo perdido pelo autor. Da mesma forma, se a prescrição intercorrente se observou após julgamento de mérito contrário aos interesses do autor, ainda que isso não constitua fundamento para excluir totalmente o dever de indenizar (devendo ser analisada a probabilidade de êxito do recurso, e não da ação), trata-se de fator a ser ponderado ao menos na fixação do valor a ser indenizado, em um juízo de proporcionalidade.

Por outro lado, se a indenização almejada não corresponde ao direito subjetivo objeto do processo extinto, e sim ao dano marginal causado ao autor, de natureza extrapatrimonial, a probabilidade de êxito nos parece um elemento indiferente ao dever de indenizar. A frustração experimentada pelo autor com a espera pela prestação jurisdicional não está diretamente relacionada ao objeto da ação extinta, estando vinculada à demora no exercício da jurisdição, seja qual for a tutela buscada.

Tais observações, se nos parecem fazer sentido teórico considerando o sistema de responsabilidade civil brasileiro, esbarram em algumas ponderações práticas, até bastante evidentes. Primeiro, ainda que a paralisação decorra de inércia do Estado-Juiz, será que o comportamento do autor deve ser mesmo irrelevante para a análise do dever de indenizar e a extensão do dano? Por exemplo, o autor que, assim como o Juiz, por anos permaneceu

juiz a falta de impulso nos processos, a omissão de decisões, a paralisação na movimentação dos feitos, tudo em razão do simples não comparecimento ao foro, ou da extrema displicência, do crasso desinteresse, de sua desorganização profissional, da displicência no estudo e preparo. Os prejuízos ocasionados podem ser procurados junto ao juiz, como em uma ação de despejo que fica sem a decisão durante longo período de tempo, não havendo fiadores pelas obrigações pendentes; ou na omissão em decidir sobre a venda de bens perecíveis, que se encontram depositados judicialmente; ou no mero 'esquecimento' de pedido de recolhimento de bens penhorados, que se encontram depositados com o devedor, e que os está desviando ou alienando”

indiferente ao processo, não questionando a sua paralisação, tem o mesmo direito de ação do autor que, em período equivalente, fez sucessivos questionamentos e exigiu providências ao Juiz, sem ser atendido? Ainda que se entenda que o comportamento do autor é indiferente para se concluir pelo reconhecimento, ou não, da prescrição intercorrente (pois, pela perspectiva do réu, de fato não faria sentido considerar a conduta do autor como relevante para cômputo do prazo de paralisação), mesmo em se tratando de responsabilidade objetiva do Estado-Juiz a conduta da vítima do dano é elemento a ser considerado na fixação da indenização respectiva.

Outro ponto é a hipótese de a ação extinta por prescrição intercorrente ser justamente uma ação contra o Estado, havendo, nesse caso, coincidência entre o Estado réu da ação e o Estado-Juiz. Entendendo-se pelo cabimento da prescrição intercorrente no processo de conhecimento, sem inércia do autor, o processo contra o Estado seria extinto, para se iniciar outro, contra o mesmo Estado (agora, na posição de Estado-Juiz), buscando o mesmo bem da vida da ação originária. Ainda que do ponto de vista teórico não se deva considerar que a circunstância de o réu da ação ser o próprio Estado-Juiz impeça o reconhecimento da prescrição intercorrente (pois esta decorre de um fato jurídico, que é a paralisação do processo por prazo superior ao da prescrição), não faria nenhum sentido esse movimento circular que em última análise somente beneficia aquele que causou a extinção da ação.

Nesse particular, Barbosa Moreira, embora sustente que a garantia constitucional à duração razoável do processo não pode ser vista como regra “programática”, sendo capaz de “conferir aos prejudicados pela demora de um processo o direito à reparação”, alerta para o risco de um efeito circular, em que essas demandas reparatórias aumentam a carga de trabalho do Poder Judiciário e, conseqüentemente, diminuem o ritmo com que ele se movimenta²¹².

Nesse contexto, embora a conclusão teórica, quanto à possibilidade de reconhecimento da prescrição intercorrente no processo de conhecimento, por paralisação decorrente de inércia do Poder Judiciário, seja em sentido positivo, da mesma forma que é positiva a conclusão pela possibilidade de responsabilização civil do Estado-Juiz pela extinção do

²¹² *O desafio da celeridade na prestação jurisdicional*. Revista da EMERJ nº 36, pág. 81. E. na sequência, fala da experiência italiana, da qual trataremos no capítulo seguinte: “Não estou aludindo a uma hipótese puramente teórica. Foi isso que aconteceu na Itália. A Itália fez uma lei conferindo aos prejudicados pela demora processual o direito a uma indenização. Pois bem, no período entre março de 2001 e setembro de 2002, portanto pouco mais de um ano, 9.385 ações foram ajuizadas por pessoas que se sentiam lesadas pela demora da justiça, o que significou, obviamente, aumento considerável da carga de trabalho dos juízes”

processo, a abordagem do tema não é completa sem estudar as possíveis consequências dessas conclusões.

Mais do que um imperativo científico, a análise das *consequências* das decisões judiciais e das posições assumidas em relação a institutos processuais é indispensável para se assegurar coesão ao raciocínio jurídico. Tanto é assim que, a partir das modificações introduzidas pela Lei nº 13.655/2018, a Lei de Introdução às Normas Jurídicas Brasileiras passou a impor que “nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão” (art. 20). Da mesma forma, o art. 21 dispõe que “a decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expreso suas consequências jurídicas e administrativas”²¹³.

No âmbito da prescrição intercorrente, a análise sobre sua aplicação ao processo de conhecimento por paralisação não imputável a inércia do autor deve ponderar se o efeito decorrente da extinção do processo nessas condições (perda do direito subjetivo e dever de indenizar do Estado-Juiz) não é mais indesejável do que o bem jurídico que essa extinção visa tutelar (aspecto pacificador da prescrição e garantia da efetividade do processo ao réu).

²¹³ A positivação do consequencialismo jurídico vem sendo reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal como uma realidade incontornável, em especial na modulação dos efeitos de decisões declaratórias de inconstitucionalidade e outras de grande impacto social e financeiro. Nesse sentido, por todas, a decisão do Ministro Luiz Fux no julgamento da AO nº 1.773 (j. em 16.11.2018), aplicando a mais conhecida doutrina sobre o tema do consequencialismo, de Richard Posner: “Compreendido como estimativa de resultados ou juízo prognóstico, o consequencialismo não se confunde com o utilitarismo nem menoscaba reflexões de ordem moral ou positivista. Pressupõe, apenas, que o juiz considere os estados de coisas consequencialmente decorrentes de cada exegese que a norma contemple. Na síntese do juiz norte-americano Frank Easterbrook, as decisões judiciais não se despirão do risco de enviarem sinais errados ‘a menos que os juízes apreciem as consequências das regras legais para o comportamento futuro’ (EASTERBROOK, Frank. *The Supreme Court 1983 Term*. *Harvard Law Review*, Cambridge, n. 4, p. 10-11, 1984-1985). Dentro do marco do consequencialismo, a decisão mais adequada a determinado caso concreto é aquela que, dentro dos limites semânticos da norma, promova os corretos e necessários incentivos ao aperfeiçoamento das instituições democráticas, e que se importe com a repercussão dos impactos da decisão judicial no mundo social. Sob essa perspectiva, há espaço para algum pragmatismo jurídico, com espeque no abalizado magistério de Richard Posner, impondo, bem por isso, ao magistrado o dever de examinar as consequências imediatas e sistêmicas que o seu pronunciamento irá produzir na realidade social (POSNER, Richard. *Law, Pragmatism and Democracy*. Cambridge: Harvard University Press, 2003, p. 60-64). Com efeito, parte-se de uma premissa de que, ao exercer seu poder de decisão nos casos concretos com os quais se depara, as Cortes Constitucionais alocam recursos escassos, já que em razão do juízo consequencialista, juízes são comprometidos com os resultados de suas ações” (MAGALHÃES, Andréa. *Jurisprudência da crise: uma perspectiva pragmática*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, p. 190). Nesse mesmo sentido e com as mesmas preocupações, a recente Lei nº 13.655, de 25 de abril de 2018, que alterou profundamente a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, predica que as decisões da Administração Pública, dos Tribunais de Contas e as do Poder Judiciário devem considerar as suas consequências práticas”.

Antes de aprofundar considerações a este respeito para se chegar a algumas conclusões, nada melhor do que analisar situações similares observadas em outras jurisdições, para tentar extrair da experiência internacional elementos que possam contribuir ao debate.

4.5.2. A experiência italiana: Legge Pinto.

A insatisfação dos jurisdicionados e dos operadores do direito em geral com a morosidade do Judiciário não é um fenômeno exclusivamente brasileiro, sendo marcante em alguns países como a Itália, a Espanha e Portugal.

Na Itália, há um longo histórico de reformas no processo civil, nas quais o objetivo principal era superar o problema da lentidão na tramitação dos processos²¹⁴. Nas Reformas de 1940, realizadas para ajustar o processo civil italiano aos princípios do Estado Fascista, se buscou reduzir o tempo de duração dos processos com o aumento dos poderes discricionários do Juiz (que podia, a seu critério, optar por fixar ou não as audiências) e a criação dos juízes instrutores, que preparavam o caso para um colegiado de 1º grau. Tais reformas, contudo, não deram resultado e, com a queda do regime fascista, foram revogadas, com a Reforma de 1950 (liderada por Piero Calamandrei), que, dentre outras disposições, diminuiu os poderes dos juízes instrutores e a impôs a realização de audiência fixa (e não mais a critério dos juízes)²¹⁵. Nesse mesmo contexto pós Segunda Guerra Mundial, foi firmada a Convenção Europeia de Direitos do Homem, com a introdução, em seu art. 6º, 1, do direito fundamental à duração razoável do processo²¹⁶.

Nos anos 60 e 70, o problema da lentidão dos processos se agravou, e em 1987 houve a primeira condenação da Itália na Corte Europeia de Direitos do Homem (CEDH) decorrente de violação ao direito fundamental à duração razoável do processo. Este processo (Caso

²¹⁴ Leonardo Faria Schenk (*Breve Relato Histórico das Reformas Processuais na Italia. Um problema constante: a lentidão dos processos cíveis*, Revista Eletrônica de Direito Processual, pág. 184).

²¹⁵ Leonardo Faria Schenk (*Breve Relato Histórico das Reformas Processuais na Italia. Um problema constante: a lentidão dos processos cíveis*, Revista Eletrônica de Direito Processual, pág. 186).

²¹⁶ Art. 6º, 1. “Qualquer pessoa tem direito a que a sua causa seja examinada, equitativa e publicamente, num prazo razoável por um tribunal independente e imparcial, estabelecido pela lei, o qual decidirá, quer sobre a determinação dos seus direitos e obrigações de carácter civil, quer sobre o fundamento de qualquer acusação em matéria penal dirigida contra ela. O julgamento deve ser público, mas o acesso à sala de audiências pode ser proibido à imprensa ou ao público durante a totalidade ou parte do processo, quando a bem da moralidade, da ordem pública ou da segurança nacional numa sociedade democrática, quando os interesses de menores ou a protecção da vida privada das partes no processo o exigirem, ou, na medida julgada estritamente necessária pelo tribunal, quando, em circunstâncias especiais, a publicidade pudesse ser prejudicial para os interesses da justiça.”

Capuano), instaurado perante a CEDH em 1980, decorre de ação cível iniciada em 1976, que teve tramitação confusa em 1º grau (com longas discussões sobre a produção de prova pericial), vindo a ser sentenciada apenas em 1983. Em 1987, quando a Corte Europeia julgou o caso, a apelação da ação cível não havia sido ainda julgada. Aplicando o art. 6º, 1, da Convenção, a CEDH decidiu que a demora, que era de 10 anos quando o caso foi analisado (contando-se este prazo desde a primeira audiência), seria excessiva, condenando a Itália ao pagamento de 8 milhões de liras (o equivalente a 4.500 euros). Este precedente deu origem a uma enxurrada de reclamações à CEDH contra o Estado Italiano com fundamento na Convenção Europeia de Direitos do Homem, havendo registro de que, em 2001, se encontravam estavam pendentes na CEDH aproximadamente 12.000 reclamações de jurisdicionados italianos alegando violação a Convenção, com sistemáticas condenações do Estado Italiano por violação por duração excessiva dos processos.

Nesse contexto, passou a haver intensa pressão do Conselho da Europa para o Estado Italiano criar um “filtro” e lidar com o assunto no âmbito interno, desafogando a CEDH. Em reação, a Itália, em 1999, alterou sua Constituição Federal para incluir no art. 111 a previsão de que “a jurisdição atua-se mediante o justo processo regulado pela lei”, que “cada processo desenvolve-se no contraditório entre as partes, em condições de igualdade perante juiz terceiro e imparcial” e que “a lei assegura a razoável duração”²¹⁷.

Após esta alteração na Constituição Federal²¹⁸ e tendo que lidar com os 12.000 processos perante a CEDH, a Itália editou uma lei (Lei nº 89, de 24.03.2001), conhecida como *Legge Pinto* (o projeto é de autoria do Senador Michele Pinto), a fim de normatizar o direito à “*durata ragionevole*” do processo prevista no art. 111 da Constituição Federal e dar aplicação,

²¹⁷ No original: “La giurisdizione si attua mediante il giusto processo regolato dalla legge. Ogni processo si svolge nel contraddittorio tra le parti, in condizioni di parità, davanti a giudice terzo e imparziale. La legge ne assicura la ragionevole durata”.

²¹⁸ Ao analisar o tema no contexto de formas alternativas de tutela, Luigi Paolo Comoglio (*Durata Ragionevole del Giudizio e Forme Alternative di Tutela*, Revista de Processo nº 151, pág. 87) explica que antes mesmo da reforma constitucional de 1999 a duração razoável do processo já era direito fundamental por força da aplicação da Convenção Europeia de Direitos Humanos de 1950: “La garanzia strutturale della *ragionevole durata* - quale fondamentale componente del giusto processo, oggi enunciata dall'art. 111, 2º comma, Cost. - non è, certo, una innovazione ascrivibile alla riforma costituzionale del 1999. La sua esistenza - già chiaramente postulata dall'art. 6, § 1, della Convenzione europea del 1950 - venne ripetutamente identificata e desunta, negli anni successivi, dalle stesse garanzie dell'art. 24 Cost., sì da configurarsi, nella giurisprudenza della Corte costituzionale, come un elemento essenziale del diritto o del potere, a tutti riconosciuto, di agire in giudizio per la tutela dei propri diritti od interessi legittimi. Si tratta, dunque, di una componente primaria del c.d. diritto al processo o del diritto alla tutela giurisdizionale, da inserirsi - aggiunto io - nel novero dei diritti inviolabili dell'uomo, consacrati dall'art. 2 Cost.”

no âmbito interno, ao art. 6º da Convenção²¹⁹, reconhecendo ao interessado o direito a uma justa reparação para os danos patrimoniais ou não patrimoniais experimentados com a duração excessiva dos feitos²²⁰.

Por intermédio da *Legge Pinto*, o Estado Italiano, sem nada falar sobre reformas estruturais (quantidade de juízes e Tribunais, digitalização de processos, reformas processuais), criou mais um procedimento de natureza contenciosa (*domanda di equa riparazione*) a ser proposto na Corte de Apelação do distrito da sede do juízo perante o qual tramitou a ação originária. Tratou-se, assim, de um “*pacchetto d'emergenza*” para evitar novas condenações da Itália na Corte Europeia²²¹. Não havia, no processo civil italiano, a figura da “prescrição intercorrente” no processo de conhecimento, estando sua aplicação restrita ao processo de execução e à hipótese de inércia do exequente²²².

Pela *Legge Pinto*, o valor da indenização por violação à razoável duração do processo poderia compreender tanto o dano patrimonial (mediante prova no caso concreto, abrangendo danos emergentes e lucros cessantes, na forma dos arts. 1.223 e seguintes do Código Civil Italiano²²³) como o dano extrapatrimonial, este podendo ser presumido (*in re ipsa*), sem a necessidade de prova²²⁴, caracterizando, assim, dano de natureza mista²²⁵. Quanto ao dano

²¹⁹ Casimiro Nigro, *La Legge “Pinto” – Genesi e Ragioni*, pág. 1.

²²⁰ Art. 2º. Chi ha subito un danno patrimoniale o non patrimoniale per effetto di violazione della Convenzione per la salvaguardia dei diritti dell'uomo e delle libertà fondamentali, sotto il profilo del mancato rispetto del termine ragionevole di cui all'articolo 6, paragrafo 1, della Convenzione, ha diritto ad una equa riparazione”

²²¹ Gianpaolo Maria Ruotolo (*La Riparazione per Eccesiva Durata dei Processi Italiani tra Legge Pinto (L. 89/2001 e Convenzione Europea dei Diritti dell'Uomo*, pág. 16): “Già dal suo titolo la legge in esame mostra di non essere mai stata concepita come uno strumento di abbreviazione dei tempi dei processi italiani, quanto piuttosto come un pacchetto d'emergenza volto ad ovviare a violazioni già perpetrate e ritardi già verificatisi, ed evitare così ulteriori condanne dell'Italia da parte della Corte europea”.

²²² Art. 630 do *Codice de Procedura Civile* de 30.01.1941: Oltre che nei casi espressamente previsti dalla legge il processo esecutivo si estingue quando le parti non lo proseguono o non lo riassumono nel termine perentorio stabilito dalla legge o dal giudice [c.p.c. 152, 157, 307, 497, 512, 547, 548, 549, 615, 619, 627; disp. att. c.p.c. 172]. L'estinzione opera di diritto ed è dichiarata, anche d'ufficio, con ordinanza del giudice dell'esecuzione, non oltre la prima udienza successiva al verificarsi della stessa. L'ordinanza è comunicata a cura del cancelliere, se è pronunciata fuori dall'udienza. Contro l'ordinanza che dichiara l'estinzione ovvero rigetta l'eccezione relativa è ammesso reclamo da parte del debitore o del creditore pignorante ovvero degli altri creditori intervenuti nel termine perentorio di venti giorni dall'udienza o dalla comunicazione dell'ordinanza e con l'osservanza delle forme di cui all'articolo 178 terzo, quarto e quinto comma. Il collegio provvede in camera di consiglio con sentenza”.

²²³ Gianpaolo Maria Ruotolo (*La Riparazione per Eccesiva Durata dei Processi Italiani tra Legge Pinto (L. 89/2001 e Convenzione Europea dei Diritti dell'Uomo*, pág. 17).

²²⁴ Domenico Piombo (*Equa Riparazione per Irragionevole Durata Del Processo: Appunti Sulla Disciplina Della c.d. Legge Pinto Dopo Le Modifiche Introdotte Dall'art. 55 d.l. 22 Giugno 2012 n. 83, Convertito, Con Modificazioni, Dalla l. 7 Agosto 2012 n. 134*, pág. 31): “L'eccessiva durata di un processo determina normalmente come conseguenza, secondo l'id quod plerumque accidit, um danno non patrimoniale (per l'ansia ed il paterna d'animo sofferti) per tutte le parti del processo (indipendentemente del fatto che esse siano risultate

extrapatrimonial, a *Legge Pinto* prevê que este deve seguir os parâmetros fixados pela CEDH, que variam entre 1.000 a 1.500 euros por ano de retardo, podendo chegar a 2.000 euros a depender da relevância do caso²²⁶.

Sobre os critérios para caracterizar a duração do processo como “excessiva”, a lei italiana também seguiu os critérios abstratos da CEDH (complexidade do caso, objeto da ação, o comportamento da parte e do juiz²²⁷), além de fixar referenciais com prazos objetivos, de três anos em 1º grau, 2 anos no 2º grau²²⁸, a serem modulados de acordo com o caso concreto.

Esta lei, no início, surtiu o efeito desejado, pois a CEDH passou a reconhecer a necessidade de primeiro o interessado utilizar o mecanismo reparatório interno para só depois provocar a Corte²²⁹. Entretanto, logo nos primeiros anos de vigência surgiram diversas

vittoriose o soccombenti), la cui sussistenza, pertanto, si presume e. a differenza di quanto avviene per il danno patrimoniale, non necessita di alcun riscontro probatorio”.

²²⁵ Gianpaolo Maria Ruotolo (*La Riparazione per Eccesiva Durata dei Processi Italiani tra Legge Pinto (L. 89/2001 e Convenzione Europea dei Diritti dell’Uomo*, pág. 18): “In base alle considerazioni fin qui sviluppate ci pare di poter concludere per la natura mista della riparazione prevista dalla legge in commento, la quale si attinge come una misura meramente indenitória – in quanto, almeno di fatto, automatica conseguenza del verificarsi di una condizione determinata dalla legge (l’eccessiva durata di un processo) – per quanto riguarda il pregiudizio morale súbito dal recorrente, e come un rimedio più tipicamente aquiliano per quanto concerne il danno patrimoniale, che infantti deve essere provato dal recorrente sai nell’ansia nell’quantum”.

²²⁶ Alguns artigos, como o de Remo Trezza, *Lungaggini processuali e insoddisfacente “ristoro interno” per inosservanza del “termine ragionevole”: l’Italia dovrà rivedere la Legge Pinto?*, pág. 3), mencionam valores um pouco mais reduzidos, de 750 euros por ano de demora além da duração razoável e 1.000 euros por ano após esses primeiros 3 anos.

²²⁷ “Art. 2º da Lei nº 89/01: “Nell’ascertare la violazione il giudice valuta la complessità del caso, l’oggetto del procedimento, il comportamento delle parti e del giudice durante il procedimento, nonché quello di ogni altro soggetto chiamato a concorrere o a contribuire alla sua definizione”.

²²⁸ Art. 2º, 2-bis: “Si considera rispettato il termine ragionevole di cui al comma 1 se il processo non eccede la durata di tre anni in primo grado, di due anni in secondo grado, di un anno nel giudizio di legittimità. Ai fini del computo della durata il processo si considera iniziato con il deposito del ricorso introduttivo del giudizio ovvero con la notificazione dell’atto di citazione. Si considera rispettato il termine ragionevole se il procedimento di esecuzione forzata si è concluso in tre anni, e se la procedura concorsuale si è conclusa in sei anni. Il processo penale si considera iniziato con l’assunzione della qualità di imputato, di parte civile o di responsabile civile, ovvero quando l’indagato ha avuto legale conoscenza della chiusura delle indagini preliminari”. Fazendo referência a precedentes de Cortes de Apelação e da Corte de Cassação sobre estes prazos, Casimiro Nigro (*La Legge “Pinto” – Genesi e Ragioni*, pág. 4). Na mesma linha, Domenico Piombo (*Equa Riparazione per Irragionevole Durata Del Processo: Appunti Sulla Disciplina Della c.d. Legge Pinto Dopo Le Modifiche Introdotte Dall’art. 55 d.l. 22 Giugno 2012 n. 83, Convertito, Con Modificazioni, Dalla l. 7 Agosto 2012 n. 134*, pág. 28).

²²⁹ O primeiro caso em que houve esse reconhecimento foi julgado pela CEDH em 2001 (caso *Brusco*), no qual a CEDH reconheceu que “o mecanismo interno de reparação da Lei Pinto era eficaz para a proteção do direito humano à razoável duração dos processos, devendo, assim, ser previamente tentado pelos interessados. Inclusive aqueles que buscaram a proteção direta antes de a entrada em vigor da lei nacional, por força do princípio da subsidiariedade, deveriam passar primeiro pela via interna” (Leonardo Faria Schenk, *Breve Relato Histórico das Reformas Processuais na Itália. Um problema constante: a lentidão dos processos cíveis*, Revista Eletrônica de Direito Processual, pág. 195).

questões, dando causa a novas reclamações perante a CEDH, que passaram a tramitar em paralelo aos processos domésticos embasados na *Legge Pinto*.

A primeira discussão que surgiu foi a forma de cálculo da indenização por ano de demora excessiva, se ela devia considerar todo o prazo de tramitação ou apenas o que exceder o prazo “razoável”. Analisando as reclamações sobre o tema, a CEDH concluiu que todo o prazo de tramitação deveria ser considerado, o que aumentou, consideravelmente, o valor das indenizações²³⁰. Há relatos de que entre 2002 e 2007, o Estado Italiano gastou mais de 56 milhões de euros com condenações decorrentes da *Legge Pinto*²³¹.

Outras reclamações perante a CEDH decorriam da insatisfação com o valor das indenizações fixadas pela Itália no julgamento dos processos fundados na *Legge Pinto*. Em 2020, por exemplo, a CEDH admitiu reclamação sobre o tema e, considerando insuficiente a indenização fixada pela Justiça Italiana por danos extrapatrimoniais (1.400 euros), atribuiu à reclamante o valor adicional de 3.640 euros²³².

²³⁰ Sobre o valor das indenizações, embora a *Legge Pinto* disponha que a indenização deve seguir os parâmetros da Corte Europeia, a reforma de 2015 fixou o valor de indenização na faixa de 400 a 800 euros por ano que excede o prazo de duração razoável, quando a Corte Europeia fixava o valor entre 500 e 1.500 euros por ano, e por todo o prazo de duração do processo (e não apenas o prazo de “excesso”), conforme anota Alessio Scaffidi (*Questione Pinto Ancora Aperte*, pág. 3): “Non stupisce, dunque, che l’ultima riforma della legge Pinto, attraverso l’introduzione del nuovo articolo 2-bis, comma 1, abbia fissato valori indennitari minimi e massimi inferiori rispetto a quelli precedenti, passando rispettivamente dai limiti dei 500 e dei 1500 euro (per anno o frazione di anno superiore ai sei mesi, di eccedenza sulla ragionevole durata del processo) a quelli dei 400 e degli 800 euro”.

²³¹ Leonardo Faria Schenk (*Breve Relato Histórico das Reformas Processuais na Italia. Um problema constante: a lentidão dos processos cíveis*, Revista Eletrônica de Direito Processual, pág. 186).

²³² Remo Trezza, *Lungaggini processuali e insoddisfacente “ristoro interno” per inosservanza del “termine ragionevole”: l’Italia dovrà rivedere la Legge Pinto?*, pág. 4). Comentários à sentença proferida no processo n° 24888/03 (Mattero vs. Itália), julgado em 26.03.2020. Este não foi o primeiro caso desta natureza, havendo constante referência na doutrina ao caso *Gaglione*, de 2010, em que já havia sido admitido o recurso à Corte Europeia de Direitos Humanos por insuficiência no valor de indenização fixado. Sergio Chiarloni, em artigo publicado na Revista de Processo, em 2015, trata deste caso (*Sempre Aperto il Cantiere delle Riforme del Processo Civile: Prime Riflessioni su Transferimento in Arbitrato e Negoziazione Assistita ex Legge 162 del 2014*, Revista de Processo n° 244, pág. 445): “Basti ricordare che con un’unica sentenza (Gaglione e altri), la Corte si è pronunciata, il 21 dicembre 2010, su 475 ricorsi condannando l’Italia per gli indennizzi insufficienti corrisposti alle vittime di processi troppo lunghi in base alla c.d. legge Pinto, versati per di più dopo molto tempo (sui ritardi nella corresponsione degli indennizzi dovuti secondo la Pinto pendono ancora ben 3.900 ricorsi e ancora recentemente la Corte di cassazione con la sentenza delle Sezioni unite, 19 marzo 2014, n. 6312 (in Giur.It., 2014, 1631 ss., con nota di C. VANZ, Equo indennizzo per irragionevole durata del processo: un faticoso dialogo tra Corti) ha riaffermato il diritto delle parti a rivolgersi direttamente alla CEDU per ottenere l’indennizzo del danno derivante da questi ritardi, (occorrendo peraltro sperare che l’inottemperanza continuata del governo nei pagamenti non finisca col determinare una sorta di regressus ad infinitum). L’irragionevole durata dei processi italiani è alla base della pessima figura nelle classifiche del rapporto annuale Doing Business della Banca mondiale, anche se, osserva P. BIAVATI, Note sullo schema di disegno di legge delega di riforma del processo civile, in Riv.Trim:Dir.Proc.Civ., 2015, 210, nota 4, la classifica sarebbe poco attendibile, ad esempio perché non pare tenga in conto adeguato “il grave livello di corruzione dei giudici in molti paesi che

O fato é que, em análises mais recentes sobre a *Legge Pinto*, o diagnóstico revela diversos problemas. Além do já mencionado aumento gradual no número de reclamações à CEDH por insuficiência das indenizações fixadas pelo Judiciário Italiano com base na *Legge Pinto*, e do crescimento expressivo dos valores desembolsados com indenizações desta natureza há o mais curioso – e preocupante – fenômeno do efeito em cadeia das ações de indenização, chamado “*Pinto su Pinto*” (pedidos de indenização por demora excessiva do próprio processo de indenização por duração não razoável)²³³.

A *Legge Pinto* chegou a ser reformada em 2015 (Lei nº 208/2015), para instituir o “remédio preventivo”, que consiste na necessidade de o autor, antes de ingressar com a ação indenizatória com base na *Legge Pinto*, primeiro provocar o Juízo da causa requerendo a movimentação do processo por paralisação em prazo superior ao “razoável”, para só depois, persistindo a inércia, ingressar com a ação indenizatória. Apesar da tentativa do Estado Italiano de conter o número de processos com esse expediente, a CEDH, ao analisar o “remédio preventivo”, o considerou como uma condição meramente formal, por não proporcionar nenhum resultado prático ao pedido senão o de viabilizar a ação indenizatória com base na *Legge Pinto* (o pedido não faz com que o processo passe a ter tramitação prioritária nem impõe prazos específicos ao magistrado), afirmando que o condicionamento em questão viola o direito à duração razoável do processo previsto no art. 6º da Convenção, abrindo espaço para reclamações à CEDH sob esse fundamento²³⁴.

Quanto aos pedidos de indenização por duração não razoável do próprio processo de indenização fundado na *Legge Pinto*, a reação da jurisprudência italiana foi no sentido de definir que o conceito de que a “duração razoável” dos processos fundados na *Legge Pinto*

ci precedono in graduatoria”. Per ulteriori rilievi cfr. R. CAPONI, Doing Business come scopo del processo civile?, in Foro It., 2015, 10 ss.”

²³³ Francesca Graziani (*Le Riforme alla Legge Pinto al Vaglio della Corte Costituzionale*, pág. 388): “Ne è derivata una spirale perversa che non há impedito il proliferare dei ricorsi a Stasburgo e anzi ha avuto l’effetto a catena di: aumentare i procedimenti ‘a rischio Pinto’; di creare il paradossale fenomeno della ‘Pinto su Pinto’ (cioè la richiesta di nuovi risarcimenti per l’irragionevole durata dei giudizi risarcitori); e di far crescere in modo esorbitante il debito a carico del bilancio statale”.

²³⁴ Francesca Graziani (*Le Riforme alla Legge Pinto al Vaglio della Corte Costituzionale*, pág. 396) trata dessa sentença da Corte Europeia (chamada de sentença *Olivieri*), apontando que, a partir dela, a instituição do “remédio preventivo” é capaz de, paradoxalmente, gerar um aumento das demandas sobre violação ao direito à duração razoável do processo perante a Corte Europeia, justamente aquilo que a *Legge Pinto*, em sua origem, visava reduzir: “La sentenza *Olivier* espone a rischio di tenuta i rimedi preventivi introdotti dalla l. n. 208/2015, con il risultato assai paradossale che meccanismi procesuali congeniati per deflazionare il contenzioso Pinto potrebbero invece essere all’origine di una nuova impennata di ricorsi diretti a Strasburgo”

deveria ser o mesmo dos processos em geral (três anos em 1º Grau, dois anos no 2º Grau e um ano em “juízo de admissibilidade” de recursos para as Cortes Superiores), o que, evidentemente, contraria o espírito da própria *Legge Pinto*, atribuindo ao remédio o mesmo problema da doença que o originou. A CEDH, em diversos precedentes, condenou o Estado Italiano pela excessiva duração dos processos de indenização fundados na *Legge Pinto*, registrando que cumpre ao Estado já “inadimplente” um dever de diligência ainda mais acentuado para sanar a inércia anteriormente observada e que ensejou a demanda reparatória²³⁵. Com base nisso, a CEDH fixou o prazo de um ano como sendo o prazo máximo de tramitação do processo de indenização baseado na *Legge Pinto* em 1º Grau (*Corte d’appello*) e mais um ano no 2º Grau (*Corte di cassazione*).

Não fossem suficientes essas questões, que por si só mostram o quanto a *Legge Pinto*, sob o ponto de vista sistêmico e estrutural, não solucionou o problema da duração razoável dos processos (tendo talvez até o agravado), também na perspectiva individual dos jurisdicionados italianos a medida não se mostrou eficaz. Além das reclamações sobre a morosidade no trâmite das ações de ressarcimento e quanto ao valor das indenizações, há registros de enorme demora no pagamento das condenações, pois, ainda que o Estado Italiano tenha instituído regime especial de pagamento de indenizações resultantes de ações fundadas na *Legge Pinto*, mediante expedição de ofícios requisitórios²³⁶, consta que, em 2023, estavam sendo pagas as indenizações relativas a ofícios requisitórios recebidos até dezembro de 2017, ou seja, um intervalo de quase 6 anos entre o trânsito em julgado do processo e o pagamento respectivo²³⁷.

²³⁵ Francesca Graziani (*Le Riforme alla Legge Pinto al Vaglio della Corte Costituzionale*, pág. 402): I giudici di Strasburgo hanno più volte censurato l’eccessiva lunghezza dei giudici Pinto, sostenendo che lo Stato è tenuto a concludere il procedimento teso all’equa riparazione in tempi ipù celeri di quelli consentiti nell’ordinario processo di cognizione. Ciò perché incombe sullo Stato già inadempiente un peculiare onere di diligenza al fine di sanare la precedente inerzia nell’amministrazione dela giustizia”. Na mesma linha, Roberto Conti (*Legge Pinto - ma non solo - Corte di Cassazione e CEDU su alcune questioni ancora controverse*, pág. 5): “esigere che il ricorrente promuova un nuovo ricorso “Pinto” per lamentare la durata dell’esecuzione della decisione “Pinto” equivarrebbe a immetterlo in un circolo vizioso in cui il cattivo funzionamento di un rimedio lo costringerebbe ad avviarne un altro- Corte dir.uomo, 16 luglio 2013 – Ric. n. 29385/03 - Gagliardi c.Italia, p.39”.

²³⁶ Conforme informações do Ministério da Economia da Itália, Disponíveis em https://www.dag.mef.gov.it/dipartimento/normativa/funzioni_organizzazione/documenti/dm-30-settembre.pdf, acesso em 06.06.2023.

²³⁷ https://www.dag.mef.gov.it/aree-tematiche/indennizzi/eccessiva_durata_dei_processi/index.html, acesso em 06.06.2023.

Há relatos de condenações da CEDH por violação ao direito à duração razoável dos processos também contra Portugal²³⁸, que incorporou no direito interno a previsão de duração razoável do processo²³⁹, mas sem criar um mecanismo ressarcitório semelhante ao da *Legge Pinto*. Já na Espanha, também há previsão constitucional do direito a um processo sem dilações indevidas²⁴⁰, com a solução de reclamações por duração excessiva resolvidas internamente, sem nada que se assemelhe ao que se viu na Itália com a *Legge Pinto*²⁴¹.

Trazendo a experiência italiana para a realidade brasileira, é difícil não imaginar que os problemas observados na Itália não se replicariam no Brasil nas ações de indenização decorrentes de extinção do processo, por prescrição intercorrente, em razão de paralisação de responsabilidade do Estado-Juiz.

Primeiro, o ônus financeiro, ao Estado, que assumiu valores preocupantes na Itália, seria algo exponencialmente mais grave no Brasil se considerarmos a enorme quantidade de processos em trâmite e o potencial de casos que poderiam ser afetados pela prescrição intercorrente. Apesar de não dispormos de dados estatísticos sobre a quantidade de processos de conhecimento atualmente paralisados por prazo superior ao prazo de prescrição do direito subjetivo em que ele se fundamenta, é razoável supor que, em se reconhecendo a hipótese de extinção por prescrição intercorrente a este título, os réus “beneficiados” poderiam se movimentar e requerer a extinção dos processos respectivos, dando margem a centenas (ou milhares) de potenciais pedidos de indenização por parte dos autores prejudicados.

Segundo, temos a questão do assoberbamento do Poder Judiciário com ações de indenização para tratar da própria ineficiência do Estado-Juiz em resolver os conflitos. O fenômeno das ações de indenização por morosidade na resolução das próprias ações de

²³⁸ Segundo informações disponíveis no site da Ordem dos Advogados de Portugal, há 70 condenações do Estado Português pela CEDH entre 2011 e 2019, e 12 delas tratam de duração excessiva dos processo (<https://portal.oa.pt/publicacoes/informacao-juridica/jurisprudencia/tribunal-europeu-dos-direitos-humanos/tedh-acordaos-pronunciados-em-relacao-a-portugal-abril-2011-junho-2019/>, acesso em 06.06.2023).

²³⁹ Art. 2-1 do Código de Processo Civil Português: “A *proteção jurídica através dos tribunais implica o direito de obter, em prazo razoável, uma decisão judicial que aprecie, com força de caso julgado, a pretensão regularmente deduzida em juízo, bem como a possibilidade de a fazer executar*”.

²⁴⁰ Artigo 24.2 da Constituição Espanhola (“Todos têm direito ao juiz ordinário previamente determinado por lei, à defesa e à assistência de advogado, a ser informado da acusação contra si de duvida, a um processo público sem dilações indevidas e com todas as garantias”).

²⁴¹ José Rogério Cruz e Tucci (*Duração razoável do processo nos países da zona do euro*, pág. 1) relata que, na Espanha, “o Tribunal Constitucional espanhol tem decidido inúmeras reclamações, formuladas por meio de recurso de amparo, contra a indevida morosidade do processo, norteando-se na jurisprudência da Corte Europeia (...) tentando minimizar esse tormentoso problema, procurando também solucioná-lo intra muros”.

indenização fundadas na *Legge Pinto* (o *Pinto su Pinto*) é a representação máxima da ineficiência de um sistema fundado na reparação de danos, e não ao controle de prazos e adoção de mecanismos de racionalização da prestação jurisdicional. A constatação de que isso aconteceu, na prática, na experiência italiana, recomenda atenção redobrada ao se cogitar da admissão de um sistema reparatório para a prescrição intercorrente no processo de conhecimento.

Terceiro, quanto ao pagamento das condenações, não parece haver margem, no ordenamento jurídico brasileiro, para que as condenações em ações de indenização por extinção do processo por prescrição intercorrente observem regime diferente daquele aplicável ao pagamento dos demais créditos contra o Estado. O art. 100 da Constituição Federal impõe a observância da ordem cronológica e estabelece critérios de prioridade para créditos de natureza alimentícia (“aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em julgado”) e em função de condições pessoais do credor (“titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham 60 (sessenta) anos de idade, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência”), não fazendo sentido, lógico ou jurídico, criar regras especiais para o pagamento de indenizações por extinção do processo de conhecimento, sem inércia do autor, em razão da prescrição intercorrente. Assim, a exemplo do que aconteceu na Itália, o autor da ação, prejudicado pela perda de seu direito subjetivo em razão da inércia do Estado-Juiz, se veria na situação de, além de ter que iniciar uma ação de indenização contra o Estado e aguardar seu desfecho, ter que entrar na fila dos precatórios para receber o valor da condenação.

Como mencionado, a Itália não criou o *Legge Pinto* como uma estratégia legislativa para resolver o problema da morosidade dos processos, mas sim como um ato político para amenizar a pressão que sofria dentro da União Europeia pelo congestionamento da CEDH. Passados mais de 20 anos de vigência da lei, a análise dos problemas que surgiram a partir dela revela que, longe de causar melhorias estruturais, a *Legge Pinto* acabou dando origem a novos conflitos, em um ciclo vicioso de graves consequências.

O contexto brasileiro, nesse particular, é bem diferente, pois embora existam condenações impostas ao Estado Brasileiro pela Corte Interamericana de Direitos Humanos

quanto a violações do direito fundamental à duração razoável do processo, a quantidade ainda é pequena para que o tema gere real preocupação ao Governo Brasileiro. A relação do Estado Brasileiro com os demais países integrantes da Corte Interamericana, da mesma forma, é totalmente diferente da relação da Itália com os países da União Europeia, o que explica a preocupação do Estado Italiano com a pressão recebida da CEDH (possibilidade de aplicação de sanções econômicas e políticas aos estados-membros). No âmbito do Judiciário brasileiro, apesar de haver precedente do STJ fixando indenização por violação ao princípio da duração razoável do processo, trata-se, ao que consta, de um caso ainda isolado, que não pode ser tratado como uma tendência na jurisprudência dos Tribunais Superiores.

Isso não significa, contudo, que o estudo dos mecanismos de responsabilização do Estado-Juiz pela morosidade do processo (ou, como propomos nesse trabalho, pela extinção do processo de conhecimento em decorrência da prescrição intercorrente) não seja um tema relevante ou atual. Pelo contrário, é importante refletir sobre o tema, menos pelo procedimento das ações de indenização e mais pelas consequências de se admitir a responsabilização sob estes fundamentos.

Em termos procedimentais, apesar de existirem pronunciamentos na doutrina clamando pela edição de norma semelhante à *Legge Pinto* no Brasil, para proporcionar concretude ao direito fundamental à razoável duração do processo²⁴², as ações de indenização fundadas do sistema de responsabilidade civil tradicionais são plenamente suficientes para proporcionar a *equa riparazione* de que trata a *Legge Pinto*²⁴³. Presentes os elementos do Código Civil para a responsabilidade do agente (ato ilícito, dano e nexo causal – sem que se cogite de culpa por se tratar de responsabilidade objetiva do Estado), a ação de reparação deveria ser processada sem nenhuma distinção das derivadas de ilícitos de outra natureza.

²⁴² Daniela Cristina Mouta Gualberto e Rodrigo Frantz Becker, *A Demora na Tramitação do Processo Administrativo e Judicial. Brasil, Itália, O Silenzio Assenso e a Legge Pinto*, Publicações da Escola da AGU, pág. 159): “Diante dessa perspectiva jurisprudencial é que o Brasil poderia elaborar legislação semelhante à semelhança da *Legge Pinto* italiana, para dispor sobre meios e formas de se combater a demora na prestação jurisdicional, inclusive com a regulamentação de indenizações ao Estado pela mora na concretização do processo”.

²⁴³ Nesse sentido, José Augusto Garcia de Sousa (*A Tríade Constitucional da Tempestividade do Processo (em sentido amplo): celeridade, duração razoável e tempestividade estrutural*, Revista de Processo nº 280, pág. 97): “Ao contrário da Itália, que por meio da *Legge Pinto* previu expressamente a responsabilidade do Estado italiano pela irrazoável duração do processo, a legislação brasileira nada dispõe a respeito, o que é objeto de muitas críticas. Contudo, mesmo havendo a lacuna legal, pode-se sustentar a responsabilização do Estado, conforme mencionado um pouco acima, no item 4.3. De fato, não sendo alcançada a duração razoável, quer seja por ponderações equivocadas, quer seja por fatores empíricos daninhos, a indenização à parte lesada parece um efeito que guarda plena harmonia em relação à pujança constitucional do princípio (direito) à duração razoável.”

As consequências, como mencionado, é que constituem o ponto relevante do debate. Se, por coerência científica e integridade sistêmica, parece irrecusável a conclusão de que o processo de conhecimento paralisado por período superior ao prazo de prescrição *deve* ser extinto por prescrição intercorrente, lidar com as consequências desse raciocínio é fundamental. Admitir a tese para só depois da enxurrada de processos extintos (e de ações de indenização contra o Estado-Juiz) tratar dos efeitos é uma temeridade; se é verdade que a diferença entre o veneno e o remédio é a dose, o rigor técnico na análise dos institutos jurídicos, se não for aplicado com ponderação, pode levar a resultados catastróficos.

4.5.3. Reconhecimento da prescrição intercorrente no processo de conhecimento: causas e consequências.

O modelo constitucional de processo civil, inegavelmente, tem a *duração razoável dos processos* como um de seus vetores. Mais do que apenas garantir que os processos tramitarão e serão julgados em um prazo razoável, o preceito constitucional impõe que se proporcionem os *meios* para que isso se efetive; assim, se uma etapa morta do processo chega a superar o prazo que o titular dispõe para exercer o direito subjetivo de exigir a prestação, não há como diferenciar essa hipótese das demais presentes em nosso ordenamento jurídico de perda do direito material no curso do processo, aquilo que se convencionou chamar de prescrição intercorrente. Só porque o responsável pela paralisação do processo foi o Estado-Juiz, não se pode deixar de assegurar efetividade do processo ao réu, eternizando demandas. Em uma visão íntegra do sistema processual e do regime de prescrição adotado pelo direito material, a conclusão teórica nos parece inafastável.

Contudo, é nítido que o legislador, quando limitou a interrupção de prescrição a apenas um evento, quando criou um modelo de processo sincrético e quando passou a prever, de forma expressa, a extinção do processo por prescrição intercorrente no cumprimento de sentença e na execução, não pensou nesse possível *efeito colateral* de a prescrição intercorrente vir a se aplicar ao processo de conhecimento. Isso é nítido no dimensionamento dos prazos de prescrição (alguns bem curtos), na manutenção da distinção entre prescrição e decadência (com a possibilidade, já mencionada, de extinção de processos fundados em direitos potestativos por paralisação prolongada) e ao não equacionar de forma expressa a

dupla função da prescrição (*punição e pacificação*) na hipótese, que não é meramente teórica, de longa paralisação do processo de conhecimento.

Como mencionado, a extinção do processo de conhecimento por inércia do autor não gera maiores preocupações, pois a perda do direito subjetivo representa uma reação proporcional e razoável à conduta do titular do direito, que exerceu o direito constitucional de ação mas, depois de iniciado o processo, deixou de tomar providências necessárias para que a ação chegasse a seu termo. No sistema vigente, faz muito mais sentido e parece muito mais adequado que, havendo solução que permita a extinção do processo com resolução do mérito, ela seja preferível do que a mera extinção do processo por “abandono da causa”²⁴⁴.

No entanto, os inúmeros problemas que cercam a de extinção do processo de conhecimento por paralisação decorrente de inércia do Estado-Juiz revelam que o sistema processual *não está preparado* para lidar com esta hipótese. Apesar dos avanços da informática que permitem a identificação de processos paralisados por período prolongado ou mesmo a atividade correicional periódica para localizar “anomalias” desta natureza, faltam dados estatísticos sobre o problema, embora os relatos práticos indiquem que ele existe. Se por um lado admitir a extinção dos processos com a correlata responsabilização do Estado poderia servir como instrumento de pressão para que este tipo de situação (paralisação prolongada de processos) seja monitorada²⁴⁵, por outro a utilização indiscriminada desse expediente pode causar efeitos indesejáveis sobre o sistema processual.

Não há dúvidas de que a solução para abreviar o tempo de tramitação do processo (e eliminar as “etapas mortas” que tanto prejudicam a marcha processual) é a eficiente *gestão*

²⁴⁴ Solução que, como mencionado, não é de todo original, já sendo admitida em 2005 por Arruda Alvim e também em outros trabalhos sobre o tema. Veja-se, nesse sentido, Vitor Salino de Moura Eça (*Prescrição Intercorrente no Processo do Trabalho*, pág. 46): “Cogitando da prescrição intercorrente durante a cognição, preferimos sugerir que o julgador não mais extinga o processo a hipótese de abandono da causa pelo autor. Deverá mantê-lo arquivado provisoriamente enquanto não se ultime o prazo prescricional, que terá seu curso retomado por inteiro a contar do momento em que exigido o comparecimento pessoal da parte ou de sua intimação a tomar providências a seu cargo: será bastante que decorra o lapso prescricional atribuído ao direito material à pretensão para o pronunciamento, *ex officio*, da prescrição”.

²⁴⁵ Muito embora, importante esclarecer, a responsabilização do Estado seja desdobramento (e não causa) do direito fundamental à duração razoável do processo, como bem adverte José Augusto Garcia de Souza (*A Tríade Constitucional da Tempestividade do Processo (em sentido amplo): celeridade, duração razoável e tempestividade estrutural*, Revista de Processo n° 280, pág. 96): “Por outro lado, embora a responsabilização estatal possa realmente ser vista como desdobramento natural do princípio da duração razoável, tal efeito não se situa no núcleo duro, essencial, do princípio. Afinal, trata-se de uma proteção indireta do valor constitucional, feita de maneira retrospectiva. A responsabilização do Estado não tem o condão de fazer valer a duração razoável, ao modo de uma tutela específica, limitando-se a sancionar a duração *irrazoável*.”

processual. Nos últimos tempos, valiosos estudos vêm sendo escritos sobre o tema²⁴⁶, mas não se pode deixar de notar a abordagem reativa do Poder Judiciário a qualquer tentativa de normatizar a gestão dos processos. Um exemplo eloquente disso é o art. 12 do CPC/15, que dispõe que “os juízes e os tribunais atenderão, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão”. Originalmente, a redação do dispositivo tinha a forma imperativa (“deverão atender”), sendo a substituição pelo termo “preferencialmente” sintomática do receio do Poder Judiciário em lidar com os efeitos da quebra da regra da cronologia.

Também a utilização de técnicas de *governança judicial*, a fim de permitir que, no curso do processo, diante das circunstâncias específicas, o juiz possa, com a colaboração das partes, alterar o procedimento ou as técnicas processuais que vinham sendo aplicadas²⁴⁷, não são exatamente bem recebidas pelo Poder Judiciário. Apesar da possibilidade teórica de celebração de convenções processuais, com fundamento no art. 190 do CPC (“versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo”), temos já pronunciamentos do Superior Tribunal de Justiça limitando a aplicação das convenções processuais quando estas interferirem na “situação jurídica do magistrado”²⁴⁸, esvaziando a aplicação do instituto.

Na verdade, sustentar que eliminar o processo que se encontra paralisado em razão da prescrição intercorrente vai resolver o problema da morosidade equivale a defender que guinchar o veículo parado na via pública vai melhorar o trânsito. Na ótima analogia de Heitor

²⁴⁶ Dentre eles, destacamos a obra de Hannah Pereira Alff (*Gestão Judiciária e Técnicas do Processo Agregado*), que trata do tema com enfoque na otimização dos processos coletivos; a de Claudia Elisabete Schwerz Cahali (*O Gerenciamento de Processos Judiciais: em busca da efetividade da prestação jurisdicional*), enfatizando a importância da segurança jurídica na expectativa dos litigantes quando à resolução da controvérsia; e de Erik Navarro Wolkart (*Análise Econômica do processo civil: como a economia, o direito e a psicologia podem vencer a tragédia da justiça*), que com uma visão multidisciplinar propõe formas de se proporcionar uma gestão processual mais eficiente e superar a “tragédia da justiça” (incapacidade do judiciário de suprir as necessidades sociais de apreciação judiciária de modo eficiente).

²⁴⁷ Sobre o tema, a tese de doutorado de Fábio Peixinho Gomes Corrêa (*Governança judicial – modelos de controle das atividades dos sujeitos processuais*, pags. 219/220).

²⁴⁸ Tivemos a oportunidade de tratar sobre o tema no artigo *Negócios Jurídicos Processuais e o Poder de Julgar: limites objetivos das convenções processuais*, publicado na Revista de Processo nº 327, págs. 109/125. No artigo, tratamos dos precedentes do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema (Recursos Especiais 1.738.656/RJ e 1.810.444-SP), que reconheceram a impossibilidade de as partes estabelecerem convenções processuais que interfiram na “situação jurídica do magistrado”, defendendo que o único limite objetivo plausível aos negócios jurídicos processuais é o modelo constitucional de processo civil.

Sica, comparando soluções legislativas para a melhorar a celeridade processual com as medidas de organização do tráfego viário²⁴⁹, que sempre miram as questões individuais ao invés de buscar soluções coletivas, nada garante que os processos demorariam menos se as anomalias (ou seja, os processos paralisados há muito tempo) fossem eliminadas. Entretanto, é inegável que aumentar a carga de responsabilidade do Juiz por sua inércia é um estímulo à melhor gestão da atividade jurisdicional, estabelecendo critérios cronológicos claros e objetivos para ordenação dos processos e alocação dos recursos materiais e humanos do Poder Judiciário (ainda que a fixação de critérios cronológicos não constitua a única – e nem a principal – forma de gestão processual).

²⁴⁹ Heitor Vitor Mendonça Sica, *Congestionamento Viário e Congestionamento Judiciário*, Revista de Processo nº 236, pág. 13: “O sistema judiciário brasileiro pode ser comparado aos sistemas viários das grandes cidades. A “taxa de congestionamento” de seus órgãos é periodicamente medida pelo Conselho Nacional de Justiça, com frequência revelando a insuficiência de sua capacidade em face da demanda da sociedade pelos serviços judiciários. Apesar dos mais diversos esforços, o congestionamento judicial segue tendência de aumento trazendo consigo diversos malefícios manifestos para o país: volumes expressivos de riquezas deixam de circular na economia enquanto objeto de disputas judiciais; o sistema bancário restringe o crédito, e cobra muito caro por ele, sabedor de que sua eventual recuperação tende a ser demorada, custosa e de eficácia incerta; o Estado se vê compelido a dedicar cada vez mais recursos para o Poder Judiciário, sem que se possam constatar resultados visíveis e duradouros em termos de redução do congestionamento judicial.”

5. Conclusões.

Ao longo do presente trabalho, procuramos, inicialmente, fixar as bases do tema da “prescrição intercorrente” no conceito de prescrição, expandindo sua acepção tradicional de exercício de uma pretensão para entendê-la como o direito subjetivo de se exigir uma prestação, com a sua dupla função: punir o titular do direito por sua inércia e pacificar as relações sociais, as quais denominamos *prescrição-punição* e *prescrição-estabilização*. Ainda no plano do direito material, tecemos considerações sobre a decadência (para entender como aplicar a extinção do processo por “prescrição intercorrente” às ações fundadas em direitos potestativos) e sobre as causas que interferem no curso da prescrição, com especial enfoque na regra do art. 202 do Código Civil, que determina que a prescrição só pode ser interrompida uma única vez.

Com base nessas premissas de direito material, a conclusão, sobre a extensão do efeito interruptivo da prescrição (retratada nos art. 202, I, do Código Civil e 240, § 1º, do CPC), é de que ela se aplica exclusivamente à extinção do processo sem resolução do mérito, hipótese em que, não tendo ocorrido causa interruptiva anterior, o titular do direito material poderá ingressar com nova ação, com prazo prescricional renovado e com termo inicial a data do trânsito em julgado da sentença de extinção. Tendo ocorrido a extinção do processo com resolução de mérito, sem que tenha havido o reconhecimento da prestação exigida pelo autor, qualquer discussão acerca da interrupção de prazo prescricional nos parece inócua, pois a prestação já foi exigida judicialmente e a propositura de nova ação é obstada pela incidência dos efeitos da coisa julgada.

Com isso, sustentamos que aquilo que se convencionou chamar de “prescrição intercorrente”, expressão que abrange a extinção do processo pela ausência de pedido de tutela executiva, ausência de bens penhoráveis e outras hipóteses correlatas, não parece propriamente retratar uma hipótese de prescrição, e sim de um fenômeno processual que é o da extinção do processo, com a perda do direito subjetivo em que ele se fundamenta, mesmo tendo sido já exercido, pelo titular, o direito de exigir a prestação.

Sobre as hipóteses de prescrição intercorrente previstas de forma expressa no CPC, aplicáveis ao processo de execução e ao cumprimento de sentença, formulamos proposta de sistematização, tratando das hipóteses de *extinção do cumprimento de sentença ou da execução por inércia do exequente*, a *extinção do cumprimento de sentença ou da execução por não localização do executado* e a *extinção do cumprimento de sentença ou da execução por não localização de bens penhoráveis*

Quanto à primeira hipótese (*extinção do cumprimento de sentença ou da execução por inércia do exequente*), ela ocorre quando o credor, vencedor da ação, deixar de iniciar a fase de cumprimento de sentença, mantendo-se inerte por prazo superior ao prazo de prescrição do direito material, bem como quando se constata a paralisação do processo, decorrente da falta da prática de ato de responsabilidade do exequente, por período superior ao da prescrição do direito material objeto do título executivo.

No primeiro caso, ressaltamos que, no processo sincrético, como o cumprimento de sentença não é um “novo processo”, e sim uma nova fase processual, e cujo início depende da iniciativa do credor, sua inércia por prazo superior ao prazo de prescrição deve levar à extinção do processo, com a perda do direito de exigir a prestação.

No segundo caso, defendemos que, embora o art. 921 do CPC trate expressamente de apenas duas hipóteses (não localização do executado e não localização de bens), há diversas outras de paralisação do processo por inércia do credor que podem resultar em sua extinção por “prescrição intercorrente”, sendo inadequado aplicar ao caso a mera extinção, sem resolução do mérito, por “abandono processual”. Nesse particular, destacamos a relevância de se verificar se o ato que causou a paralisação é de responsabilidade exclusiva do credor, bem como o conceito de “movimentação útil” da execução, pois não é qualquer ato do credor que se mostra suficiente para descaracterizar a sua inércia (que não é rompida, por exemplo, por sucessivos pedidos de suspensão do processo).

Sobre a segunda hipótese (*extinção do cumprimento de sentença ou da execução por não localização do executado*), explicamos que esta inovação trazida pela Lei nº 14.195/21, inspirada no art. 40 da Lei de Execuções Fiscais e no Tema nº 566 do STJ e destacamos que, diferente do que ocorre na primeira hipótese (ligada à inércia do credor e à ideia de

prescrição-punição), ela decorre da outra função da prescrição, a de pacificação social e não eternização dos litígios (*prescrição-estabilização*), aplicando a um fato processual (esgotamento das tentativas de localização do réu) o efeito de extinguir o processo, com a perda do direito material após o decurso do prazo prescricional.

A terceira hipótese (*extinção do cumprimento de sentença ou da execução por não localização de bens penhoráveis*) se assemelha à segunda quanto a seus efeitos e sua função (não eternização de processos cuja finalidade se frustrou), mas difere quanto à causa. A extinção do processo pela não localização de bens penhoráveis está relacionada com o princípio da patrimonialidade da execução e à constatação de que o direito subjetivo a uma prestação de pagar quantia só se concretiza com bens, e se estes não existem, ou não são localizados, a execução é frustrada.

Para a segunda e terceira hipótese, abordamos o cenário em que, depois da extinção do cumprimento de sentença ou da execução por não localização do executado ou por ausência de bens penhoráveis, o exequente localiza vier a descobrir o paradeiro do executado ou localizar bens penhoráveis. No sistema atual, sustentamos o cabimento da Ação Rescisória, com base em “prova nova”, registrando a sugestão de se criar uma solução mais prática e menos onerosa ao exequente, como se fez, por exemplo, com a revisão da tutela de urgência estabilizada (art. 304 do CPC).

Após esta proposta de sistematização, passamos a tratar da possibilidade de aplicação da prescrição intercorrente ao processo de conhecimento, tema mais espinhoso por não se encontrar diretamente previsto na lei processual em vigor. Para analisar a hipótese, procuramos explicar a extensão e alcance do direito fundamental à duração razoável do processo (e sua incorporação ao “modelo constitucional de processo civil”), bem como a identificação dos critérios para dimensionar a duração razoável, para concluir que, apesar de a duração razoável do processo ser um conceito jurídico indeterminado, é possível extrair do sistema processual critérios objetivos para sua fixação (complexidade do caso, conduta das partes, conduta do Juiz e auxiliares da justiça, importância do objeto do processo para o autor e, essencialmente, o direito a um processo sem dilações indevidas).

Também destacamos a necessidade de se enxergar o direito à duração razoável do processo como uma via de mão-dupla, na medida em que há também um direito do réu à efetividade da prestação jurisdicional. Embora seja certo que “a demora do processo não pode prejudicar o autor que tem razão”, não há como ignorar que a eternização de demandas pode vir a causar danos ao réu, em especial sob a perspectiva da função “pacificadora” da prescrição (*prescrição-estabilização*).

Nesse contexto, tratamos da primeira hipótese de “prescrição intercorrente” no processo de conhecimento, que consiste na possibilidade de se extinguir o processo, com resolução de mérito, na hipótese deste, por inércia do autor, ficar paralisado por prazo superior ao prazo de prescrição do direito subjetivo de exigir prestação. Embora a regra seja a movimentação do processo por “impulso oficial” e a extinção da ação por “abandono de causa” por inércia do autor superior a 30 dias (com a perda do direito material apenas depois de três extinções por abandono, acarretando a preempção), não se pode ignorar a hipótese de o autor se manter inerte por prazo muito superior, excedendo o prazo de prescrição do direito subjetivo de exigir prestação. No contexto de que a garantia fundamental da duração razoável do processo impõe que se proporcionem os *meios* para que ela se efetive e pela necessidade de se assegurar a efetividade do processo também para o réu, nos parece que, havendo a possibilidade de se resolver o mérito, extinguindo o processo por prescrição intercorrente, o Juiz não apenas pode, mas deve assim o fazer (inclusive por conta primazia do julgamento do mérito). Com a ressalva de que a inércia do autor deve estar ligada à prática de ato de sua exclusiva responsabilidade, concluímos ser perfeitamente compatível com o sistema processual em vigor a extinção do processo, com resolução de mérito, em decorrência de paralisação por prazo superior ao prazo de prescrição do direito subjetivo de exigir prestação (e também por prazo superior ao de decadência, nas ações fundadas em direito potestativo), caso essa paralisação decorra de inércia do autor.

Já sobre a segunda hipótese, de extinção do processo, com resolução de mérito, caso este fique paralisado por prazo superior ao prazo de prescrição ou decadência, sem que se cogite de inércia do autor, sustentamos que, embora essa ideia seja rechaçada pela doutrina tradicional²⁵⁰, o art. 921 do CPC, ao tratar da extinção da execução e do cumprimento de sentença por não localização do executado ou de bens passíveis de penhora, já rompeu o

²⁵⁰ Citamos Arruda Alvim como maior expoente dessa objeção (*Da Prescrição Intercorrente*, pág. 29).

dogma de que não há prescrição intercorrente senão por inércia do autor. Mostramos também que a extinção do processo por prescrição intercorrente, em razão da ausência de prática de atos pelo Estado há muito admitida em outros ramos do direito, em que o Estado igualmente exerce seu poder de coerção, em especial no Direito Penal e no Direito Administrativo. Em recente alteração legislativa, a Lei de Improbidade Administrativa passou a prever hipóteses que denominou “prescrição intercorrente” (mas que se tratam em verdade de “prescrição interfases”) que vinculam a duração de cada fase do processo a um prazo equivalente a metade do prazo prescricional, impondo a extinção do processo pelo decurso do lapso temporal, sem se cogitar de inércia (das partes ou mesmo do Estado-Juiz).

Se a ideia de prescrição intercorrente sem inércia do autor causa algum incômodo, por se estar punindo quem a princípio não causou a paralisação, a constatação de que há conformismo quando essa mesma perda do direito afeta um direito da coletividade (de punir o infrator ou criminoso), mostra que isso ocorre não por coerência no raciocínio jurídico, mas porque é mais fácil assimilar a perda do direito quando o prejuízo é socializado, e não individualizado.

A coerência, nesse contexto, e em especial pelo direito fundamental à duração razoável dos processos e pela necessidade de proporcionar ao réu a efetividade processual, impõe que a paralisação do processo de conhecimento paralisado por prazo superior ao de prescrição do direito material em que ele se fundamenta seja extinto por prescrição intercorrente, seja por inércia do autor, seja por inércia do Estado-Juiz. Em que pese a convicção de que esta é uma conclusão correta do ponto de vista teórico, passamos, em seguida, a examinar as suas consequências, analisando a responsabilidade civil do Estado-Juiz perante o autor que teve seu direito fulminado pela prescrição.

Ao examinar as hipóteses de responsabilidade civil do Estado-Juiz, verificamos que a paralisação do processo é um caso claro de deficiência na prestação do serviço público, que enseja o dever de indenizar. Se o ônus de aguardar o tempo de tramitação de um processo constitui um risco judicial normal imposto ao autor, a perda do direito material pela paralisação prolongada da ação caracteriza risco judicial anormal que, assim, constitui ato ilícito do Estado-Juiz, passível de responsabilização. Nesse contexto, ainda que não se trate de caso de prescrição intercorrente, tratamos de julgado do Superior Tribunal de Justiça

reconhecendo a responsabilidade civil do Estado-Juiz pela demora de dois anos e meio em determinar a citação do réu em ação de alimentos²⁵¹, invocando precedentes da Corte Interamericana de Direitos Humanos em que o Estado Brasileiro foi condenado pela morosidade da atuação do Poder Judiciário. Seguindo a mesma linha de raciocínio, seria possível cogitar da responsabilidade civil do Estado-Juiz na hipótese de prescrição intercorrente sem inércia do autor, por aplicação da teoria da perda de uma chance (o autor perdeu a oportunidade de ver seu direito reconhecido em razão da omissão do Poder Judiciário), bem como no ressarcimento do dano extrapatrimonial decorrente da frustração experimentada pelo autor com a espera pela prestação jurisdicional.

Aprofundando a análise das consequências de se admitir a aplicação da prescrição intercorrente nesta hipótese, tratamos da experiência italiana com a edição, em 2001, de uma lei sobre a responsabilização do Estado-Juiz pela demora excessiva na condução dos processos (*Legge Pinto*), que depois de 20 anos demonstrou mais problemas do que soluções, com diversas críticas por parte da doutrina e com várias tentativas de solucionar tais problemas com reformas legislativas pontuais. Transportando a experiência italiana para a realidade brasileira, é possível verificar que os principais problemas experimentados na Itália tenderiam a se repetir no Brasil, como o enorme ônus financeiro causado por estas indenizações, o efeito multiplicador de demandas (ações contra o Estado para tratar da extinção de ações contra particulares extintas por inércia do Estado) e o ciclo vicioso das ações de reparação decorrentes da demora nas próprias ações de reparação, sem falar na demora na satisfação do crédito do autor lesado (pela via do precatório).

Por isso, nossa conclusão foi de que, muito embora do ponto de vista teórico seja inegável que a extinção do processo de conhecimento por prescrição intercorrente, sem inércia do autor, não apenas é possível, mas um imperativo do sistema vigente, o sistema processual brasileiro ainda não está preparado para lidar com esta hipótese. A admissão da hipótese, se por um lado tem o benefício de servir como instrumento de pressão para que este tipo de situação (paralisação prolongada de processos) seja monitorada e evitada, por outro pode causar efeitos indesejáveis sobre o sistema processual, de impossível dimensionamento em razão da ausência de dados estatísticos a respeito da quantidade de processos paralisados que seriam afetados pela prescrição intercorrente.

²⁵¹ Recurso Especial nº 1.383.776-AM, 2ª Turma, Rel. Min. Og Fernandes, j. em 06.09.2018.

O fato é que é importante discutir sobre a possibilidade de aplicar a prescrição intercorrente no processo de conhecimento, ponderando prós e contras de se admitir a hipótese, e minimamente normatizar o tema. Aplicar diretamente os prazos de prescrição do direito material para dimensionar os prazos máximos de paralisação do processo, apesar de ser, no sistema vigente, a única solução possível, não é, nem de longe, a solução mais adequada, pois nitidamente os prazos de prescrição (encurtados pelo Código Civil de 2002) não foram pensados para sua aplicação na prescrição intercorrente, e muito menos os prazos de decadência, que, como visto, devem ser aplicados também. O processo legislativo de revisão do Código Civil de 2002, recém iniciado, certamente trará oportunidades para que o tema seja discutido, diante dos inegáveis influxos do direito material sobre as regras de prescrição intercorrente.

De forma mais ampla, deve-se avaliar o tema no contexto da discussão de técnicas de governança judicial e otimização da prestação jurisdicional. O reconhecimento da prescrição intercorrente é apenas *um dos meios* de proporcionar a duração razoável do processo, e certamente o mais indesejável deles, por constituir um reflexo da incapacidade do Estado-Juiz em concretizar a garantia constitucional. Ele constitui apenas uma peça no intrincado quebra-cabeça da construção de um sistema processual equilibrado e que garanta prazos razoáveis de duração do processo sem abrir mão da qualidade da prestação jurisdicional.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABDO, Helena Najjar. *O Abuso do Processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

ALFF, Hannah Pereira. *Gestão Judiciária e Técnicas do Processo Agregado*. Londrina: Troth, 2021.

ALVES, Vilson Rodrigues. *Da prescrição e da decadência no novo Código Civil*. Campinas: Servanda, 2006.

AMORIM FILHO, Agnelo. *Critério científico para distinguir a prescrição da decadência e para identificar as ações imprescritíveis*. Revista dos Tribunais, Volume 300, 1960.

ANTUNES, Ana Filipa Morais. *Algumas Questões Sobre Prescrição e Caducidade*. In: *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Sérvulo Correia*. Lisboa: Coimbra Editora, 2010.

ARRUDA, Eloisa de Sousa. CURVELO, Julia Pereira. *Principais mudanças introduzidas pela nova Lei de Improbidade Administrativa (Lei 14.230/2021)*. Revista de Direito Constitucional e Internacional, Vol. 138, pág. 187. São Paulo: RT, 2023.

ARRUDA ALVIM, José Manoel de. *Da Prescrição Intercorrente*. In: CIANCI, Mirna (Coord.). *Prescrição no Código Civil*. São Paulo: Saraiva, 2011.

ASSIS, Araken de. *Duração Razoável do Processo e Reforma da Lei Processual*. In: FUX, Luiz; NERY JUNIOR, Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Processo e*

Constituição: Estudos em Homenagem ao Professor José Carlos Barbosa Moreira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

_____. *Manual da Execução.* 11ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Notas sobre Pretensão e Prescrição no Sistema do Novo Código Civil Brasileiro.* Revista da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, Vol. 19. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em <http://www.ablj.org.br/revistas/revista22/> Acesso em 18.04.2023.

_____. *O Desafio da Celeridade na Prestação Jurisdicional.* Revista da EMERJ nº 9. Rio de Janeiro: TJRJ, 2006.

BARROSO, Luís Roberto. *A prescrição administrativa no direito brasileiro antes e depois da Lei 9.873/99.* In: *Ciência jurídica*, v. 18, n. 118, p. 20-45, jul./ago., 2004, p. 22

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Efetividade do Processo e Técnica Processual.* São Paulo: Malheiros, 2006.

BERMUDES, Sergio. *A Favor do Contra.* Revista de Processo nº 65. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.

BEVILÁQUA, Clóvis. *Theoria Geral do Direito Civil.* Campinas: Red Livros, 1999.

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal.* Parte geral. São Paulo: Saraiva, 2008.

BOTTINI, Pierpaolo Cruz. RENAULT, Sérgio. *Os caminhos da reforma*. In Revista do Advogado nº 85. São Paulo: Associação dos Advogados de São Paulo, 2006.

BRANDAC, Monique. *Les Tendances Récentes de Le Prescription Extinctive en Droit Français*. In: *Revue Internationale de Droit Comparé*. Volume 46. Paris: 1994. Disponível em https://www.persee.fr/doc/ridc_0035-3337_1994_num_46_2_4878#:~:text=11.,du%20d%C3%A9lai%20de%2010%20ans.

Acesso em 03.10.2023.

BUENO, Cassio Scarpinella. *Curso Sistematizado de Direito Processual Civil*, Vol. I. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. *Tutela Antecipada*. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. *A Nova Etapa da Reforma do Código de Processo Civil*, Vol. 1. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CAHALI, Claudia Elisabete Schwerz. *O Gerenciamento de Processos Judiciais: em busca da efetividade da prestação jurisdicional*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013.

CÂMARA, Alexandre Freitas. *Repensando a Prescrição*. Rio de Janeiro: Atlas, 2023.

_____. *O Direito à Duração Razoável do Processo: entre eficiência e garantias*. Revista de Processo nº 223. São Paulo: RT, 2013.

CAMARA LEAL, Antonio Luís da. *Da Prescrição e da Decadência*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CARNEIRO, Athos Gusmão. *Da Antecipação de Tutela*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

CARNELUTTI, Francesco. *Instituições do Processo Civil*. Vol. II. Campinas: Servanda, 1999.

CARVALHO DE MENDONÇA, José Xavier. *Tratado de Direito Comercial*, Vol. VI, Livro IV. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1961.

CASTRO, Amílcar de. *Lições de Direito Processual Civil e Direito Internacional Privado*. Belo Horizonte: Editora do Brasil, 2000.

CHAMONE, Marcelo Azevedo. *Prescrição e Decadência: Proposta de Definição e Identificação dos Institutos a partir de uma Perspectiva histórica e de Direito Comparado*. Tese de Doutorado em Direito. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2019.

CHIARLONI, Sergio. *Sempre Aperto il Cantiere delle Riforme del Processo Civile: Prime Riflessioni su Trasferimento in Arbitrato e Negoziazione Assistita ex Legge 162 del 2014*, Revista de Processo nº 244. São Paulo: RT, 2015.

- CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de Direito Processual Civil*. Vol. III. 1ª Ed. Campinas: Bookseller, 1998.
- COMOGLIO, Luigi Paolo. *Durata Ragionevole del Giudizio e Forme Alternative di Tutela*, Revista de Processo nº 151. São Paulo: RT, 2007.
- CONTI, Roberto. *Legge Pinto - ma non solo - Corte di Cassazione e CEDU su alcune questioni ancora controverse*. Questione Giustizia março de 2015. Disponível em https://www.questionegiustizia.it/articolo/legge-pinto-ma-non-solo-corte-di-cassazione-e-cedu-su-alcune-questioni-ancora-controverse_23-03-2015.php. Acesso em 19.06.2023.
- CORRÊA, Fábio Peixinho Gomes. *Governança judicial – modelos de controle das atividades dos sujeitos processuais*. Tese de doutorado apresentada à Universidade de São Paulo, 2008.
- CORREIA, Atalá. *Prescrição: Entre Passado e Futuro*. São Paulo: Almedina, 2021.
- COSTA E SILVA, Paula. *Responsabilidade por Conduta Processual – Litigância de Má-Fé e Tipos Especiais*. São Paulo: Almedina, 2022.
- COUTURE, Eduardo. *Fundamentos do Direito Processual Civil*. Campinas: Red Livros, 1999.

_____. *Interpretação das Leis Processuais*. 4ª Edição. São Paulo: Forense, 2001.

DIAS, Ronaldo Bretãs de Carvalho. *Direito à Jurisdição Eficiente e Garantia da Razoável Duração do Processo na Reforma do Judiciário*. Revista de Processo nº 128. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

DIDIER JR, Fredie. *Curso de Direito Processual Civil*. Vol. 1. 19ª Edição. Salvador: Jus Podivm, 2017.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instrumentalidade do Processo*. 3ª Ed. São Paulo: Malheiros, 1993.

_____. *Nova Era do Processo Civil*. 2ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

_____. *Instituições de Direito Processual Civil*. Vol. IV. São Paulo: Malheiros, 2005.

EÇA, Vitor Salino de Moura. *Prescrição Intercorrente no Processo do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2008.

FERRAZ, Leslie. *Juizados Especiais Cíveis e Duração Razoável do Processo – Uma Análise Empírica*. Revista de Processo nº 245. São Paulo: RT, 2016.

FIORI, Thiago Moreto. *Prescrição Intercorrente no Processo de Execução: limitação temporal ao processo sob a égide constitucional*. Curitiba: Juruá, 2014.

FRANCO, Ary Azevedo. *A Prescrição Extintiva no Código Civil Brasileiro*. 2ª Edição. São Paulo: Freitas Bastos, 1950.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca. *Técnicas de aceleração do processo (uma análise crítica à luz de dados estatísticos)*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. FRANCO, Fernão Borba. CRUZ, Luana Pedrosa de Figueiredo. GOMES JUNIOR, Luiz Manoel. FAVRETO, Rogerio. *Comentários à Nova Lei de Improbidade Administrativa*. 6ª Edição, São Paulo: RT, 2023.

GASPARETTI, Marco Vanin. *Competência Internacional*. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. *A Duração Razoável do Processo e as Reformas da Lei Processual*. In: *Processo Civil em Movimento*. São Paulo, Editora Conceito, 2013.

_____. *Honorários Advocatícios no CPC Reformado: Ressurgimento da Polêmica Sobre o Cabimento de Honorários em Sede de Execução*. In: *Aspectos Polêmicos da Nova Execução* (org. Cassio Scarpinella Bueno). São Paulo: RT, 2008.

_____. Negócios Jurídicos Processuais e o Poder de Julgar: limites objetivos das convenções processuais. Revista de Processo nº 327. São Paulo: RT, 2021.

GOMES, Orlando. *Introdução ao Direito Civil*. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

GOMES JUNIOR, Luiz Manoel. RODRIGUES, João Paulo Souza. BORGES, Sabrina Nunes. *Retroatividade da nova Lei de Improbidade Administrativa: propostas para o tratamento adequado da Lei 14.230/2021 sobre processos em curso*. Revista de Processo nº 329. São Paulo: RT, 2022.

GUALBERTO, Daniela Cristina Mouta. BECKER, Rodrigo Frantz, *A Demora na Tramitação do Processo Administrativo e Judicial. Brasil, Itália, O Silenzio Assenso e a Legge Pinto*. Publicações da Escola da AGU. Revista Conteúdo Jurídico. Disponível em: <https://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/42784/a-demora-na-tramitacao-do-processo-administrativo-e-judicial-brasil-italia-o-silenzio-assenso-e-a-legge-pinto>. Acesso em: 19.06.2023.

HOFFMAN, Paulo. *Razoável Duração do Processo*. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

KLAUS, Ben-Hur Silveira. *A Prescrição Intercorrente na Reforma Trabalhista introduzida pela Lei 13.467/2017*. Revista de Processo nº 190. São Paulo: RT, 2018.

- LEAL, Luis Francisco de Castro. *A Prescrição Intercorrente no Código Civil Brasileiro*. Dissertação de Mestrado na Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1995. Disponível em <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/73709/D%20-%20D%20-%20LUIZ%20FRANCISCO%20DE%20CASTRO%20LEAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y> (acesso em 21.09.2023).
- LEVY, Daniel. *O Dano de Processo Lento*. Revista Trimestral de Direito Civil nº 9. Rio de Janeiro: Padma, 2008.
- LOPES, João Batista. *Princípio da Proporcionalidade e Efetividade do Processo Civil*. In: Estudos de Direito Processual Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- LOPES Jr., Aury. BADARÓ, Gustavo Henrique. *Direito Processual Penal no Prazo Razoável*. Rio de Janeiro: Lumen, 2006.
- LUCON, Paulo Henrique dos Santos. *Duração Razoável e Informatização do Processo nas Recentes Reformas* Revista Eletrônica de Direito Processual. Vol. VI. Pág. 514.
- _____. *O Novo Regime do Agravo (Lei nº 11.187/2005)*. In Revista do Advogado nº 85. São Paulo: Associação dos Advogados de São Paulo, 2006.
- _____. BUENO, Cassio Scarpinella. ARSUFFI, Arthur Ferrari. *Parecer do IBDP acerca da inconstitucionalidade da Lei Federal 14.195/2021*. Revista de Processo. Vol. 327. São Paulo: Ed. RT, maio 2022.

MARCATO, Antonio Carlos. *Interrupção da Prescrição: o inciso I do artigo 202 do Código Civil*. In: CIANCI, Mirna (Coord.). *Prescrição no Código Civil: uma análise interdisciplinar*. São Paulo, Saraiva, 2006.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Antecipação de Tutela*. 9ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

_____. *Tutela Antecipatória, julgamento antecipado e execução imediata da sentença*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

MARQUESI, Roberto Wagner. *Prescrição e Decadência: Traços Distintivos e Aspectos Controvertidos no Código Civil*. Revista de Direito Privado da UEL, Vol. 1. Número 3. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/direitoprivado/> (acesso em 17.04.2023)

MATTOS, Bruno Ferreira Bini de. *Processo e prescrição civil: não automaticidade da prescrição no modelo constitucional do processo civil brasileiro*. Curitiba: Juruá, 2010.

MAZZOLLA, Marcelo. *Silêncio do Juiz no Processo Civil (Inércia, Omissão Stricto Sensu e Inobservância e Seus Mecanismos de Impugnação)*. São Paulo: Jus Podivm, 2023.

MIRANDA, Pontes de. *Tratado das Ações*. Tomo II, 2ª Edição. São Paulo: RT, 1974.

_____. *Tratado de Direito Privado*. Tomo V. São Paulo: RT, 1955.

MODESTO, Paulo. *Responsabilidade do Estado pela demora na prestação jurisdicional*.

Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado (RERE) nº 13. Salvador: Instituto Brasileiro de Direito Público, 2008. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com.br/rere.asp>, acesso em 05.06.2023.

NAVES, Nilson Vital. *Prescrição e Decadência no Direito Civil*. Revista da Faculdade de Direito da UFMG nº 4. Belo Horizonte, 1964.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção Neves. *Manual de Direito Processual Civil*. 9ª Edição. Salvador: Jus Podivm, 2017.

NERY JUNIOR, Nelson. *Princípios do Processo Civil na Constituição Federal*. 8ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

NEVES, Gustavo Kloh Muller Neves. *Prescrição e Decadência no Direito Civil*. 2ª Edição. São Paulo: Lumen Juris: 2008.

NIGRO, Casimiro. *La Legge “Pinto” – Genesi e Ragioni*. CEDU – Convenzione Europea del Diritti Umani. Disponível em www.unilink.it/cedu. Acesso em 06.06.2023.

NUNES, Jorge Amaury Maia. *Prescrição extintiva e prescrição intercorrente vistas sob a ótica do novo CPC - Parte II*. Migalhas, 29.03.2017. Disponível em <https://migalhas.uol.com.br/coluna/processo-e-procedimento/256480/prescricao-extintiva-e-prescricao-intercorrente-vistas-sob-a-otica-do-novo-cpc-parte-ii>. Acesso em 09.05.2023.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro. *Direito Material, Processo e Tutela Jurisdicional*, in MACHADO, Fábio Cardoso. AMARAL, Guilherme Rizzo. *Polêmica sobre a ação: a tutela jurisdicional na perspectiva das relações entre direito e processo*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. NEVES, Daniel Amorim de Assumpção. *Improbidade Administrativa – Direito Material e Processual*. 9ª Edição (revista e atualizada de acordo com a Lei nº 14.230/2021). Rio de Janeiro: Forense, 2022.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*. 18ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

PIOMBO, Domenico. *Equa Riparazione per Irragionevole Durata Del Processo: Appunti Sulla Disciplina Della c.d. Legge Pinto Dopo Le Modifiche Introdotte Dall'art. 55 d.l. 22 Giugno 2012 n. 83, Convertito, Con Modificazioni, Dalla l. 7 Agosto 2012 n. 134*. Il Foro Italiano, Vol. 136, 2013, Disponível em https://www.jstor.org/stable/23392401?read-now=1&oauth_data=eyJlbWFpbCI6Im12Z2FzcGFyZXR0aUBnbWFpbC5jb20iLCJpbnN0aXR1dGlvbklkcyI6W119&seq=2#page_scan_tab_contents. Acesso em 19.06.2023.

RIBAS, Antonio Joaquim. *Consolidação do Processo Civil Commentada pelo Conselheiro Dr. Antonio Joaquim Ribas*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1879. Disponível na Biblioteca do Senado Federal: Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/220533?show=full>. Acesso em 21.04.2023.

RIZZARDO, Arnaldo. *Responsabilidade Civil*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Forense. 2007.

ROQUE, André Vasconcelos. DUARTE, Francisco Carlos. *As Dimensões do Tempo no Processo Civil: tempo quantitativo, qualitativo e a duração razoável do processo*. Revista de Processo nº 218. São Paulo, RT, 2018.

RUOTOLO, Gianpaolo Maria. *La Riparazione per Eccesiva Durata dei Processi Italiani tra Legge Pinto (L. 89/2001 e Convenzione Europea dei Diritti dell'Uomo*. Ressegna dell'Uordine Forense di Foggia. Foggia: 2004.

SAMPIETRO, Luiz Roberto Hijo. *A Prescrição Intercorrente no CPC – Movimentação Útil do Pleito Executivo*. Revista Consultor Jurídico, de 11.01.2023. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2023-jan-11/hijo-sampietro-prescricao-intercorrente-movimentacao-util>. Acesso em 26.04.2023.

SANTOS, Christiano Jorge. *Prescrição Penal e Imprescritibilidade*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SANTOS, Paula Ferraresi. *Duração Razoável do Processo: critérios para seu dimensionamento e aplicação no Brasil*, Revista de Processo nº 277. São Paulo: RT, 2018.

SCAFFIDI, Alessio. *Questione Pinto Ancora Aperte*. Questione Giustizia Abril 2019.

Disponível em https://www.questionegiustizia.it/speciale/articolo/questioni-pinto-ancora-aperte_84.php. Acesso em 22.06.2023.

SCHREIBER, Anderson. *Novos Paradigmas da Responsabilidade Civil*. São Paulo, Atlas, 2015.

SANTIAGO, Nestor Eduardo Araruna. PONTE, Marcelo Dias. ANDRADE, Mariana Dionisio. *Cooperação processual, duração razoável do processo e taxa de congestionamento: uma solução (possível) para o Poder Judiciário*, Revista de Processo nº 278. São Paulo: RT, 2018.

SARRO, Luis Antônio Giampaolo. *Do Princípio da Causalidade e a Prescrição Intercorrente no Novo Código de Processo Civil*. Revista de Processo nº 288. São Paulo: RT, 2019.

SCHENK, Leonardo Faria. *Breve relato histórico das reformas processuais na Itália. Um problema constante: A lentidão dos processos cíveis*. Revista Eletrônica de Direito Processual – Ano 2. Volume II. Rio de Janeiro, 2008.

SHIMURA, Sérgio. BARROS, João Victor Carvalho de. *A Construção de Bens do Devedor em Recuperação Judicial para a Satisfação de Créditos Extraconcursais*, Revista de Processo nº 304. São Paulo: RT, 2020.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. *Congestionamento viário e congestionamento judiciário: reflexões sobre a garantia de acesso individual ao Poder Judiciário*. Revista de Processo nº 236. São Paulo: RT, 2014.

SOARES, Flaviana Rampazzo. *Dos Requisitos ao Reconhecimento da Prescrição Intercorrente no Novo CPC – Comentários ao Recurso Especial nº 1.589.753/PR*. Revista da AJURIS, Vol. 43. Porto Alegre: 2016.

SOUSA, José Augusto Garcia de Sousa. *A Tríade Constitucional da Tempestividade do Processo (em sentido amplo): celeridade, duração razoável e tempestividade estrutural*. Revista de Processo nº 280. São Paulo, RT, 2018.

SOUZA, Márcio Luís Dutra de. *Direito à razoável duração do processo administrativo*. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/10056>>. Acesso em: 04.11.2020.

STRECK, Lenio Luiz. NUNES, Dierle. CUNHA, Leonardo Carneiro da. *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: Saraiva, 2016.

SUNDFELD, Carlos Ari. CÂMARA, Jacintho Arruda. *Os Procedimentos do CADE e a Prescrição Intercorrente Administrativa*. In: *Evolução do Antitruste no Brasil*. Celso Campilongo e Roberto Pfeiffer (orgs.). São Paulo: Singular, 2018.

TARTUCE, Flavio. *Direito Civil*. 12ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

THEODORO JUNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. Vol. I. 31ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

_____. *Processo de Execução e Cumprimento de Sentença*. 24ª Ed. São Paulo: LEUD, 2007.

_____. *Distinção Científica entre Prescrição e Decadência. Um Tributo à Obra de Agnelo Amorim Filho*. In: DIDIER JR, Fredie. MAZZEI, Rodrigo. *Reflexos do Novo Código Civil no Direito Processual*, 2ª Edição. Salvador: JusPodivm, 2007.

TREZZA, Remo. *Lungaggini processuali e insoddisfacente “ristoro interno” per inosservanza del “termine ragionevole”: l’Italia dovrà rivedere la Legge Pinto? DPCE on line*, 2022/2. Disponível em <https://test.unisa.iris.cineca.it/handle/11386/4642463?offset=20>, acesso em 06.06.2023.

TUCCI, José Rogério Cruz e. *Tempo e Processo: uma análise empírica das repercussões do tempo na fenomenologia processual (civil e penal)*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

_____. *Garantias Constitucionais da Duração Razoável e da Economia Processual no Projeto do Código de Processo Civil*. Revista de Processo nº 192. São Paulo: RT, 2011.

_____. *A prescrição intercorrente no novo CPC e na atual jurisprudência do STJ*. Revista Consultor Jurídico, 04.10.2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-out-04/paradoxo-corte-prescricao-intercorrente-cpc-atual-jurisprudencia-stj>. Acesso em 18.04.2023.

_____. *Duração razoável do processo nos países da zona do euro*. Revista Consultor Jurídico, 15.09.2020. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2020-set-15/paradoxo-corte-duracao-razoavel-processo-paises-zona-euro>. Acesso em 19.06.2023.

VASCONCELOS, Eneas Romero de. *A Prescrição e a Decadência no Código Civil*. In: Temas de Direito Privado: uma homenagem ao Professor Agerson Tabosa. Felipe dos Reis Barroso (coord.). Fortaleza: EA7, 2010.

VIANA, Juvêncio Vasconcelos. *Da Duração Razoável do Processo*. Revista Dialética de Direito Processual nº 34. São Paulo: Dialética, 2006.

WOLKART, Erik Navarro. *Análise Econômica do processo civil: como a economia, o direito e a psicologia podem vencer a tragédia da justiça*. São Paulo: Thompson Reuters, 2019.

ZANETI JR., Hermes; Alves, Gustavo Silva. *Breves notas sobre as alterações do Código de Processo Civil pela Lei 14.195/2021: citação eletrônica, exibição de documento ou coisa e prescrição intercorrente*. Revista de Processo. Vol. 330. São Paulo: Ed. RT, 2022.

ZAVASCKI, Teori Albino. *Antecipação da Tutela*. 4ª Ed. São Paulo, Saraiva, 2005.